

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM
GEOGRAFIA

SUZANNA DOURADO DA SILVA

**MULHERES COMO PROPULSORAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SOLIDÁRIO: ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO MUNICÍPIO
DE RIO BRANCO**



PORTO VELHO-RO
2017

SUZANNA DOURADO DA SILVA

**MULHERES COMO PROPULSORAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SOLIDÁRIO: ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS NO MUNICÍPIO
DE RIO BRANCO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia, Universidade Federal de Rondônia (UNIR) como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva

PORTO VELHO-RO
2017

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

S586m

Silva, Suzanna Dourado da .
Mulheres como propulsoras do desenvolvimento econômico
solidário: análise dos empreendimentos solidário no município de Rio
Branco / Suzanna Dourado da Silva. - Porto Velho, Rondônia,2017.
187f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade
Federal de Rondônia - UNIR

1. Geografia. 2. Economia solidária. 3.Trabalho informal
feminino.4.Empoderamento feminino. I.Silva, Adnilson de Almeida.
II.Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR.III. Título.

CDU: 911.3:334

Bibliotecária Responsável: Carolina Cavalcante CRB11/1579

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Suzanna Dourado da Silva

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva** e constituída pelos examinadores: **Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva** – Examinadora Interna/PPGG/UNIR, **Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza** - Examinadora Externa/Programa de Mestrado em Administração/PMAD/UNIR e **Profa. Dra. Ana Solange Biesek** – Examinadora Externa/Prefeitura de Foz do Iguazu reuniram-se no dia 15 de março de 2017, às 09h00min no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada “Mulheres como propulsoras de desenvolvimento econômico solidário: análise dos empreendimentos solidários no município de Rio Branco” da mestranda **Suzanna Dourado da Silva**, matrícula 201510021. Após a explanação da mestranda e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada APROVADA. A candidata terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 52 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 15 de março de 2017.

Prof. Dr. Adnilson de Almeida Silva
Orientador/Presidente

Profa. Dra. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora Interna/PPGG/UNIR,

Profa. Dra. Mariluce Paes de Souza
Examinadora Externa/Programa PMAD/UNIR

Profa. Dra. Ana Solange Biesek
Examinadora Externa/Prefeitura de Foz do Iguazu

*A todas as mulheres que lutaram e
continuam lutando para que o
mundo melhore para todos, sem
desistir, sem cair e sem temer*

AGRADECIMENTOS

Agradecer! Esse é o momento mais tranquilo de toda a dissertação, caso não fossem as lágrimas, o aperto no peito da saudade dos amigos e da tristeza por chegar ao fim da subida de mais um degrau nessa jornada da vida.

Primeiramente, como de praxe, agradecer a Deus, ao criador, ao ser de luz, ao ser divino, ao ser que concede a nossa existência nesta terra, que consegue ser o lugar mais belo e o mais horrendo.

Agradeço a minha mãe, Maria Sevy, pelo seu infinito amor, por sua paciência, generosidade, ensinamentos e por ser exemplo de força de mulher acreana. Ao meu pai, Raimundo Leonécio (*in memoriam*) por sua história de vida, por sua vontade de viver, mas que teve que partir muito cedo.

Agradeço minha bisavó, Lídia (*in memoriam*), por ter ensinado, com o seu espírito aventureiro a viver cada dia como se fosse o último, bem como a querer conhecer todos os lugares do mundo. À minha avó, Irene (*in memoriam*), por ser uma mulher lutadora e sábia. Consigo ver sua representação em todas as entrevistadas. À minha avó paterna, Maria Paz (*in memoriam*), mulher que não pude conhecer, mas que me orgulho e sinto tão próxima, sem ao menos saber de sua história.

Agradeço às minhas tias, meus tios, dentre eles, José Dourado, que além de excelente professor e orientador, me acolhe como filha. Nosso sangue é forte e lutador, não se deixa desvencilhar por causa dos obstáculos e nem abaixar a cabeça diante dos nossos oponentes.

É necessário realizar um agradecimento especial à minha tia querida, Nazaré Dourado de Souza dos Santos (*in memoriam*), que em vida me ensinou o que é ser uma pessoa altruísta, empática e a ter fé em Deus e fé na vida. Os santos a levaram antes que pudesse concluir este trabalho e mostrar o quanto sua bondade foi marcante nesta pesquisa.

Agradeço às minhas irmãs, Rachel e Allana, por serem seres de luz. Aos meus irmãos, sobrinhos, primos e toda a família, em especial à Pollyana Dourado, por todo ensinamento e questionamentos realizados.

Agradeço aos amigos, principalmente aqueles que me deram a mão e ofereceram seus ombros para que eu pudesse colocar todas as minhas tristezas e angústias: Camila Asfury, Liliane Cunha, Shirley Albuquerque, Ana Cláudia Salomão, Patrícia Castelo, Mirza Lopes, Marjane Andrade, Agda Silva, Izis Melo, Valda Silva, Sílvia Rejane e tantas outras amigas e amigos que não cabem neste pedaço de papel.

Agradeço aos meus amigos do mestrado, turma 2015-1: Allan Ramalho, Carlos Ricarte, Daniela Moreira, Elaine Fonseca, Izabel Herrera, Juscidalva Rodrigues, Maria do Rozário, Robison Costa e Tiago Ramalho.

Em especial agradeço aos amigos que levarei para a vida toda: Ana Carla Taborga, Edson Cavalari, Francilene Sales, Meridiana Costa, Moisés Santos e Regina Célia Morão. Vocês foram amigos que se faziam presentes, principalmente pelos debates realizados nas madrugadas devido à disciplina de epistemologia da Geografia.

Agradeço ao Moisés, Francilene e Fabíola por dividirem suas alegrias e tristezas e por conseguirmos levar o nosso ambiente de morada e estudo (o nosso “Cafofo da Pavulagem”) em harmonia até o fim do mestrado.

Agradeço a Elenice Duran, ao Rogério Vargas e suas filhas Janaína e Carolina, por tanta generosidade, amor e amizade para comigo. Sem a acolhida e o carinho de vocês, nada disso teria acontecido.

Agradeço aos anjos e aos santos que colocaram os professores Maria das Graças (Gracinha) e Josué em meu caminho. O ensinamento de vocês, não só os acadêmicos, me tornaram mais humana, mais forte e mais corajosa nesta missão, que é viver.

Meu agradecimento especial ao meu orientador, Adnilson de Almeida. Não tenho palavras para agradecer o carinho, a amizade, a paciência e a sabedoria. Sua vida é um exemplo a seguir e lhe sou grata, eternamente.

Preciso agradecer a quatro novas amigas que muito me ajudaram na finalização da dissertação, seja na companhia, no ombro disposto para ouvir minhas lamúrias, e até mesmo em ler o trabalho para ver se nada desandou. Minha gratidão para Liziane, Janete, Gercinéia e Dhuliani.

Agradeço ao Programa de Mestrado e Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Rondônia em nome da coordenadora Professora Madalena Cavalcante e a Secretária do Curso, em nome de Patrícia Cardoso. Dizer que a

Paty, assim que a chamo, foi um anjo em nossas vidas corridas. Você nos acalmou quando mais precisávamos.

Agradeço ainda a cidade de Porto Velho – RO que me recebeu de “braços abertos”, tornando a estadia mais tranquila.

Agradeço a CAPES por ter concedido a bolsa de estudo para que este trabalho fosse realizado. Mulheres estão propagando suas vozes devido a estas iniciativas científicas.

E, por fim, agradeço às minhas colaboradoras, mulheres guerreiras, companheiras, solidárias e amigas. Vocês são a inspiração de cada palavra aqui escrita e a esperança de um futuro melhor. Um lugar de paz, onde a justiça, o amor e a caridade prevalecem. A minha muitíssima gratidão!

“Eu andarei vestido e armado com as armas de São Jorge para que meus inimigos, tendo pés não me alcancem, tendo mãos não me peguem, tendo olhos não me vejam, e nem em pensamentos eles possam me fazer mal. Armas de fogo o meu corpo não alcançarão, facas e lanças se quebrem sem o meu corpo tocar, cordas e correntes se arrebentem sem o meu corpo amarrar. Jesus Cristo, me proteja e me defenda com o poder de sua santa e divina graça, Virgem de Nazaré, me cubra com o seu manto sagrado e divino, protegendo-me em todas as minhas dores e aflições, e Deus, com sua divina misericórdia e grande poder, seja meu defensor contra as maldades e perseguições dos meus inimigos. Glorioso São Jorge, em nome de Deus, estenda-me o seu escudo e as suas poderosas armas, defendendo-me com a sua força e com a sua grandeza, e que debaixo das patas de seu fiel ginete meus inimigos fiquem humildes e submissos a vós. Assim seja com o poder de Deus, de Jesus e da falange do Divino Espírito Santo. São Jorge Rogai por Nós. Amém”

RESUMO

A presente pesquisa surge a partir de questionamentos empíricos sobre o quantitativo de mulheres que atuam nos empreendimentos de Economia Solidária (ECOSOL), em Rio Branco-AC. Este protagonismo feminino possibilitou a inserção de famílias excluídas do sistema formal ao acesso à renda e trabalho, reconfigurando suas atuações enquanto mulheres. A fim de elucidar a inserção do trabalho informal feminino solidário na cidade, analisamos as ocorrências acarretadas diante da implantação de Políticas de Desenvolvimento Econômico para a Amazônia, o Plano Agropecuário, que tinha a finalidade de desenvolver economicamente a Amazônia-acreana, na década de 1970. Este plano ocasionou o processo migratório dos povos da floresta. O processo de desterritorialização desta população realizou uma nova configuração espacial na área urbana de Rio Branco. Este processo deu início as áreas periféricas e consideradas marginais à sociedade Rio-branquense, uma vez que a cidade se configura para atender as demandas do capital e não a sua população. A partir das contradições do capital, grande parcela da população se encontrou na miséria, necessitando desenvolver atividades que gerassem renda, pois a única possibilidade de sobrevivência era a venda da sua mão de obra. O cenário econômico não supria a demanda de mãos de obra livres, o que desencadeou no retorno das práticas solidárias vividas na floresta, que tinha como base o solidarismo, a união e comunhão. Mulheres e homens se articularam a fim de sobreviverem e, passaram a vender sua mão de obra e ajudar os que não conseguiam trabalho. Os pobres ajudavam os pobres a sobreviverem. Na atualidade estas práticas apresentam novas configurações diante do modelo econômico solidário vivido e, estes (re)significam as espacialidades e os modos de vida da população participante. Com o intuito de compreender estas novas espacialidades realizamos pesquisas participante na Associação das Mulheres do 2º Distrito, denominada "Mãos que Fazem", que segue o modelo da Economia Solidária como Prática Social (ESPS) e na Cooperativa "Mulheres Arte de Vencer", que se configura como Empresa Econômica Solidária (EMES). Pesquisou-se ainda com os empreendimentos econômico-solidários (EES) nas feiras de ECOSOL e na lavanderia solidária no bairro Quinze. As atividades com a ECOSOL não só possibilitaram a sobrevivência dos povos da floresta na cidade, como caracterizou um movimento de mulheres que na contemporaneidade buscam pela autonomia e empoderamento feminino. A metodologia de pesquisa participante, com a abordagem fenomenológica, compreendida a partir de Edmund Husserl e Edith Stein foram importantes, pois estas possibilitam a compreensão do ser humano enquanto fenômeno - ao perceber no outro, por meio da compreensão da empatia, as mesmas emoções, vivências e experiências contidas no eu ao outro - que parte da subjetividade e da intersubjetividade (sujeito/sujeito e sujeito/objeto).

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Trabalho Informal Feminino. Ressignificações das espacialidades. Empoderamento Feminino.

RESUMEN

La presente investigación surge de preguntas empíricas sobre el número de mujeres que trabajan en proyectos de economía solidaria-ECOSOL, en Rio Branco-Acre. Este protagonismo femenino, permitió la inserción de las familias excluidas del sistema formal, para acceder a ingresos y trabajo, reconfigurando sus actuaciones como mujeres. Con el fin de aclarar la inserción del trabajo informal solidaridad femenina en la ciudad, analizamos las ocurrencias impuestas sobre la aplicación de políticas de desarrollo económico para la Amazonia. El plan agrícola, que tenía el propósito de desarrollar la Amazonia-Acre en la década de 1970, provocó la migración de la gente del bosque hacia zonas urbanas. El proceso de desterritorialización de esta población llevó a cabo una nueva configuración espacial en el área urbana de Rio Branco. Este proceso inició en las áreas periféricas, consideradas marginales para la sociedad Rio Branquense, la ciudad está configurada para satisfacer las demandas de la capital y no a su población. Por medio de las contradicciones del capital, gran parte de la población se encuentra en la miseria, con necesidad de desarrollar actividades que generan ingresos, porque la única posibilidad de supervivencia era la venta de su trabajo. El escenario económico suministra la demanda de mano de obra libre, que activa el retorno de prácticas de solidaridad en la floresta, basada en la unión del solidarismo y de la comunión. Mujeres y hombres tienen para sobrevivir, venden su fuerza de trabajo y ayudan a quienes no pueden trabajar. Los pobres ayudan a los pobres para sobrevivir. Hoy en día estas prácticas presentan nuevos ajustes en el modelo económico de solidaridad vivido, y esto, (re)significa las espacialidades y las formas de vida de la población. Para entender estas nuevas espacialidades realizamos investigación en la Asociación de mujeres de distrito segundo llamada "Manos que hacen", que sigue el modelo de la economía solidaria como práctica Social – ESPS y en la cooperativa de mujeres "arte de vencer", que se configura como empresa económica solidaria - EMES. Investigó-se también los emprendimientos económicos –solidaritarios - EES, en las ferias ECOSOL y en el lavadero solidario del barrio Quinze. Las actividades con el ECOSOL no sólo permitieron la supervivencia de la gente del bosque en la ciudad, también aparece un movimiento de mujeres, que en la contemporaneidad, busca la potenciación de la autonomía de la mujer. La metodología de la investigación participante, con el enfoque fenomenológico, entendido por Edmund Husserl y Edith Stein, fueron importantes, porque permiten la comprensión del ser humano como un fenómeno - para entender al otro, a través de la comprensión de la empatía, las mismas emociones, experiencias y experiencias contenidas en el otro, que parte de la subjetividad y la intersubjetividad (sujeto/sujeto y sujeto/objeto).

Palabras claves: Economía Solidaria – Trabajo informal femenino – Resignificación de las espacialidades – Empoderamiento femenino.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fatores para a permanência nos EES.....	68
Tabela 2 - Número de estabelecimentos e pessoal ocupado - Rio Branco (1979)....	97

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1- Principais atividades econômicas em Rio Branco (2013)	138
Gráfico 2 - Quantitativo populacional de ativos e inativos em Rio Branco/AC.....	139
Gráfico 3 - Renda obtida com a ECOSOL.....	158

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização da cidade de Rio Branco-Acre.....	23
Figura 2 - Passos solidários	31
Figura 3 - Tríade da produção do espaço	39
Figura 4 - Economia Solidária como Prática Social (ESPS).....	53
Figura 5 - Empresa modelo Economia Solidária - EMES	55
Figura 6 - Gráfico da expansão da Economia Solidária no Brasil	66
Figura 7 - Rio Acre	69
Figura 8 - Esquema de opressão nos seringais do Acre	75
Figura 9 - Encontro de trabalhadores rurais em Xapuri.....	88
Figura 10 - Pecuária no Estado do Acre.....	90
Figura 11 - Planta Urbana de Rio Branco.....	94
Figura 12 - Evolução Demográfica de Rio Branco - AC	98
Figura 13 - Artesã do Mulheres: Arte de Vencer – MAV.....	102
Figura 14 - Pesquisa Participante	117
Figura 15 - Representação das Mulheres na Economia Solidária.....	119
Figura 16 - Localização dos empreendimentos pesquisados.....	123
Figura 17 - Sede Mãos que Fazem	125
Figura 18 - Guajarina Lima Margarido.....	126
Figura 19 - Guajarina e as Pastorinhas.....	127
Figura 20 - Sede do Mulheres Arte de Vencer	129
Figura 21 - Dona Otília Melo	130
Figura 22 - Marilda Monteiro na confecção de sementes.....	131
Figura 23 - Loja MAV Shopping Center.....	132
Figura 24 - Loja MAV Mercado Velho	132
Figura 25 - Mulheres Lavadeiras.....	136
Figura 26 - Área de alimentação	165
Figura 27 - Área de exposição de produtos.....	165
Figura 28 - Localização dos bairros com os EES.....	167
Figura 29 - Corrente da ECOSOL	171

LISTA DE ABREVIATURAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEGEA – Centro de Estudos Geográficos e Socioambientais da Amazônia Aziz Ab'Saber
CLT – Consolidação das Leis Trabalho
COMTES – Coordenadoria Municipal de Trabalho e Economia Solidária
ECOSOL – Economia Solidária
EAD – Educação à Distância
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
ESPS – Economia Solidária como Prática Social
EMES – Empresa Econômica Solidária
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
GEPcultura - Grupo de Estudos e Pesquisas Modos de Vidas e Culturas Amazônicas
IDM – Instituto Dom Moacyr
IFAC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
INCUBAC - Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Popular e Tradicional do Acre
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU – Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEJUDH – Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPMULHER – Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres

SEPN – Secretaria de Estado de Pequenos Negócios

STR Brasiléia – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia

STR Xapuri – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNIR – Universidade Federal de Rondônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I. O CAMINHAR SOLIDÁRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	31
1.1 A construção do espaço, identidade e resistência.	32
1.2 É uma questão de gênero! Atores envolvidos na ECOSOL: mulheres facilitadoras do processo de mudança.....	42
1.3 Geografia e Economia para compreensão da Solidariedade	46
1.4 Conceitos de Economia Solidária como Prática Social e Empresa modelo Economia Solidária.....	51
1.4.1 Histórico de Mulheres trabalhadoras	58
1.4.2 Não precisam estar à margem, só precisam ser conscientes!.....	62
CAPÍTULO II ENTRE GRITOS E SUSSURROS: UMA REBELIÃO!	69
2.1 O meu passado é meu presente e futuro	70
2.2 Movimentos sindicais e movimentos sociais no Estado do Acre	81
2.3 A saída da Floresta	89
2.4 À Chegada: cidade de concreto.....	96
CAPÍTULO III O MÉTODO FENOMENOLÓGICO PARA A COMPREENSÃO DA PESSOA HUMANA.....	102
3.1 O método para traçar o caminho rumo ao conhecimento científico	106
3.2 Ferramentas metodológicas	111
3.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental.....	113
3.2.2 Pesquisa Participante	115
3.3 O lócus da pesquisa: Mulheres que conseguem ressurgir das cinzas... 119	
3.4 Associação de Mulheres do 2º Distrito Mãos que Fazem.....	125
3.5 Cooperativa MAV - Mulher: Arte de Vencer	129
CAPÍTULO IV. REPRESENTAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RIO BRANCO.....	136
4.1 Fatores econômicos e sociais de Rio Branco – Acre	137
4.2 Prática Econômico-Solidária em Rio Branco	142
4.3 O Estado e a Academia nas práticas Econômico-solidárias.....	147
4.4 Análise dos Empreendimentos Econômicos Solidários em Rio Branco 151	
4.4.1 Renda com a ECOSOL.....	158

4.4.2 Vantagens e dificuldades de se atuar com a Economia Solidária em Rio Branco - Acre.....	160
4.4.3 Organização das feiras de ECOSOL	162
4.4.4 Organização Espacial dos Empreendimentos Econômico-solidários em Rio Branco – Acre.....	166
4.5 A vez e a voz: a luta pela autonomia e empoderamento feminino por meio da ECOSOL.....	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS.....	178

APRESENTAÇÃO

O interesse em cursar mestrado, por meio do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia, da Universidade Federal de Rondônia – UNIR ocorreu durante o II Seminário Latino-Americano de Geografia, Gênero e Sexualidade, sediado na referida Universidade, onde tive a oportunidade de apresentar o trabalho intitulado “Apoio às vítimas de violência doméstica pelo Centro de Referência Casa Rosa Mulher”. Durante o seminário, a partir das falas de cada convidado, a ciência geográfica revelava-se como um campo promissor para abordar o tema em questão da pesquisa. Assim, percebi o quanto a Geografia busca compreender os seres humanos, principalmente aqueles que permanecem à margem da sociedade.

Minhas atuações acadêmicas e profissionais sempre foram voltadas para questões de gênero e aos considerados vulneráveis. Uma inquietude permanecia dentro de mim, questionando isso e aquilo, e ali. Naquele seminário encontrei o caminho para responder às perguntas que sempre me acompanharam, e ao invés de silenciá-las, poderia dar voz e mostrar a todos.

A vontade de cursar o Mestrado em Geografia estava fortemente alimentada em minha mente, agora só restava ser aprovada na seleção que ocorreu em outubro de 2014. Em novembro, fui aprovada no Mestrado em Geografia e no programa de Mestrado em Administração da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Eis que surge o dilema a ser enfrentado. Sigo para uma nova ciência ou permaneço na ciência à qual sou graduada? Para ajudar a resolver este dilema, conversei com familiares e amigos, e meu tio, José Dourado de Souza, foi quem me incentivou a cursar o mestrado em Geografia. Diante da sabedoria dele e dos fortes argumentos escolhi o que me daria à oportunidade de analisar o mundo sob um novo olhar, e uma nova etapa em minha vida começaria.

Sabia desde o início que essa nova jornada transformaria a minha vida para sempre. Aquela inquietude sentida anteriormente? Sempre me acompanharia. Ela existe porque sou pesquisadora e juntamente com meus novos colegas e professores, poderia responder estes questionamentos.

A escolha por estudar gênero vem de longe. Sou neta, filha, sobrinha, irmã e amiga de mulheres fortes e destemidas. Mulheres que sempre tiveram voz ativa

frente aos percalços vividos, sendo que essas mulheres sempre foram meu ponto de referência, além de meu porto seguro. Compreender como se configura os espaços considerados femininos e a não aceitação de uma “condição de mulher” imposta por uma sociedade machista foram os impulsionadores para que a escolha da pesquisa fosse realizada.

Para além, sempre me considerei exímia observadora. Desde pequena percebia nos espaços públicos a forte presença da mulher com crianças a tira colo, com semblantes cansados. Já, os homens a sorrir, ou a caminhar solitários. Vim de uma família tradicional, mas nasci e aprendi que não existe o tradicional. Existem pessoas lutando para serem felizes neste mundo. A partir das observações que sempre me acompanharam percebi que era hora de responder questionamentos que existiam no tocante à forma de sobrevivência daqueles excluídos do sistema formal.

Esta pesquisa surge por meio de indagações de mais de 10 anos de minha vida. A Economia Solidária (ECOSOL) entrou em minha vida de forma silenciosa e me fez viver com ela por mais de 10 anos. Por compreender o sistema injusto ao qual estamos inseridos, decidi ao finalizar minha graduação em Administração, ser voluntária da ECOSOL. Durante longo período, percorri os municípios do Acre realizando mapeamento de empreendimentos e ofertando capacitação e orientação. Esta atuação não só possibilitou visualizar na prática as formas alternativas de desenvolvimento econômico solidário, possibilitou o meu crescimento enquanto ser humano, e hoje trago a todos a minha compreensão, as minhas respostas e deixo também as minhas angústias.

Em março de 2015, iniciamos as aulas com participação da aula inaugural e das disciplinas “Geografia Cultural” e “Geografia e Gênero”. A primeira disciplina cursada foi Geografia e Gênero, a disciplina que tinha me motivado a entrar no programa de mestrado. A professora Maria das Graças, Gracinha, foi quem nos abrilhantou ministrando a disciplina ocorrida todas as sextas-feiras, de março a julho, a qual trouxe um aprendizado enorme para compreender a questão da ciência geográfica com a introdução da categoria de gênero.

Percebi que minha visão na temática de gênero era um pouco limitada, e que a ciência geográfica conseguiu expandir essa visão para todos os segmentos. Diversos nomes e conceitos foram apresentados, e a cada sexta-feira nos embebedávamos em novos conhecimentos. A troca de informações com os cursistas, os debates iam enriquecendo cada vez mais o nosso aprendizado.

Em março e abril, iniciamos a disciplina de Geografia Cultural, ministrada pelo professor Josué Costa. A disciplina foi concentrada, de forma bastante intensa, algo que proporcionou à turma uma maior convivência e afinidade. A disciplina nos oportunizou conhecer o lado humanístico da ciência geográfica, e o que já tinha de encantamento pela geografia, agora me deixara completamente fascinada. A geografia vai além do que imaginei, consegue se entranhar no mais profundo do ser humano e perceber a sua essência.

Durante a disciplina fizemos um campo para o Distrito de Nazaré. Para este campo a leitura recomendada foi Paisagens Culturais de Giulliana Andreotti. A leitura nos levou a uma imersão no meio da natureza ali exposta aos olhares curiosos. O rio não era apenas um rio, ele tinha acabado de ganhar sentido em minha vida. Ele era fonte de luz, energia, transporte, vida e coragem. A natureza até então inerte passa a ter outro sentido. Ela ganha vida, força e representatividade.

No mês de abril, participei no XV Encuentro de Geógrafos de América Latina (EGAL). Em La Habana, Cuba, com apresentação do artigo: “Trajetória das mulheres no desenvolvimento econômico solidário no município de Rio Branco-Acre”. O evento possibilitou uma troca de experiências com diversos discentes e docentes da ciência geográfica.

Em julho, iniciou a disciplina de “Estado e Políticas Públicas na Amazônia”, de forma concentrada, ministrada pelos professores: Adnilson de Almeida Silva, Josué da Costa Silva, Dorisvalder Dias Nunes, Maria Madalena Cavalcante Aguiar e Maria das Graças Silva Nascimento Silva. O diferencial nesta disciplina foi transcorrer pelas áreas de concentração de cada docente e aprofundar a aprendizagem das políticas públicas implantadas na Amazônia para cada área de concentração.

A disciplina trouxe um aprofundamento bastante significativo e sob outras óticas até então desconhecidas por esta pesquisadora. Além dos conteúdos ministrados, participamos do encontro da Comissão Pastoral da Terra (CPT) que ocorria na Universidade Federal de Rondônia, oportunizando uma melhor aprendizagem por meio da prática, vivências e experiências, a temática que estávamos abordando em sala de aula.

Ainda em julho, iniciou a disciplina de “Epistemologia da Geografia”. Todos os nervos estavam em alarme diante da disciplina. Esta foi ministrada pelo professor Josué Costa e transcorreu de forma concentrada. A disciplina, apesar de extensa, foi de extrema importância para a construção do pensamento geográfico. Esta

oportunizou o conhecimento da ciência geográfica desde o seu surgimento e todos os percalços ocorridos até se consolidar em uma ciência.

As leituras e os debates realizados reafirmaram a importância da ciência geográfica no estudo do espaço e de todos os componentes que o pertencem. Não há como deixar de descrever a magnitude que esta ciência possui na construção do saber e na compreensão do que é o ser humano. Esta disciplina não só forneceu subsídios para corroborar a escolha da ciência geográfica para as respostas de nossa problemática apresentada, mas trouxe explicações para questionamentos internos enquanto ser humano e enquanto ser vivente deste planeta.

Neste mesmo mês, ocorreu o curso: O pensamento de Edith Stein. A formação da pessoa humana, na V semana de Filosofia. Realidade e Transcendência: Qual o significado da Existência? Instituição organizadora: Faculdade Diocesana São José. A presença nesta semana de filosofia trouxe aprendizados inerentes ao método fenomenológico, sendo importante para a discussão trazida neste trabalho.

Em agosto, iniciou a disciplina Populações Amazônicas e Sustentabilidade ministrada pelo professor Adnilson de Almeida Silva. Esta disciplina oportunizou o conhecimento das populações tradicionais da Amazônia, bem como os movimentos sociais e sindicais existentes para dar voz aos seus anseios. A disciplina foi dividida em dois momentos, para que cursistas pudessem participar da II expedição amazônica.

No fim de setembro, a disciplina é retomada e realizou-se campo na terra indígena Nove de Janeiro do Povo Parintintin. Não há como descrever a emoção de vivenciar a cultura deste povo e de suas culturas. Foi um momento ímpar, no qual foi possível mesclar o que foi estudado dentro de sala de aula e a realidade vivida pela população tradicional da Amazônia.

A II Expedição amazônica – eixo Via Transamazônica ocorreu entre os dias 06 e 21 de setembro. Esta teve como objetivo, mapear, registrar e georreferenciar todo o percurso da Transamazônica até Santarém-PA (complementando a II Expedição Amazônica) para a produção de dois livros: um de diário de campo e outro de artigos científicos.

Em outubro, juntamente com o grupo GEPCULTURA, fomos para a cidade de Presidente Prudente para participar do XI Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia e apresentar o artigo “Lavando vidas, lavando

sonhos: uma análise do primeiro empreendimento econômico solidário do município de Rio Branco – Acre”.

Participei, a convite do meu orientador, da aplicação de questionário de diagnóstico de socioeconômico, para elaboração de Plano de Manejo de uso múltiplo da RESEX Rio Preto Jacundá, a ser elaborado pela ONG Centro de Estudos Rio Terra. Esta atividade trouxe conhecimentos práticos referentes ao desenvolvimento e gestão de Reserva Extrativista, bem como o modo de vida.

Enquanto aluna do programa de mestrado, participei dos seguintes eventos: da 33ª Semana de Geografia, que trouxe o tema: Vivenciar o mundo, cartografar e difundir conhecimento. Minicurso: Metodologia científica e método hermenêutico – Fenomenológico na Geografia. IX Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental. Título: Realidade e Transcendência: línguas e literaturas indígenas. Instituição organizadora: Universidade Federal do Acre. Minicurso: Mariri Yawa: Universidade Federal do Acre.

Em outubro de 2015, fui convidada para participar de banca de avaliação de defesa de trabalhos de conclusão de curso, do curso de Especialização em ‘Gestão de Políticas Públicas com ênfase em Gênero e Relações Étnico-Raciais’ ofertado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). A participação da banca avaliadora oportunizou conhecer as pesquisas que vem sendo realizadas no tocante às temáticas de gênero, raça e etnia no município de Rio Branco-Acre, e enquanto aluna do Mestrado em Geografia da Unir, houve um intercâmbio de informações e aprendizagens.

Enquanto pesquisadora e discente do GEPCULTURA, organizamos o I Seminário de Práticas Tradicionais e os Saberes da Floresta, que ocorreu nos dias 19 e 20 de abril de 2016, na Universidade Federal de Rondônia. O seminário possibilitou a troca de conhecimento tradicional com o científico, oportunizando aos alunos das IES de Porto Velho-RO um maior aprofundamento dos saberes tradicionais, modos de vida e cultura.

Enfim, todas as disciplinas, as atividades de campo, os cursos, os eventos e os bate-papos nos corredores do CEGEA foram de grande importância para aprimorar o meu aprendizado e fortalecer o espírito de pesquisador que paira em mim. Cada dia que sinto dificuldades em escrever algumas linhas relembro dos meus professores, pesquisadores, geógrafos do mundo inteiro que fizeram e fazem grandes contribuições para o estudo de nossa sociedade. Penso em minhas

pesquisadas e no quanto é importante e necessário revelar ao mundo as suas conquistas, ações e superações; e é diante desse enorme incentivo que estou sempre em busca de oferecer o meu melhor enquanto pesquisadora da ciência geográfica.

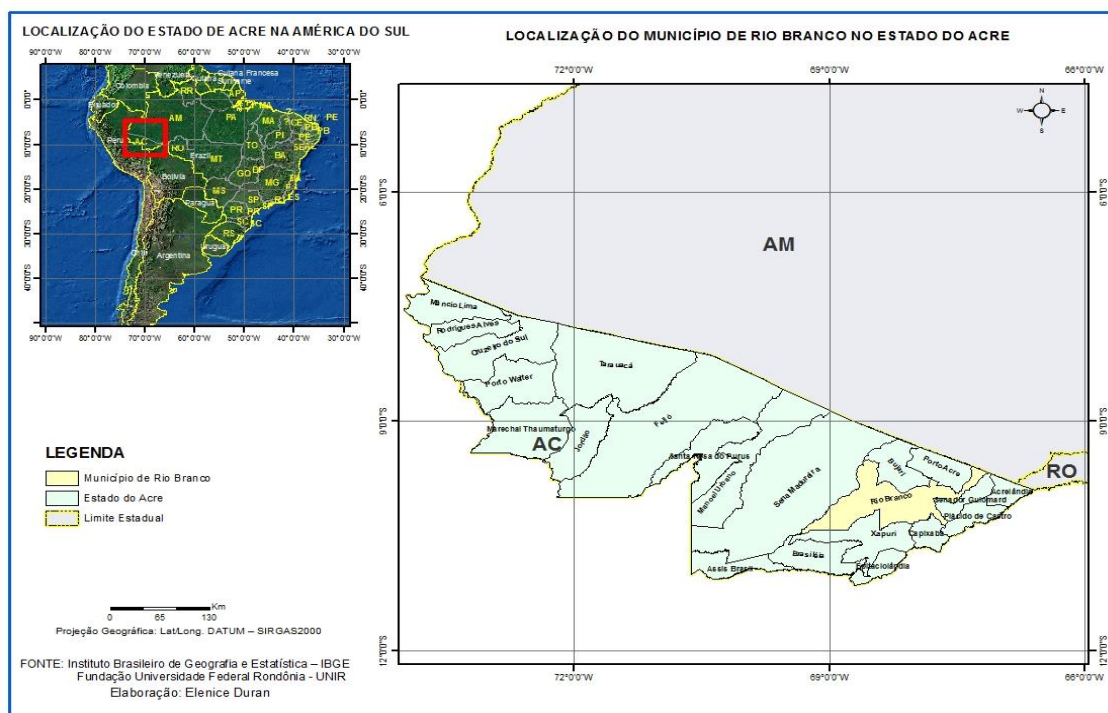
INTRODUÇÃO

Introduzir um pensamento baseado na experiência em uma pesquisa científica não é uma atividade que se pode ponderar como fácil. Considerar que os questionamentos são de fato “problemas” que podem ser respondidos pela ciência é o primeiro passo para a investigação da pesquisa científica. Afora que muitos questionamentos acompanham o pesquisador ao longo de sua vivência, sendo preciso se desvencilhar dos conhecimentos prévios e deixar que a pesquisa siga os passos necessários para a sua concretização.

Pensar Economia e Geografia, unindo-as enquanto ciências que contribuem para o estudo da sociedade, foram os pensamentos que nos acompanham nesta caminhada. Com passos firmes nos questionamentos, surge a indagação desta pesquisa científica. *Como mulheres excluídas de todos os segmentos (econômico, social e cultural) conseguem força para superar os obstáculos?*

Para responder estes questionamentos, faz necessário realizar uma investigação na cultura e memória do povo acreano, e para tal, apresentar onde a pesquisa se desenvolve.

Figura 1 – Localização da cidade de Rio Branco-Acre



Elaboração: DURAN, Elenice. 2016

Esta pesquisa ocorreu na cidade de Rio Branco, e de acordo com o atlas do Estado do Acre, esta capital tem a sua origem a partir da chegada de Neutel Maia, seringalista que chegou nas margens do rio Acre, ancorando sua embarcação aos pés da árvore gameleira. Esta que é símbolo da identidade acreana e onde a cidade começou a ser criada, ali no 2º distrito da cidade.

Rio Branco é uma cidade considerada recente, capital do Estado do Acre possui aproximadamente de 336.038 habitantes, sendo 163.592 homens e 172.446 mulheres (IBGE, 2010), sendo as principais atividades econômicas: agropecuária, indústria, comércio/serviço e administração pública. A atividade informal na capital compreende 55.104 pessoas.

O caminhar desta pesquisa surge a partir da observação do quantitativo de mulheres inseridas nestes empregos informais em busca de ofertar melhores condições de vida à sua família. Durante sete anos conseguimos observar essa realidade nas feiras de Economia Solidária, sem a presença de seus companheiros, e sempre questionando: *Quem são essas mulheres e quais são as suas histórias?*

São estes questionamentos empíricos a base para que se devolva uma pesquisa científica e é a partir destes que se utiliza a ciência para responder. A possibilidade de realizar este trabalho por meio da ciência geográfica é que esta permite a compressão do espaço como local das relações sociais, onde existem as representações, superações e evoluções.

A ciência geográfica surgiu como uma das mais completas para o estudo da sociedade e, através da Geografia Cultural Humanística, se consegue compreender e transcender os anseios que a sociedade necessita, que vai desde a compreensão de sua existência, relação com o espaço, até os desejos mais íntimos somente revelados na subjetividade.

A Economia Solidária, apesar de recente, tem sido objeto de estudo em diversas áreas do conhecimento, seja nas ciências exatas, sociais aplicadas, e humanas. Esse interesse em pesquisar uma possibilidade de ofertar uma nova economia, principalmente como uma nova forma de vida, é o que motiva o pesquisador da Economia Solidária. É o acreditar em “um mundo melhor”.

Quando se reflete sobre a Economia Solidária (ECOSOL), inicialmente, pensou na articulação de uma parcela significativa da população que, excluída de renda e de outra forma de obtenção de recursos financeiros, realizava redes

solidárias para manter, assim, a sua sobrevivência e subsistência dentro do sistema capitalista, contudo, compreende que a ECOSOL não só habilita-o financeiramente, mas devolve-lhes a *autonomia do corpo* (físico e psicológico/espírito), *autonomia financeira* (econômica e política) e *autonomia cognitiva* (intelectual, social e cultural), no qual, neste trabalho, consideramos como o tripé do empoderamento!

É importante ressaltar que a literatura referente à ECOSOL é embrionária, não havendo um único modelo, ou uma única interpretação, e que os autores aqui apresentados são os que a teorizaram a partir das observações, vivências e experiências e, principalmente, por meio das entrevistas com os sujeitos praticantes da economia solidária, pois, como veremos a seguir, esta forma de trabalho não é um modelo idealizado por teóricos, mas sim uma prática, uma cultura, uma ação da sociedade.

Paul Singer, professor, economista e ex-secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), um dos autores mais importantes da ECOSOL no Brasil elucida que esta é uma prática antiga, conforme se verá nas próximas linhas. Para tanto, nesta pesquisa, consideraremos a ECOSOL como uma prática de vida, e em virtude dessa conjectura não excluímos autores que versam sobre a repressão e opressão; miséria; desigualdades; injustiças; preconceitos. Tampouco os que trazem experiências de atividades coletivas (cooperativismo, associativismo, movimentos sociais e sindicais), mesmo que não esteja na mesma linha teórica e metodológica.

Adotou aqui que seus escritos contribuíram para a compreensão do sistema atual e da necessidade de articulação, com vistas a um modelo que fuja do contemporâneo, ou a um pensamento utópico de como pensar em uma sociedade justa e igualitária.

Ao trazer a discussão de gênero para este trabalho, indagou-se primeiramente os motivos pelos quais mulheres, apesar das adversidades, buscam forças para construir uma alternativa de renda que possibilite o sustento de sua família. Para compreender essas razões, buscou, por meio do método fenomenológico, uma imersão nas vivências e experiências das mulheres pesquisadas com a finalidade de responder às indagações.

No primeiro capítulo apresentamos os referenciais teóricos que norteiam a pesquisa, bem como a compreensão de como se desenvolve a construção do espaço, em virtude da atuação do ser humano, que possibilita criações e recriações

destes em prol de suas aspirações e necessidades. São apresentadas as identidades que através da articulação criam uma identidade de resistência e juntas se articulam em prol de um mundo mais igualitário e justo.

A fim de compreender como se desenvolvem os espaços, foram utilizados os conceitos de Dardel (2011), Bollnow (2008) e Lefebvre (2006), sendo este último o que apresenta a configuração dos espaços urbanos, principalmente com a interferência do capital para estas configurações.

A partir desta perspectiva, constata-se que o sistema capitalista intensificou a separação de ricos e pobres, burgueses e proletariado, como levantou muros (tangíveis e intangíveis) nos espaços construídos. Estas ações não só impossibilitam a locomoção, o ir e vir, mas também privou de acessos à cultura, educação, lazer, financeiro, político, social e outros.

Resume-se que os espaços de pobreza, construídos e/ou acentuados a partir do sistema capitalista são destinados a todos aqueles desprovidos de qualquer oportunidade de crescimento econômico, político, intelectual, cultural e social.

Trazemos para esta compreensão a tríade de Lefebvre (2006): o *espaço percebido*; o *espaço concebido*; e os *espaços vividos*. O espaço, segundo Lefebvre e sustentado pelos demais autores aqui citados, é uma construção social. Em virtude disso, o espaço social construído passa a ser um reflexo das contradições que condiciona, limita e gera uma segregação socioespacial. A configuração do espaço, por meio da tríade de Lefebvre, nos remete à compreensão de como se estabelece a produção do espaço. Na nossa interpretação, este autor considera que o espaço é produzido de acordo com a evolução econômica e política da sociedade.

Além desta forma de produção espacial, as ações de grupos, principalmente quando fortemente articulados, conseguem reconfigurar suas espacialidades, como é o caso do movimento feminista. Por meio das ações desenvolvidas por este movimento de mulheres, existe toda uma reformulação. A ciência geográfica, desde os anos de 1970, vem adentrando nos estudos de gênero e constata a importância que esta categoria de análise traz em benefício da sociedade como um todo.

A inclusão do estudo de Economia Solidária e gênero na ciência geográfica foi bastante acertada, uma vez que as mulheres são as principais propulsoras do desenvolvimento econômico solidário. Em Rio Branco – Acre, estas são as idealizadoras de 87% dos empreendimentos, e se tornam arrimo da família, além de

referencial para as mulheres pertencentes da comunidade ao qual estão envolvidas. Estas conseguem reconfigurar suas espacialidades a partir da ação solidária e compreensão da localidade ao qual se está inserida.

O segundo capítulo traz uma abordagem histórica a fim de compreender esta localidade, e faz-se necessário retornar ao passado e compreender como se configuraram as formações dos bairros atuais da cidade de Rio Branco, bem como a identidade que esta população apresenta. Os envolvidos nesta pesquisa enquanto descendentes dos povos da floresta (seringueiros, ribeirinhos, extrativistas e indígenas), os quais passaram por grandes problemáticas em vista do poder do capital e que buscaram resistir através do nascimento da identidade de resistência.

O objetivo geral se desenvolve em compreender como se originaram os empreendimentos econômicos solidários no município de Rio Branco – Acre, a partir da ineficiência das políticas de desenvolvimento econômico – Plano Agropecuário, implantadas na década de 1970 no Estado do Acre e a articulação dos intervenientes que foram relevantes para o papel de protagonista que a mulher desempenhou nesse processo e as dinâmicas que podem ser observadas, as quais foram decisivas na trajetória dos empreendimentos solidários no Estado.

Além de observar os objetivos específicos que compreendem em analisar como os empreendimentos econômicos solidários liderados por mulheres, como sua estratégia de agentes transformadores podem influenciar o desenvolvimento dos respectivos empreendimentos e contribuir com o desenvolvimento local e/ou regional; estabelecer a dinâmica de parâmetro em relação das ações políticas implantadas na década de 1970 com a iniciação do desenvolvimento econômico solidário no município de Rio Branco; identificar quais são as políticas públicas adotadas no município de Rio Branco que deram o suporte necessário para os empreendimentos de cunho econômico solidário, tendo em vista a ampla fonte de recursos disponíveis para empreender.

A fim de cumprir o objetivo geral, bem como os específicos, faz-se necessário compreender o processo histórico da Amazônia-acreana, a fim de perceber como se configuraram estes espaços desde o processo de desterritorialização no Estado do Acre e as políticas públicas que foram realizadas com vistas a ascender à economia local, as configurações da cidade, bem como a participação política para que fossem ofertadas garantias de geração de renda para a população acreana. A partir da

compreensão histórica, verifica-se que a bandeira da ECOSOL levantada por estes migrantes vai além da obtenção de renda e acesso aos programas públicos. É um grito de liberdade, é um grito de emancipação!

O terceiro capítulo refere-se a uma descrição do método e suas abordagens, metodologias e a apresentação do *lócus* dos empreendimentos nos quais realizamos nossa pesquisa participante. A problemática se configura por meio da indagação e, da necessidade de realizar estudos que ofertem espaços aos “subalternos”, camadas excluídas da sociedade. Os questionamentos, *a priori*, parecem ser próprias do pesquisador, mas após o contato e o convívio com os demais envolvidos, passa a ser uma pesquisa de vários seres questionadores, os quais se tornam parte integrante da pesquisa, e o pesquisador se torna um “facilitador” para a propagação de suas vidas, vivências, memórias, questionamentos e outros.

Esta pesquisa trata da Economia Solidária e foi realizado pesquisa participante em dois empreendimentos: Cooperativa Mulheres Arte de Vencer, localizada no centro comercial de Rio Branco e Associação Mãos que Fazem, sito ao bairro Seis de Agosto. Além destes empreendimentos, realizou-se pesquisa de campo nas feiras de Economia Solidária, onde realizou-se entrevistas com as expositoras e visitantes, e aplicação de questionários com 10 empreendimentos. Destaca-se que os novos pesquisadores inseridos nesta pesquisa, foram aqueles que realizamos a pesquisa participante, que por meio do convívio com o pesquisador, relataram suas vivências e experiências para que pudessem ter suas histórias contadas, valoradas e quem sabe servir de inspiração para uma sociedade carente e desejosa de mudança.

A escolha do método foi fundamental para dar concretude à pesquisa científica. Partimos do princípio de que não é o pesquisador que escolhe o método, mas o método que escolhe o pesquisador. Estes estão interligados. O pesquisador quando formula o problema traz consigo as etapas que pretende delinear, sendo que em constantes vezes suas formulações e problematizações lhes mostram o oposto ao que acreditava, mas o método, para chegar à conclusão do problema foi correto, bem como as técnicas da pesquisa.

A importância do método como um instrumento intelectual e racional, passamos a compreender que um trabalho como este possui várias interligações

metodológicas, todavia, sobressai a abordagem fenomenológica, visto que esta fornece peso para a pesquisa de forma que contempla as percepções, subjetividades, emoções e afetividades com o espaço vivenciado pelas colaboradoras da pesquisa.

Para este objeto de estudo que trata da questão da economia solidária, pensamos na abordagem fenomenológica, que traz uma compreensão dos fenômenos que fazem parte da vivência dos sujeitos pesquisados. Os estudos do método fenomenológico seguem os caminhos filosóficos de Edmund Husserl e Edith Stein que são os considerados “pais” do método fenomenológico e da compreensão da pessoa humana. A partir da escolha do método fenomenológico, o pesquisador e pesquisado integram nas atividades, onde existe uma empatia, o que faz com que o vivido e experienciado pelo pesquisado passe a ser vivido e experienciado pelo pesquisador, ocorrendo uma compreensão verdadeira e por completa do outro.

No quarto e último capítulo apresentamos como a Economia Solidária se desenvolve no município de Rio Branco, a partir dos resultados apresentados pelas participantes da ECOSOL, além de compreender como estão configuradas as associações e cooperativas de mulheres que visam além da renda, sua inserção nas questões políticas, sociais e culturais do município. É realizado ainda uma apresentação da situação econômica da localidade, e o que estas questões influenciam no aumento dos empreendimentos econômicos solidários (EES). O estado, por não ofertar os direitos constitucionais à sua sociedade, fomenta atividades informais, como um meio paliativo de ofertar trabalho e renda. Entretanto, as conquistas oriundas do estado foram reivindicações de vários movimentos de trabalhadores, a fim de obterem uma forma justa de trabalho.

Apresentamos ainda a importância que a academia fornecesse nas atividades de incubação dos empreendimentos, além de fornecer ao bolsista a prática dos conteúdos adquiridos junto ao mercado de trabalho. Essa relação oferta a possibilidade do empreendimento ganhar uma consultoria/formação/análise e ao cursista a inserção dentro das problemáticas que o mercado oferta e a possível concepção da realidade da população e o avanço na incubação de novos empreendimentos solidários, unindo conhecimento teórico e prático.

Finaliza-se o capítulo, ressaltando o empoderamento feminino adquirido a partir do trabalho realizado nos grupos da ECOSOL. É percebido e apresentado

como estas, a partir da integração ao grupo de mulheres, passam a desempenhar seus papéis dentro da comunidade, (re)configuram suas espacialidades e a se tornam propagadoras do processo de mudança e partícipe da sociedade Rio-branquense, onde realizam reivindicações junto aos fóruns de igualdade racial, fóruns de educação e a participação da sociedade no Conselho Municipal de Políticas Culturais.

O apresentado nas considerações finais é um compêndio do que fora discutido em toda dissertação, a enfatizar as questões mais relevantes para esta pesquisadora, nos quais pode responder aos questionamentos empíricos que acompanharam durante a investigação, e difunde novas interrogações sobre pontos que surgiram e não foram possíveis de responder. Contudo, a proposta da pesquisa teve seu papel principal realizado, que é a propagação das histórias de mulheres excluídas de todos os segmentos, oportunizando espaços para que estas ecoem suas vozes, a fim de que a sociedade Rio-branquense conheça, respeite e valorize suas ações por meio da ECOSOL. Mulheres que se mostraram fortes e guerreiras, que nos momentos mais difíceis de suas vidas conseguem ressurgir das cinzas e se reestabelecerem economicamente, socialmente, culturalmente e politicamente.

A ciência Geográfica oportunizou o estudo das relações sociais, bem como o desenvolvimento das ações solidárias nos espaços vividos. Por meio desta pesquisa foi possível compreender como um espaço de “desvio” se torna um lugar de referência para os atores sociais envolvidos. Contudo, faz-se necessário novos estudos sobre a configuração espacial oportunizada pela ECOSOL e seus protagonistas, tanto por meio da ciência geográfica como de outras áreas do conhecimento que priorizem o trabalho coletivo, por meio de uma atividade justa e igualitária.

CAPÍTULO I. O CAMINHAR SOLIDÁRIO NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA

Cirandeiro, cirandeiro ó
Rede e solidariedade, não se faz de uma mão só!
Vou construindo uma rede solidária
Que vive o sonho de uma vida melhor!
A rede cresce no sonho da liberdade
Que une nossas utopias, vidas, mãos e corações!
Essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós, ela é de todos nós!
A utopia é que nos uniu, para viver e cantar o sonho em uma só voz.
Para esta ciranda,
Juntamos mãos com mãos.
Unimos sonhos e vida,
Na força da ação.

(Ciranda Economia Solidária)

Figura 2 - Passos solidários



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados, março de 2016.

A escolha da foto que trata do andar descalço, de mãos dadas, o presente, o passado e o futuro se entrelaça e fortalece o caminhar solidário. A construção de uma dissertação é uma tarefa que exige do pesquisador um pensar que perpassa a materialidade até chegar à subjetividade dos sujeitos participantes do trabalho. São caminhos traçados juntos e de mãos dadas é possível chegar ao resultado positivo dos questionamentos realizados antes, durante e os que surgem depois. É uma atividade pensada sozinha, mas que ganha todos os dias novos pensadores solidários, o que torna a caminhada mais alegre, porém, com a responsabilidade de transmitir os questionamentos e as emoções do grupo participante.

1.1 A construção do espaço, identidade e resistência.

A considerar que a ciência geográfica possui o espaço como objeto de estudo, faz necessário realizar a discussão entre o espaço ser humano/natureza e espaço/sociedade. A relação existente entre estas categorias nos permite pensar e compreender a construção da geografia, e entender o espaço não somente uma de suas partes, mas tendo uma visão do todo, holística. A partir desta questão, entendemos que tudo o que existe e o compõem, são prerrogativas de estudo da ciência geográfica.

A fim de dar respostas aos questionamentos e como se desenvolve a construção espacial, adotamos os conceitos de espaço de Bollnow (2008), Dardel (2011) e Lefebvre (2006). Dardel não segue a linha teórica e metodológica dos demais, mas sua contribuição para a definição de espaço e a relação do ser humano/natureza aperfeiçoa a compreensão e é uma das mais importantes para este estudo. Com leveza em seus idealismos, o autor transcorre da realidade ao imaginário, de modo que prende o leitor em uma obra cheia de revelações e uma imersão no autoconhecimento, bem como à importância do conhecimento e percepção do espaço geográfico na vida dos seres humanos.

Ao realizar uma contextualização sobre como se desenvolveu a ciência geográfica no século XIX, Dardel (2011, p. 01) esclarece que esta torna-se uma manifestação do espírito moderno, que o ocidente passa a adentrar, incorporando

outros discursos, saindo do plano cartesiano e que a busca pela compreensão do espaço é o meio pelo qual se busca entender todas as manifestações que ocorrem na terra, no ar, nos mares, no mundo afora, ou seja, na compreensão do espaço em sua totalidade.

O autor ainda elucida que, anterior à sua preocupação em se tornar uma ciência, esta é marcada historicamente por ser uma ciência que busca o “além-mar”, “explorar o inexplorável”, “alcançar o inatingível”. Estas são as prerrogativas da ciência geográfica e, assim, define o espaço geográfico:

O espaço geográfico é feito de espaços diferenciados [...] o espaço geográfico é único. [...] tem um horizonte, uma modelagem, cor, densidade. Ele é sólido, líquido ou aéreo, largo ou estreito: ele limita e resiste. A geografia é, segundo a etimologia, a “descrição” da Terra [...] a Terra é um texto a decifrar, que o desenho da costa, os recortes da montanha, as sinuosidades dos rios, formam os signos desse texto. O conhecimento geográfico tem por objeto esclarecer esses signos, isso que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino (DARDEL, 2011, p. 2).

A descrição e a leitura do espaço geográfico nos remetem a um espírito aventureiro do geógrafo que está atento para as mudanças e ocorrências que a terra proporciona ao homem. A este, o mundo passa a ser revelado através do seu espírito questionador e desvenda o seu próprio mundo. O autor elucida a importância que o homem possui, pois este foi quem deu ao espaço e seus componentes uma leitura/interpretação/significado. É o ser humano que transforma a natureza e dá um novo significado (formas-conteúdo) ao espaço construído, pois o espaço é *a priori* o local onde as ações acontecem e desenvolvem.

O espaço não é somente cenário onde ocorrem as ações, manifestações e inter-relações humanas, ele também demanda ações a partir de suas especificidades. “O espaço não é visto de modo algum como homogêneo, mas nele se distinguem as partes e tipos” (BOLLNOW, 2008, p. 28). Faz-se necessário, a partir da compreensão do espaço geográfico, analisar as ações humanas e suas influências nos lugares. O ser humano é plural, assim como o espaço geográfico, e é isso que particulariza cada localidade, o que torna o espaço dessemelhante, ou seja, possui suas especificidades, o que também remete à ideia contida no pensamento de Oswaldo Amorim e João Francisco (2004).

Neste sentido, constata-se em Dardel (2011) que “o homem é construtor do espaço geográfico”. Logo, a construção do espaço é possível através da ação

humana que são dotadas de emoções. O ser humano é quem dá significado para o espaço geográfico, que cria e recria. Conseguem superar os limites geográficos e transcender suas configurações. É compreendido que existe uma relação estreita entre o homem e a natureza, onde esta última é a fonte de vida para os primeiros.

O espaço como morada, onde se estabelece relações, Bollnow (2008 p. 16) caracteriza como *espaço vivido*, sendo este que se abre para vida humana, é onde se faz acontecer e desenvolver as relações sociais. É o viver, o morrer, o construir e desconstruir, e que a denominação mais certa seria o *espaço vivenciado*, diante da união do homem e o espaço, no qual “o homem vive e com ele vive. Trata-se do espaço como meio da vida humana”. Bollnow, assim como Dardel, compreendem que o espaço somente pode ser definido a partir da compreensão da ação humana. Bollnow (2008) ainda aponta que não existe espaço sem o homem. Estes estão contidos um no outro, pois é o homem que dá significado ao espaço, e assim realça:

O homem não se encontra no espaço como um objeto se encontra numa caixa, e não se relaciona com o espaço como se primeiro houvesse um sujeito sem espaço que então, posteriormente, passasse a relacionar com um espaço. Antes, a vida consiste originalmente nessa relação com o espaço e, portanto, nem mesmo em pensamento ela pode se libertar disso (BOLLNOW, 2008, p. 21).

Dessa forma, compreender os espaços vividos e como se dá sua construção no âmbito da ciência geográfica é permitido à centralidade deste estudo, uma vez que esta ciência consegue apreender todos os elementos que se encontram presentes no espaço geográfico e consente a investigação dos sujeitos que o compõem, no qual concede uma característica singular. É por meio dos sujeitos que se podem compreender as relações estabelecidas de determinado grupo, bem como a sua inter-relação com o espaço vivido.

A Terra, ou espaço Telúrico, definido por Dardel é onde o ser humano cria sua morada, estabelece suas relações e onde se mantêm conectado com a natureza e seus elementos. Este pode permanecer por algum período em espaços aéreos ou aquáticos, mas é só com os pés na terra firme que existe a segurança, a estabilidade. O permanecer conectado é quando está em solo firme (BOLLNOW, 2008, p. 52).

A partir das definições e distinções de espaços realizadas por Dardel e da necessidade de manter morada em terra firme exposto por Bollnow, destaca-se que

o ser humano estabelece sua morada em locais que para ele são seguros, no qual exista uma relação de sincronia com a natureza, com seus espaços e elementos. Os autores versam sobre o uso do espaço natural e da significação que o ser humano proporciona, onde estabelecem suas relações, erigindo espaços a serem habitados e, assim, aponta Dardel:

A geografia encontra um espaço construído, um espaço que é obra do homem. Ela toma, às vezes, uma forma rudimentar, mas muito significativa [...] a forma mais importante do espaço construído está ligada ao hábitat do homem [...]. tratam-se de espaços que, para o homem, diferem em qualidade e significado (DARDEL, 2011, p. 27).

Bollnow e Dardel compreendem o espaço como *vivido*, em que estabelecem a relação do ser humano com a natureza, o qual segue um fluxo elementar com vistas a ofertar as necessidades primárias (alimentação, morada, segurança) dos seres humanos. Contudo, a partir da busca pelas necessidades secundárias (relações interpessoais; de poder), o espaço passa a ser reorganizado para atender às necessidades de crescimento econômico.

O espaço ainda é utilizado como fonte de recursos, mas deixa de existir, ou diminui significativamente. A relação ser humano-natureza e o espaço passa a ser construído e percebido como espaço-sociedade, onde existe a relação homem-homem. É a partir da construção destes espaços que passa a existir a imposição de poder, gerando a segregação dos seres humanos. Dardel, assim, enfatiza:

O espaço construído coloca em cheque o alcance do olhar, apaga e submerge o desenho natural dos lugares [...] Imensas populações nascem e se movem na grande cidade, um número enorme de homens é, praticamente, 'de desenraizados', sem ligações duráveis com a terra ou com um horizonte natural, seres nos quais os observadores mais "objetivos" concordam em reconhecer o caráter irritadiço, volúvel, sujeito a psicoses ou a contágios afetivos [...] A intenção humana se inscreve na terra (DARDEL, 2011, p. 29).

O autor traz para a discussão como os espaços naturais passam a ser modificados bruscamente para atender aos interesses de certos grupos privilegiados que enaltecem a fragmentação da sociedade, deixando-os fragilizados e desamparados a todos os tipos de males que podem ser acometidos aos seres humanos. A sociedade deixa de ter relações com a natureza e aquela passa a ter outro sentido para esta sociedade que preza o ganho de capital com a exploração do homem pelo homem.

Os espaços são constituídos a partir do que a natureza disponibiliza, e são (re)formulados por meio da ação humana. “A *matéria-prima* da produção do espaço, não é, como para os objetos particulares, um material particular; é a *própria natureza*, transformada em produto” (LEFEBVRE, 2006, p. 104).

A afirmativa do autor corrobora com o exposto por Bollnow e Dardel. É a natureza que proporciona a construção do espaço. As ideias dos autores se complementam no sentido que a natureza que está na condição de ser transformada por meio das ações do ser humano.

O espaço ganha outra dimensão (espaço e sociedade dando maior ênfase para a interação entre homem e homem). Aqui entra em cena a ação do modo de produção capitalista que tudo tenta transformar em mercadoria, inclusive a natureza. Dardel (2011) assim interpreta:

A hierarquia de valores é invertida, de tal maneira que é o homem que domina a Terra agora, não sendo mais uma simples forma passageira. A Terra [...] é destruída de seu papel original; ela não é mais experimentada como uma presença, e, a partir desse fato, perdeu sua “alma”; enfim, ela foi dessacralizada, pronta para uma concepção objetiva e material por parte do homem (DARDEL, 2011, p. 67).

O autor versa sobre a perda simbólica que o homem tinha com a natureza. Esta dessacralização acarreta fatores negativos para a terra e traz consequências aos homens. A terra como mercadoria passa a ser objeto de valor, deixando de ser direito de todos os seres e passa a constituir valor de uso e valor de troca.

Compreende-se que, primeiramente, a construção do espaço social se desenvolveu em busca de sanar as necessidades primárias, ou seja, o ser humano precisava de um local adequado para alimentar-se, vestir-se e abrigar-se. Entende-se então, que desde os primórdios os seres humanos necessitavam construir seus espaços de segurança para manterem-se protegidos. Doravante as satisfações das necessidades primárias, logo despertam no ser humano o desejo de satisfazer as necessidades secundárias, que são as relações pessoais e as de poder.

É então compreendido que a construção espacial é realizada desde os primórdios, mas de forma mais lenta, que vai de encontro com o disposto na natureza, com a utilização de ferramentas rudimentares. Os seres humanos não dispunham de técnicas avançadas para incitar o crescimento espacial de determinadas regiões. Santos enfatiza que:

A principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço (SANTOS, 2008 [1996], p. 29).

As transformações dos espaços se desenvolvem em virtude das técnicas utilizadas, e o ser humano, de acordo com Gourou (1973) *apud* Santos (2008, p. 33), “é o fazedor das paisagens, somente existe porque ele é membro de um grupo que em si mesmo é um tecido de técnicas”. O ser humano faz parte dessa natureza. No momento em que cria uma técnica, utiliza a própria natureza, na qual faz parte, para criar novos objetos e construir o espaço geográfico. O ser humano é um componente essencial para o espaço ser desenvolvido, e não existe a possibilidade de segregar homem e natureza.

O saber humano e o desenvolver das técnicas é o que vão caracterizar os espaços a serem construídos. É de compreensão que todas as técnicas criadas pelo ser humano advêm do disposto na natureza. As ferramentas criadas pelos homens para *arar* a terra, as construções para habitação e, assim, por diante. O espaço é configurado de acordo com as necessidades e as técnicas utilizadas para esta construção, seguindo um fluxo estabelecido pela força física do homem à qual segue as forças naturais.

Contudo, no advento da revolução industrial, iniciada no século XVIII, acelera-se o processo de crescimento de determinadas regiões, mudando a dinâmica espaço-temporal. Como exemplo, a Inglaterra supera-se por conter em seu território carvão e ferro. O carvão sendo utilizado como fonte de energia e o ferro a matéria-prima mais utilizada para a produção de mercadorias naquela época.

As técnicas utilizadas acentuam a construção do espaço. Esta vantagem faz com que ocorra um avanço significativo nesta região e uma acumulação de capital nas mãos de poucos e ágeis senhores. É cabível ressaltar que a expansão do sistema capitalista vai de encontro com a lei de cercamentos (iniciada no século XVI) que passava a colocar cercas nas áreas camponesas, o que impediu a produção de alimentação nos campos e a retirada de recursos para a sobrevivência e subsistência.

Esta ação fez com que ocorresse migração do campo para as cidades, e estes camponeses passaram a ocupar as recentes fábricas. Estas cidades, que passaram a ter uma nova organização de espaços construídos, assumem, de forma

acelerada, a segregação da população desprovida de capitais. Foram criados espaços de subúrbio e os espaços periféricos, o que causa a separação de ricos e pobres.

O que iniciou na Inglaterra, logo se expandiu para países ocidentais que dispunham de poder econômico. Enfatiza que a questão econômica é favorecida diante das características geográficas singulares das regiões, bem como do poder de expansão demandante, onde Harvey alega:

A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. [...] Essa perpétua realização [...] registrado de modo mais marcante como uma hiperacumulação do capital numa área geográfica específica (HARVEY, 2011, p. 40).

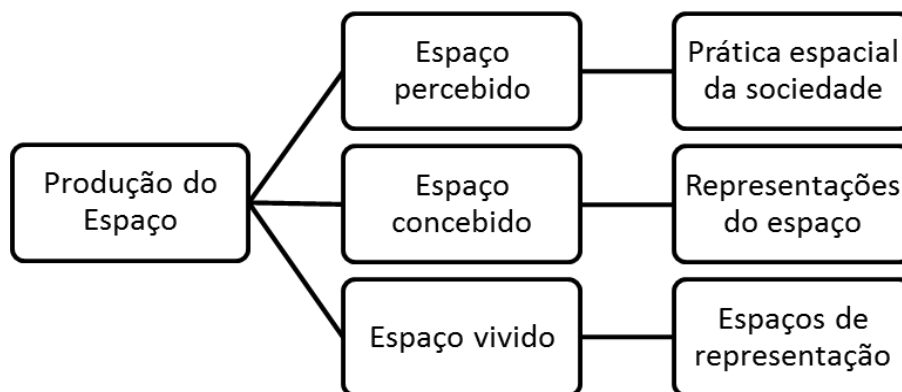
Com a exorbitante migração do campo para a cidade, o acúmulo de mão de obra disponível aos donos das fábricas, pessoas deixaram de ter suas necessidades primárias supridas, tornam-se seres humanos famintos, miseráveis, sem teto e desprovidos de expectativa alguma.

O sistema capitalista não acentuou apenas a distinção entre ricos e pobres, como também criou barreiras (visíveis e invisíveis) nos espaços construídos, onde pobres não poderiam adentrar, informações e conhecimentos que não poderiam acessar. Envolto a essa problemática, pessoas aderem ao conceito que os espaços sociais são fragmentados e se sentem pertencentes ou não a determinados locais.

Assim, se pode dizer que os espaços de pobreza, construídos e/ou acentuados a partir do sistema capitalista são destinados a todos aqueles desprovidos de qualquer oportunidade de crescimento econômico, político, intelectual, cultural e social.

Por meio de análise na obra de Lefebvre (2006, p. 39-40), compreendemos que este traz uma análise da produção do espaço a partir do sistema capitalista, no qual ele apresenta uma tríade para esta construção e se desenvolve desta forma:

Figura 3 - Tríade da produção do espaço



Fonte: Lefebvre, 2006. Adaptado por DOURADO SILVA, Suzanna, 2016.

A tríade de Lefebvre nos faz compreender como se dá o processo de produção espacial, no qual o *espaço percebido* é sobreposto às questões políticas e econômicas da região, onde se percebe as suas potencialidades; o *espaço concebido* se desenvolve a partir das necessidades desta localidade; são elaborados e executados com vistas aos interesses dos detentores do capital, no qual se configura para atender as demandas deste grupo; e os *espaços vividos* que ocorrem pela disposição oportunizada pela natureza e pela construção social, o qual é absorvido, por meio de signos e representações que repercutem na sociedade e se desenvolvem na vida deles.

O espaço, segundo Lefebvre e sustentado pelos demais autores aqui citados, é uma construção social. Em virtude disso, o espaço social construído passa a ser um reflexo das contradições que condiciona, limita e gera uma segregação socioespacial. A configuração do espaço, por meio da tríade de Lefebvre, nos remete à compreensão de como se estabelece a produção do espaço. Na nossa interpretação, este autor considera que o espaço é produzido de acordo com a evolução econômica e política da sociedade.

Para entender como ocorrem as mudanças espaciais diante da junção de força de uma sociedade é necessário compreender como se desenvolve o espaço e como este se configura para cumprir com as funções do sistema capitalista. As resistências, as lutas e reivindicações são ocorrências que marcam a história do mundo ao qual pertencemos e que ressignificam as espacialidades.

Diversas são as causas destes movimentos de resistência, mas em todos há um fator preponderante: as *relações de poder*. Para compreender como se

desenvolvem ou despertam as identidades, Castells (2001) alude sobre os tipos de identidade, diferenciando em:

Identidade legitimadora se configura por ser “introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”;

Identidade de resistência “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos”;

Identidade de projeto “quando atores sociais, utilizando-se de qualquer material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social” (CASTELLS, 2011, p.24).

Cada identidade apresentada tem uma origem de formação, onde os indivíduos exercem suas identidades conforme seus aprendizados, sua inserção espacial, cultural e de interesses. Com fulcro nas identidades ora apresentadas por Castells (2001), compreendeu-se que a identidade de projeto surge, primeiramente, por meio da identidade de resistência, sendo elevada à identidade de projeto quando os sujeitos alcançam uma posição diferenciada da vivida anteriormente e, por meio de ações, atinge-se a identidade legitimadora, como exemplo temos o movimento étnico-racial, movimento LGBT, o movimento feminista e a ECOSOL.

Os movimentos de resistências são ativados nos seres humanos quando ocorre um desequilíbrio em sua realidade, uma saída do *status quo*. Para a saída desse estado, entende-se que há diversos fatores que podem levá-lo a uma desestruturação, contudo, compreende-se que uma das principais causas ocorre quando o ser humano possui as suas necessidades primárias privadas. Tornar-se um ser humano sem referência, morada, alimentação, enclausurado, explorado e outros, incitam ações de mudança, de resistência contra o opressor. Castells versa sobre a discussão e enfatiza:

Vivenciamos no último quarto do século o avanço de expressões poderosas de identidade coletiva que desafiam a globalização e o cosmopolitismo em função da singularidade cultural e do controle das pessoas sobre suas próprias vidas e ambientes [...] Incorporam movimentos de tendências ativas voltados à transformação das relações humanas em seu nível mais básico, como por exemplo, o feminismo e o ambientalismo (CASTELLS, 2001, p. 18).

Castells aborda sobre o movimento de resistência que surge e perpetua, apesar das barreiras impostas pelo capitalismo. São movimentos que não se deixam

esmorecer e buscam, a partir de sua articulação, fortalecer o grupo e acentua sua cultura, identidade e tradições. Dentre os movimentos, o autor aborda a questão do feminismo, e ainda ressalta:

As mulheres não esperaram o fim do milênio para se manifestarem. Suas lutas estão presentes em todas as etapas da experiência humana, embora assumindo formas diferentes e quase sempre ausentes dos compêndios de história e dos registros de modo geral. (CASTELLS, 2001, p. 170).

Os movimentos sociais, dentre eles o movimento feminista, sempre estiveram presentes na história da sociedade, e bem como frisa o autor, foram excluídos dos registros, mas eles nunca deixaram de existir. Este ainda diz que: “muitas lutas urbanas, antigas e contemporâneas, foram, na realidade, movimentos feministas envolvendo as necessidades e a administração da vida diária” (CASTELLS, 2001, p. 170).

O autor traz suas reflexões de o quanto importante são os movimentos feministas e a presença marcante da mulher em todas as ações humanas, dentre elas estão os embates em prol à vida, à segurança e aos direitos. Referente à questão da mulher, Vieira (2002) profere:

A construção do espaço de expressão da mulher faz parte de um cenário de guerra, no qual, cotidianamente, inúmeras batalhas são travadas. A maioria delas se faz silenciosamente, não como resultado de uma estratégia mundializada ou de articulações deste sexo, e sim como alternativa de (sobre)vivência, um ato de teimosia ante a cultura, ideologicamente demarcada no Ocidente, de coloca-la como um dos apêndices da história das sociedades (VIEIRA, 2002, p. 23).

Ante a afirmativa não há como dizer que a inserção da mulher no mundo mercadológico aconteceu de forma natural. Esta se desenvolve por meio da luta pela sobrevivência, ruptura do silêncio e da exposição de argumentos ante a necessidade para que a mulher seja reconhecida enquanto ser humano, que possui deveres, bem como direitos, e que estes precisam ser garantidos. Contudo, esta luta não perdurou apenas por alguns anos, ela perdura até hoje, pois ainda existe o preconceito silencioso contra a mulher.

Diante desta perspectiva, a escolha do gênero feminino para configurar este trabalho se fundamenta no tocante em que consegue responder como ocorre a inserção das mulheres na Economia Solidária (ECOSOL) e a forma pela qual iniciam suas lutas e movimentos em prol de um mundo de equidade. É uma forma de

compreensão do espaço ao qual às mulheres se desenvolvem, tornando-se protagonistas.

O estudo de gênero na ciência geográfica é pertinente e relevante para que o processo histórico/geográfico e de ação desenvolvida pelas mulheres seja retratado com veracidade e certeza que somente os pesquisadores que de fato buscam expressar estas vivências conseguem compreender e transmitir.

1.2 É uma questão de gênero! Atores envolvidos na ECOSOL: mulheres facilitadoras do processo de mudança

A temática de gênero vem ganhando espaço e reconhecimento como área de investigação. Segundo Monk (2011, p. 95), “as publicações de geógrafas/os que abordam temas de gênero geralmente apresentam resultados de investigação [...], tem implicações nas mudanças da sociedade em geral”.

Esse incremento de pesquisas tem dado a possibilidade de conhecer de modo mais profundo as causas das questões de gênero, e, conseqüentemente, a propagação dos direitos das mulheres. Gênero como abordagem geográfica, estuda como homens e mulheres se relacionam no espaço, porém as mulheres se tornam invisíveis enquanto membro participante da sociedade.

Este silenciamento da atuação feminina trata de uma construção social que está sendo alvo de reivindicações por um reconhecimento da igualdade social da mulher, desde o surgimento do movimento feminista no mundo, e, no Brasil a partir da década de 1970, e que ainda há um longo caminho a percorrer para que se tenha, de fato, equidade de gênero.

No tocante à temática de gênero dentro da ciência geográfica, Silva (2009) realça que:

A ciência geográfica hegemônica é marcada por privilégios de sexo e de raça, características que dificultaram a expressão das espacialidades dos grupos das mulheres, dos não-brancos e dos que não se encaixam na ordem heterossexual dominante (SILVA, 2009, p. 26).

Percebe-se que a afirmativa da autora exemplifica todas as reivindicações das geógrafas para que tivessem suas pesquisas realizadas dentro dos espaços

acadêmicos. Vários foram os embates que as tornaram protagonistas de seus escritos, de falarem por si, já que a academia e a ciência geográfica não permitiam tal manifestação.

Ao que se refere ao falar por si, Spivak (2010) faz a mesma crítica que faz Silva (2009). Em suas manifestações, Spivak deixa visível sua crítica a um intelectual branco, europeu falar por uma população a qual ele desconhece. Pode o subalterno falar? É o princípio para que questionemos as formas como são ditadas as regras. O subalterno pode falar, e deve falar, pois só ele conhece a sua realidade e esta não pode ser transmitida com a mesma veracidade para intelectuais que nunca vivenciaram sua realidade.

As críticas apontadas por Spivak demonstra insatisfação em que intelectuais representem os subalternos, de acordo com suas próprias aspirações – “o falar por”. Spivak, por exemplo, enquanto intelectual e indiana, tornou-se porta voz de grande parte de mulheres indianas ao revelar ao mundo as condições as quais estão submetidas e compreende a necessidade dessa transmissão de fala e vivências.

Oportunizar espaços para que a voz dessas mulheres seja ecoada é uma das questões levantadas por Spivak (2010), a qual enfatiza que quando a mulher subalterna não encontra mais caminhos para se fazer ouvir, ela procura a mulher intelectual, pois esta poderá lhe compreender e proporcionar a transmissão dos seus relatos de vida, sendo este um dos papéis desta mulher intelectual.

Compreende-se, a partir do exposto, que através da articulação das associações e cooperativas, bem como a inserção em movimentos sociais, é dada a oportunidade do subalterno falar por si e demandar as ações que lhes são necessárias, reforçando as identidades de resistência, pois somente estes conhecem de fato a realidade local e quais são as questões que precisam ser debatidas, principalmente com o poder público.

Com a prerrogativa exposta por Spivak e Silva, e por conhecer a necessidade de transmitir as vozes de milhares de mulheres que ainda vivem em condições de extrema pobreza, sem perspectiva alguma de mudanças, é que esta pesquisa se torna um instrumento que pode representar uma pequena parcela das mulheres que estão inseridas nas atividades econômicas solidárias.

Não há a pretensão de que este trabalho fale por alguém, mas já é um começo conseguir transmitir um pouco da vivência destas mulheres da ECOSOL em

Rio Branco, recordando suas iniciativas diante da exclusão social, cultural, política e econômica. O trajeto se desenvolve a partir da compreensão de que a inserção das mulheres em atividades econômicas solidárias – o qual é o eixo norteador da pesquisa – se origina devido à necessidade de estarem inseridas em atividades que gerasse renda para manter a sobrevivência da família, além da busca pela inclusão social.

A partir da percepção deste sistema econômico que exclui e oprime, não há como deixar de enfatizar que as mulheres são as mais prejudicadas, pois apesar dos avanços conquistados, elas ainda são as primeiras a perderem seus postos de trabalho, são as que desenvolvem os piores tipos de atividade e que tem pior remuneração (FARIA, 2011, SOARES, 2011, ANTUNES, 2011).

São estas mulheres as principais propulsoras de atividades informais, pelas quais buscam a obtenção de renda para sua sobrevivência e para suas famílias. Outro fator atenuante para a inserção de mulheres na ECOSOL ainda se dá em virtude da divisão sexual do trabalho. Em pleno século XXI, a divisão sexual do trabalho e o demérito das mulheres enquanto detentoras de capacidades intelectuais aumentam, sendo necessária a ampliação da discussão que versa a temática.

A divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres sempre existiu em nossa sociedade (MORAIS, 2002, p. 05). Ela surge ainda nos primórdios, quando os homens saíam para a caça, pesca e guerra, e as mulheres permaneciam com as crianças e idosos no local onde habitavam. A partir do exposto, percebe-se que às mulheres era destinado o espaço privado e ao homem, o espaço público.

Esta concepção ainda prevalece nos dias atuais, apesar das mudanças que ocorreram. Há também a concepção, intrínseca, de que os homens são os provedores e as mulheres reprodutoras (TEIXEIRA, 2013). Para as mulheres, esta atribuição permaneceu intrinsecamente em suas práticas, passando a acreditar que eram de fato meras reprodutoras, excluídas de qualquer forma de desenvolvimento intelectual, social, cultural, político e econômico.

A valorização da mulher ocorre por meio da articulação do movimento feminista, que busca uma efetiva equidade de gênero, a fim de que a mulher seja respeitada por sua condição de ser humano. Muitas conquistas já foram obtidas, como o direito ao trabalho, à educação, à saúde, à autonomia do seu corpo, de

inclusão em grupos sociais, à cultura, à religião, ao acesso político, ao social e outros.

Quando Spivak (2010, p. 67), ressalta que “o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade”, consideramos as mulheres negras, mulheres rurais, mulheres seringueiras, mulheres ribeirinhas, mulheres lésbicas e outras, estão ainda mais na obscuridade. Sabe-se que a inserção destas na sociedade ainda é reivindicada nos dias atuais. Estas sempre foram margeadas como a escória da sociedade. O mundo feminino fez e faz enfrentamentos para que os direitos das mulheres sejam reconhecidos, visto que se trata de um processo ainda em construção.

A partir dos anos de 1970, no Brasil, e com o forte apoio da ONU Mulheres, as lutas e reivindicações se acentuam para a concretização de ações que beneficiam a mulher. Entretanto, ainda se faz necessário continuar os embates, pois, só quando as mulheres conseguirem de fato a sua autonomia e empoderamento¹, é que teremos um mundo igualitário e justo. De acordo com Soares:

Entendemos a autonomia das mulheres como a capacidade de tomar decisões livres e informadas sobre sua vida, de maneira a poder ser e fazer em função de suas próprias aspirações e desejos, num determinado contexto histórico. O avanço da autonomia está relacionado ao avanço das mulheres na vida pública e privada como garantia do exercício pleno de direitos. A falta de autonomia é resultado da má distribuição do poder, dos proventos, do uso de tempo, da falta de reconhecimento dos direitos das mulheres (SOARES, 2011, p.281).

Para que uma mulher tenha autonomia e seja empoderada, é preciso que ela supere algumas etapas, dentre elas a financeira. A Economia Solidária busca fomentar a inserção destas mulheres ao trabalho remunerado para que possam alcançar as esferas necessárias para o seu completo crescimento pessoal, social, financeiro e intelectual. A Organização das Nações Unidas (ONU) Mulheres e o Pacto Global das Nações Unidas definiram os princípios do empoderamento² da mulher, o qual se destaca:

Empoderar as mulheres para que participem plenamente da vida econômica em todos os setores e níveis da atividade econômica é essencial para: Construir economias fortes; Estabelecer sociedades mais estáveis e justas;

¹ Originária da palavra inglesa empowerment (descentralização de poderes).

² Disponível em: <http://portuguese.weprinciples.org/> acessado em 10 jan 2016.

Atingir objetivos internacionalmente acordados para o desenvolvimento, a sustentabilidade e os direitos humanos; Melhorar a qualidade de vida para as mulheres, homens, famílias e comunidades; e Impulsionar as operações e metas dos negócios (ONU, 2016).

A partir da compreensão dos fatores necessários para o empoderamento e autonomia da mulher, percebe-se que há um tripé para alcançá-los, o qual entendeu como necessário que a mulher tenha *autonomia do corpo* (físico e psicológico/espírito), *autonomia financeira* (econômica e política) e *autonomia cognitiva* (intelectual, social e cultural).

O empoderamento da mulher tem o objetivo de torná-la independente em sua vida, suas decisões, seus desejos, suas vontades, de poder participar de decisões em grupos sociais, em sua participação política e principalmente em sua participação econômica e financeira.

As ações demandadas pela Economia Solidária oportunizam o alcance deste tripé e busca ofertar para as mulheres e homens o seu empoderamento e a conscientização da necessidade de viver em um mundo que priorize as questões sociais, políticas, culturais e ambientais, respeitando e valorizando todos os seres humanos.

Ao trabalhar com a Cooperativa Mulheres Arte de Vencer, bem como a Associação Mãos que Fazem, estas duas entidades corroboram a importância do desenvolvimento de rodas de conversas, a fim de fortalecer estas mulheres e, principalmente, a compreensão de que as problemáticas enfrentadas são semelhantes, e afloram o sentimento de inclusão e pertencimento do grupo. A economia solidária praticada em Rio Branco visa, além da autonomia financeira, a autonomia cognitiva e do corpo.

1.3 Geografia e Economia para compreensão da Solidariedade

Abordar a temática de gênero e sua inserção na economia solidária é possível em virtude da ciência geográfica permitir a compressão do espaço como palco das relações sociais. Quando Capel (1983[1981], p. 7) aborda que Humboldt ao navegar pelos mares afora e descobre a riqueza dos estudos das sociedades, não há como

desvencilhar do mesmo caminho, sendo que a geografia humana possibilita estes estudos, agora a perceber a importância que existe em pesquisar a sociedade não apenas como espectadores do espaço, mas atores protagonistas que criam e recriam os espaços.

Entende-se que são nos espaços que existem as representações, superações e evoluções. É onde o ser humano constrói sua história, sendo o espaço uma construção social. A partir da concepção do que é espaço vivido, cabe definir como a ciência geográfica apreende essa configuração e passa a realizar estudos sobre a sociedade, com isso compreendemos e transcendemos os anseios que a sociedade necessita – que ocorre desde a concepção de sua existência em relação ao espaço vivido e construído, até os desejos mais íntimos, somente revelados na subjetividade.

Diante do exposto, a Geografia não apenas se preocupa com as questões físicas deste Planeta, mas sim com tudo que o concerne, dentre eles a sociedade, e como se desenvolve a dinâmica vivida por estes. Pensar a economia solidária a partir da ciência geográfica, permite não só analisar as situações em que uma sociedade marginalizada busca meios de sobrevivência, mas também como estes deixam de estar inseridos dentro de um sistema e passam a aderir uma nova forma de vida, com os princípios do solidarismo, da partilha e da comunhão, reafirmando suas identidades.

A Geografia e a Economia são ciências nas quais seus objetos de estudos possuem correlações. Esta se dá em virtude da impossibilidade de avanços econômicos ou ações, sem a compreensão do espaço vivido e da questão social. A afirmativa possui forte peso, mas quando cogitada e analisada, entende-se que desde a criação da moeda, ou ainda no sistema de troca (escambo) estes fatores sempre estiveram interligados.

Sabe-se que a Geografia, durante longos anos, foi instrumento de ampla captação de recursos econômicos. Por meio desta ciência, nações puderam expandir suas áreas de comércio, em busca de rotas para iguarias e minerais que os enriquecia, e/ou a dizimação de uma população por meio da extração de todas as riquezas de um povo, Capel (1983[1981], p.173). Assimila-se então que a Geografia e a Economia caminharam e caminham lado a lado.

Realizando reflexões sobre a ausência de comunicação entre estas ciências, Claval (2005), bem como Cuadrado-Roura (2014) fazem apontamentos de que estas não realizavam diálogos entre si e que isso perdurou por longos anos, até que passam a compreender que uma ciência precisaria dialogar com a outra, pois ambas realizam estudos sobre ações que afetam as (re)modificações e vivências nos espaços geográficos.

Assim, enfatiza Cuadrado-Roura (2014, p.09):

La Economía tendió casi desde un principio a minimizar el papel y la influencia del “espacio” en los procesos económicos, entendiendo como “espacio” el territorio que soporta la actividad económica y que influye en y se ve influido por los procesos de producción, circulación y distribución de los bienes, servicios, factores y rentas. Actualmente, buena parte de la literatura económica reconoce que el territorio – y lo que él implica – no puede quedar al margen de cualquier análisis de los hechos económicos y sociales, porque evidentemente no es “neutral”. El territorio no solo dificulta o facilita los movimientos de los factores de producción y de los bienes producidos, sino que todos los agentes económicos –ya sean empresarios o simples consumidores- lo tienen en cuenta en sus decisiones.³

A afirmativa corrobora com o início da integração das ciências, a partir da necessidade de análises detalhadas referentes às questões sociais, culturais, políticas e econômicas, dispostas no espaço vivido. Isso se dá em virtude do espaço ser um lugar de ressignificações.

Para a compreensão dos estudos da geografia econômica, Claval (2005) diz que esta surgiu a partir das observações realizadas por Carl Ritter, mas esta Geografia econômica era meramente descritiva, não realizando uma relação da sociedade com o espaço vivido e a questão econômica. Os agentes econômicos e o espaço onde desenvolviam suas ações eram desprezados.

A partir da Geografia Humanística é que há a necessidade de modificar a forma de compreensão dos espaços geográficos e da interação (com a intervenção) humana para ser realizada de fato uma análise do que se passa a denominar de geografia econômica e as duas ciências (geografia e economia) integrarem-se.

³ A Economía tendeu quase desde o início minimizar o papel e a influência do "espaço" nos processos econômicos, entendendo como "espaço" o território que suporta a atividade econômica e que influencia e se vê influenciado pelos processos de produção, circulação e distribuição de bens, serviços e fatores de renda. Atualmente, grande parte da literatura econômica reconhece que o território – e o que ele implica – não pode ser excluído de qualquer análise dos fatos econômicos e sociais, porque, obviamente, não é "neutro". O território não só dificulta ou facilita a circulação dos fatores de produção e bens produzidos, mas todos os agentes econômicos – sejam empresários ou consumidores simples – têm em conta as suas decisões (Tradução Nossa).

A ciência econômica e a geografia econômica, em meados do século XX, passaram a manter uma sincronia nos estudos realizados, trazendo maiores concretudes às duas ciências. Segundo Claval:

A economia e a geografia econômica tratavam dos mesmos problemas. Os geógrafos tiravam uma grande parte de sua inspiração dos modelos desenvolvidos pela economia espacial e pela macroeconomia. [...] A contribuição dos geógrafos para a interpretação do crescimento polarizado era original: eles enfatizaram o papel da informação na vida econômica e na gênese das economias externas; analisaram a natureza econômica das cidades e seu papel na vida de relações (CLAVAL, 2005, p. 07).

A questão econômica analisada a partir de outro viés, na ciência geográfica, renasce a possibilidade de compreender com mais exatidão fatores que atingem a sociedade. O uso de análises da microeconomia, para algo mais específico, ou da macroeconomia para uma análise do todo, são ferramentas que trazem aporte para a busca de mecanismos que possam reverter quadros até então apenas apontados pelas demais ciências, sem exatidão, precisa dos fatores externos causadores das mudanças.

Claval (2005) ainda aborda que a partir da compreensão destes dois universos foi que os estudos geográficos referentes às questões sociais tiveram maiores alcances, haja vista a captação de uma concepção ao estudo social, ao qual a necessidade de diálogo se desenvolve no quadro econômico que passa a ser vivenciado diante das influências dos fatores externos que acabaram por modificar as dinâmicas dos sujeitos, bem como suas perspectivas.

A vontade de assegurar uma renda suficiente a todas as classes sociais e a todos os povos na terra conduziu, ao mesmo tempo, a uma análise mais precisa das condições para o crescimento e o desenvolvimento e a uma atenção mais forte pelo consumo. Do lado dos economistas, a diferença entre os objetivos das empresas e aqueles dos consumidores foi sublinhada: de um lado, o lucro; de outro, a utilidade. [...] A nova perspectiva permitiu o desenvolvimento duma teoria das migrações humanas e contribuiu também para a compreensão de situações onde se buscava rendas mais altas ou o prazer de consumir em lugares diferentes. Os geógrafos se apaixonaram por esses temas. Eles combinaram os resultados da economia com a nova metodologia dos mapas mentais para construir uma nova geografia econômica das escolhas residenciais, das segregações urbanas e do turismo (CLAVAL, 2005, p. 08).

Diante do exposto, percebe-se uma aproximação das ciências e de um “novo caminhar geográfico”, com possibilidades de novas análises e compreensões de vivências e dinâmicas do espaço-tempo. É visualizado que a economia afeta

diretamente as questões sociais, que passa a ofertar um campo amplo para a discussão geográfica, sendo que está interligada diretamente com as questões sociais.

A Economia, segundo Dornbusch *et. al.* (2003), afeta quase todas as ações humanas, desde as questões sociais, culturais, até as questões políticas. A economia é alvo de discussão de todos os partícipes da sociedade, haja vista que é ela quem determina o que será produzido, como, e para quem, (re)modificando toda uma sociedade, bem como o espaço e suas dinâmicas. Todas as ações econômicas influem diretamente no espaço vivido, o que gera uma alteração das dinâmicas no espaço e tempo. A economia de um país pode determinar alterações culturais, sociais, políticas, religiosas, entre outras.

A Economia Solidária, dentro da ciência geográfica, é favorável em virtude desta ciência possibilitar o estudo das relações sociais ocorridas dentro do espaço vivido, produzido por seres humanos que estão a todo o momento dando novas (re)significações para os espaços a partir de suas técnicas. Há também a prerrogativa de como o modelo econômico adotado em determinado tempo consegue (re)modificar um lugar, que faz com que os sujeitos alterem seus modos de vida.

Ainda nos apontamentos sobre a sociedade, Claval (2010, p. 07) corrobora que os estudos sobre a referida ciência, faz com que a geografia passe a se “preocupar com as populações e principalmente com os fatores econômicos que envolvem boa parcela da sociedade”. Vislumbra-se que o estudo da inserção da sociedade desprovida de inserção mercadológica também é uma prerrogativa da ciência geográfica, sendo importante elucidar a inserção daqueles desprovidos de renda nas atividades econômicas solidárias.

O autor faz ainda uma apreciação sobre a geografia econômica e ressalta que esta “por tanto tempo desprezada, está no cerne da nova geografia, mas esta esclarece ainda outros campos da vida coletiva, estudando a organização social e os jogos do poder” (CLAVAL, 2010, p. 118). Com isso, conclui que a economia é aceita e estudada nas ciências geográficas a partir da geografia econômica. Ocorre que a economia não é só uma questão de análise financeira, ela compreende o modo de vida da sociedade e tudo que dela demanda. A ocorrência de mudanças no espaço, em virtude da interlocução do ser humano, é o que reafirma novas

organizações espaciais, bem como a inserção de novas categorias de análises ao meio social. Santos, assim, descreve:

Cada vez que as condições gerais de realização da vida sobre a terra se modificam, ou a interpretação de fatos particulares concernentes à existência do homem e das coisas conhece evolução importante, todas as disciplinas científicas ficam obrigadas a realinhar-se para poder exprimir, em termos de presente e não mais de passado, aquela parcela de realidade total que lhes cabe explicar (2012 [1978] p. 18).

O que Santos enfatiza é a questão anteriormente especificada por Claval. A ciência geográfica, bem como as demais ciências, necessitam atentar-se para as mudanças ocorridas no espaço e aderir em seus estudos um novo olhar, um novo caminhar de suas pesquisas, a fim de compreender melhor essas mudanças. A inserção do estudo da economia na ciência geográfica parte desse princípio, e o estudo da economia solidária e dos atores envolvidos nesta atividade segue o mesmo viés apresentado por Santos, onde enfatiza a necessidade de realinhar-se.

1.4 Conceitos de Economia Solidária como Prática Social e Empresa modelo Economia Solidária

Os seres humanos são gregários, ou seja, necessitam permanecer em grupo para viver em sociedade. Ao longo do processo histórico da construção social dos seres humanos, muitas ações foram criadas e recriadas, haja vista que estamos sempre em um processo de mudança.

Os seres humanos são os propulsores de significações e ressignificações nos espaços. A vivência em comunhão e a necessidade de partilha fazem parte do processo histórico da humanidade. Morais (2002) explana como se desenvolvia o processo de trabalho ainda nos primórdios com os homens da caverna. Ali ocorria a divisão de trabalho e a partilha do que era produzido. Isso reafirma que a partilha e a solidariedade são ações há tempo praticadas pelos seres humanos.

Apesar da prática solidária, também faz parte do processo histórico a opressão do homem pelo homem. Este processo de opressão ganha força a partir da possibilidade de acúmulo de capitais e da escravização dos homens. Estas

relações estão interligadas às relações de poder, sendo o capital a maior forma de opressão dos seres humanos. Além da opressão, o capital oportuniza interferências no espaço vivido, surgindo uma nova concepção de relação, de identidade e de resistência dos seres humanos.

A economia solidária é um fortalecimento ou uma manifestação da identidade de resistência, em virtude da opressão do sistema capitalista. Para compreendê-la como estudo deste trabalho, se faz necessário resgatar o histórico da economia solidária, por meio dos autores que versam sobre a temática, compreendendo que não é uma alternativa econômica idealizada por teóricos ou especialistas.

A economia solidária surge, de acordo com Singer (2000), diante da necessidade de um grupo se manter economicamente ativo, frente às mudanças ocorridas nos campos e cidades, principalmente em virtude dos fatores hegemônicos do capital.

Ao longo das leituras de Singer, Yunus, Guerín, Souza, Arroyo, Arruda, Sen, Gaiger e Mance, que fazem suas reflexões sobre a temática e oportunizam a compreensão da ECOSOL desde o primórdio até os dias atuais, e, com a junção das experiências relatadas dos partícipes desta economia, são importantes para o aprofundamento dos modelos econômicos solidários implantados.

Por meio das leituras e das experiências, compreendeu-se que não há um modelo único de atividade econômica solidária, mas sim, ações provenientes dos seres humanos que buscam um mundo mais justo e igualitário. Por meio desta conjectura, Singer realça que:

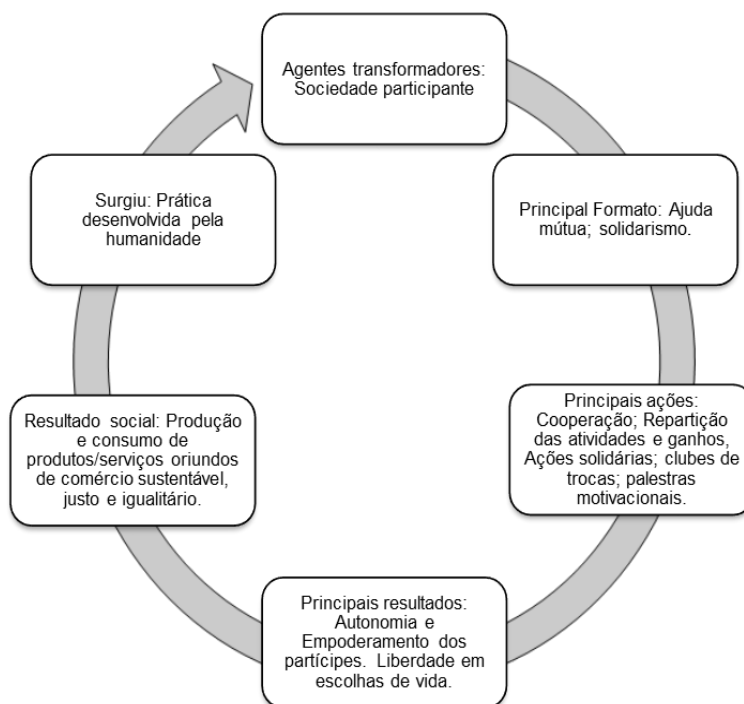
Uma das formas mais antigas de se organizar a produção e a distribuição de bens e serviços é a *produção simples de mercadoria*, onde os inseridos no sistema são os facilitadores da produção, trabalhando em conjunto e usufruindo coletivamente do resultado da atividade (SINGER, 2000 p. 11).

O autor analisa que estas formas de produção são as iniciantes do modelo Econômico Solidário. Realçando-se que essa forma colaborativa é uma prerrogativa dos povos que trabalham com a terra (camponeses, extrativistas, ribeirinhos), com artesanatos e com pequenos comércios, pois são atividades que sempre foram executadas em partilha, seguindo a produção simples de mercadoria.

Defende acrescentar que esta ação de produção simples existe desde os primórdios da humanidade e era adotada pelos pequenos trabalhadores. Consideramos nesta pesquisa (Figura 4) que esta é uma “prática social” em que a

produção de mercadorias é necessária apenas para a sobrevivência e subsistência, em que esta é exercida por sociedades que prezam a partilha, a comunhão e a solidariedade, mantendo o respeito pela natureza e pelo ser humano.

Figura 4 - Economia Solidária como Prática Social (ESPS)



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Janeiro, 2016.

A Economia Solidária como Prática Social (ESPS) não possui um período pré-determinado de surgimento. Como se trata de uma ação desenvolvida pela humanidade, não há como realizar datação.

Nos dias atuais, grande parte dos povos que vivem na floresta, ou nas zonas rurais, executa este fazer solidário e a cada dia surgem novos adeptos a essa prática social. Um dos fatores responsáveis para o aumento de simpatizantes é o mecanismo excludente próprio do sistema capitalista, que não mede consequências nas ações com os seres humanos e com a natureza.

Àqueles seres humanos mais sensíveis às causas sociais, ao depararem-se com estas situações tendem a criar mecanismos de defesa e resistência, assumem posições ativas diante a essa nova conjectura. Como exemplo, podemos citar as pessoas que largam seus empregos, no sistema formal, e buscam viver nos campos,

utilizando apenas o que a terra oferta para a sua sobrevivência, ou àqueles que buscam fomentar e valorizar os produtos oriundos da ECOSOL.

É cabível enfatizar que a mudança da cidade para o campo, o desligamento de um emprego no sistema formal e a procura em realizar a produção do que irá consumir, não são as ações que caracterizam o adepto à prática solidária. Ser um sujeito consciente de suas ações e procurar, mesmo dentro do sistema capitalista, ofertar a igualdade, a partilha e a comunhão é uma ação que demonstra a sensibilidade com os seres humanos, com a natureza e todos os seus elementos.

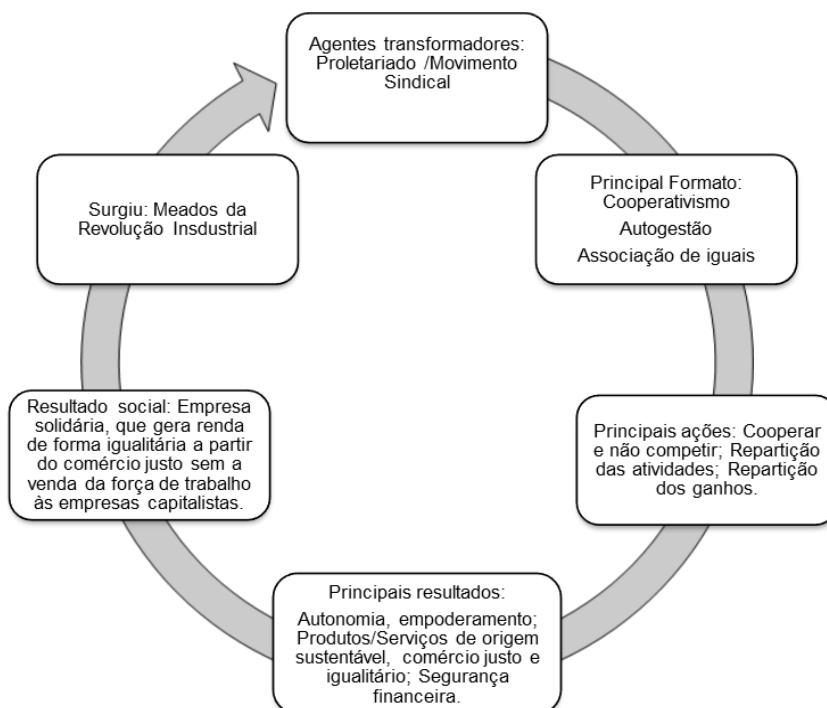
Por meio da ESPS, temos a formatação inicial da Empresa modelo Economia Solidária. Conforme elucidado, as ações solidárias sempre existiram em nossa sociedade. Potencializada diante de alguns fatores que levam a busca pela articulação de grupos denominados “iguais”. A formação de um grupo está intrinsecamente ligada ao reconhecimento de sua identidade que é construída e reconhecida a partir de suas lutas.

Já, a prática do cooperativismo surge⁴ por meio da associação de um grupo de tecelões e tecelãs, denominados Sociedade dos Probos de Rochdale, que necessitavam manterem-se economicamente ativos, na era da Revolução Industrial. O grupo, entre iguais, organizou-se e conseguiram criar um modelo econômico democrático e que até hoje é exercido e legitimado.

O início do cooperativismo está associado ao surgimento da economia solidária no formato organizacional – ao seu modo de produção – que é o oposto ao modo de produção capitalista. Contudo, este modelo já vinha sendo praticado por significativa parcela da sociedade por meio da ESPS. As cooperativas serviram como uma espécie de modelo para que a Empresa Solidária fosse de fato constituída. A Figura 5 esboça esse início, bem como elucida os agentes transformadores e quais os ganhos a sociedade obteve em face à sua criação.

⁴ Para maior aprofundamento, acessar:
<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/os-pioneiros-de-rochdale/>
<http://www.coopeder.org.br/a-coopeder/cooperativismo/cooperativismo-no-mundo/>

Figura 5 - Empresa modelo Economia Solidária - EMES



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Janeiro, 2016.

Para elucidar o nascimento da Economia Solidária no viés formal, de empresa modelo economia solidária (EMES), Singer (2010[2002]) ressalta:

A economia solidária nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. [...] A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais e ameaçava a reprodução biológica do proletariado. As crianças começavam a trabalhar tão logo podiam ficar de pé, e as jornadas de trabalho eram tão longas que o debilitamento físico dos trabalhadores e sua elevada morbidade e mortalidade impediam que a produtividade do trabalho pudesse se elevar (SINGER, 2010[2002], p. 24).

Apreende-se o quão agravante era a situação vivida pelos trabalhadores (explorados). A situação periclitante tendia a crescer e envolver novos trabalhadores, sem haver saída para este modelo de opressão. Neste mesmo sentido, Perrot (1988) enfatiza que a inserção de novas fábricas surgia por meio de um discurso contraproducente, onde a alegação era a de ofertar “emprego, não a produção”. Criava-se uma alteração do discurso para “dar trabalho aos pobres, utilizar os braços ociosos”. E ainda destaca:

As grandes cidades mantêm as indústrias altamente qualificadas cuja mecanização ainda não se tornou possível, em particular a produção de

máquinas que se concentra largamente em Paris. Assim se instaura uma verdadeira divisão do trabalho entre a cidade e o campo, as grandes cidades e os centros secundários. Essa geopolítica industrial, cujo processo, que conhecemos bem atualmente e que se reproduz sob nossas vistas, vem acompanhada de um maior recurso a uma mão-de-obra pouco qualificada principalmente a infantil (é a grande época do alistamento das crianças da Assistência pública), e de uma mecanização que permite empregar crianças. A maioria dos folhetos de propaganda das novas máquinas insiste na facilidade de sua utilização *pelos crianças* (PERROT, 1988, p. 21).

A França, assim como outros países, se posicionou favorável ao maquinário, levando trabalhadores do campo para as cidades e fomentando o trabalho infantil. A cada dia se agravava a situação vivida pelos trabalhadores nas cidades, e defronte dessa exploração inesgotável, urgiu a necessidade de junção de forças, principalmente a partir do movimento de mulheres, que emergiu a fim de desconstruir essa realidade.

Alguns ideológicos desenvolveram ações para reverter essa situação, sendo considerados como precursores da ECOSOL como empresa solidária. Claude Saint-Simon, pensou em uma sociedade livre em que a busca pelo bem-estar dos trabalhadores; Charles Fourier criou fazendas coletivas para que houvesse a divisão de riquezas, onde, todos produzissem e gerassem o bem-estar de todos; Jean-Baptiste André Godin, inspirado em Fourier ofertou áreas para o trabalho coletivo de famílias; Pierre-Joseph Proudhon, de acordo com Arroyo (2006), é considerado o criador do anarquismo, onde exclui de suas filosofias a propriedade privada, a idealizar uma sociedade formada por seres que não visam a acumulação de riquezas e que valorizem o ser humano, bem como o seu trabalho.

Estes ideológicos pensaram alternativas frente a opressão vivida, bem como pela falta de esperanças de mudança, a necessidade de resistência passa a ser reavivada e os trabalhadores saem em luta por melhores condições de trabalho. Assim, desenvolveram-se os primeiros movimentos de trabalhadores, com apoio de intelectuais, onde as mulheres tiveram forte participação.

Diante do cenário fatídico, alguns industriais iniciaram mudanças quanto às jornadas de trabalho, e a “propor leis de proteção aos trabalhadores”. Robert Owen foi um dos pioneiros nesta empreitada, que, ainda de acordo com Singer (2010[2002]) reduziu a jornada de trabalho e possibilitou que as crianças, até então empregadas nas fábricas, passassem a frequentar a escola.

A ação de Owen fez com que a rentabilidade de sua indústria aumentasse significativamente e sem a exploração da força de trabalho de seus operários. A iniciativa de Owen é considerada como o primeiro modelo de uma empresa Solidária. Logo após a iniciativa de Owen, outros modelos foram criados e, por meio de sua empreitada, através do crescimento da cooperativa de Rochdale, outras cooperativas foram ganhando força e resistência.

Singer (2010[2002], p. 33) enfatiza que “o cooperativismo, em seu berço, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo”. Ou seja, diante da iniciativa de Owen, surge uma alternativa de gestão, onde não há mais a forma arbitrária dos detentores do capital. O cooperativismo aparece como uma possibilidade de dar voz ao trabalhador, sendo esta uma conquista dos trabalhadores que se articularam em busca de um meio de sobrevivência de forma justa e igualitária.

Compreendemos, a partir do exposto por Singer, que a primeira empresa Solidária surge a partir do advento da Revolução Industrial, onde é dado início à formação das cooperativas por meio da articulação dos desprovidos de capitais. As cooperativas existentes na época trazem o formato que a economia solidária passa a estruturar-se e organizar-se, mantendo os princípios da autogestão, cooperativismo e democracia.

As EMES não são empresas que visam apenas à obtenção do lucro, competindo com as empresas capitalistas. O que se preza nestas empresas é a valorização do ser humano; a dignificação do trabalho; a democracia e a preservação do meio ambiente e dos seres vivos.

Ao se tornar partícipe das EMES ou da ESPS não é apenas valorizar o mercado interno, nem a renda circulante, é estar consciente das ações demandadas e desenvolvidas pelo sistema capitalista e apoiar os atores que estão realizando ações que são contra a opressão imposta pelo capital e a impregnação de um discurso controverso. Nesta empreitada contra o sistema e a busca por um mundo equânime, as mulheres iniciam alternativas de renda e de acesso a informações, e se tornam um ícone de força e resistência na luta por um mundo mais justo e igualitário, contudo, sua inserção às esferas sociais, políticas e culturais foram marcadas por entraves e diariamente, lutas são travadas a fim de garantir a sua plena inserção.

1.4.1 Histórico de Mulheres trabalhadoras

Diante do cenário de um sistema econômico cada vez mais excludente, as mulheres buscam formas alternativas para obtenção de renda para sua sobrevivência e para suas famílias. A entrada no mercado de trabalho perdurou e, apesar dos espaços conquistados, algumas questões em relação a essa entrada mercadológica ainda são questionadas.

Em pleno século XXI, ainda nos encontramos em um sistema perverso e excludente, em que se percebe uma explícita discriminação em relação à mulher e sua capacidade intelectual, social e cultural. Dessa forma, ainda hoje são marginalizadas por meio de discriminação dissimulada, excludente e repressora, no que se refere à busca de seus direitos para que se tornem economicamente ativas.

Ao longo da história, homens e mulheres ocuparam o mesmo espaço, porém marcada por um tratamento diferenciado de acordo com o gênero. Enquanto os primeiros eram postos a frente, as mulheres recebiam funções secundárias. Elas buscaram por meio de reivindicações se inserirem no espaço público, pois a estas somente o espaço privado lhes era destinado. De modo que sua inclusão no meio mercadológico também é uma conquista, e seu intuito é de obter autonomia financeira, bem como romper com os laços de dominação e participar ativamente de todas as obrigações cidadãs que lhes é constituída legalmente.

Considerando o previsto legalmente, homens e mulheres possuem os mesmos direitos e deveres perante nossa sociedade, contudo, ainda existe uma diferença de gênero e esta agrava-se nos espaços públicos, sendo a questão do trabalho colocada em xeque constantemente.

Contudo, faz-se necessário compreender a origem do conceito de “trabalho”, que para Hirata *et. al.* (2009), este, na contemporaneidade apresenta uma dupla definição. A primeira traz uma definição antropológica, em que o trabalho representa uma característica geral e genérica da ação humana, utilizando suas tecnologias para trabalhar com o ofertado pela natureza, e a segunda, seria uma reinterpretação da primeira, na qual existe a exploração do homem pelo homem, surgindo o termo trabalho assalariado. Hirata *et. al.* ainda elucida que:

A noção moderna de trabalho surgiu então sob o impacto de um verdadeiro golpe de força política e social: a separação entre uma sequência de operações que podem ser objetificadas e a capacidade humana de realizá-las. O trabalho, de um lado; a força de trabalho do outro. E, entre os dois, o tempo, referência central de avaliação da produtividade da produtividade dessa combinação entre trabalho e trabalhador. O nascimento da noção de trabalho assalariado é a história dessa separação, que opõe uma forma objetificada a uma potência subjetiva. O trabalhador torna-se prisioneiro daquilo a que ele deve se reportar: as operações objetificadas. (HIRATA *et. al.*, 2009, p. 253).

O comentado por Hirata *et. al.*, sobre a ruptura e a nova “organização” do trabalho é o que anteriormente fora discutido da força dominante do capital na vida dos seres humanos. Aderindo aí a mulher, que desde os primórdios exercia atividade de trabalho e que é excluída do processo histórico. O trabalho a ser assalariado torna-se ainda mais excludente a participação da mulher, que foram privadas de executarem atividades em domínio público e muito menos recompensadas financeiramente pelas atividades realizadas em domínio privado.

Hirata ainda enfatiza que o trabalho no domínio privado é contrário da objetificação, pois acredita que neste trabalho a questão das relações afetivas faz da mulher um ser prontamente disponível para desenvolver trabalhos domésticos, educação e cuidados com os filhos e dependentes. Ao homem o espaço público é destinado, e o espaço privado lhe pode ser facultado. Em relação a inclusão de estudos que enfatizem e considerem a divisão sexual do trabalho, Hirata *et. al.* (2009), descreve:

É a partir da problemática da divisão sexual do trabalho que Danièle Kergoat procede a uma desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho e seus conceitos conexos, como o de qualificação, introduzindo a dimensão trabalho doméstico e a esfera da reprodução. [...] Essa reconstrução abrangeu também o trabalho não assalariado, não remunerado, produção e reprodução, assalariamento e família. (HIRATA *et. al.*, 2009, p. 254).

Assim, Kergoat caracteriza a divisão sexual do trabalho:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite, segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997), afirmar que

existem dessa forma desde o início da humanidade. (KERGOAT, 2003, p.55-56).

A inclusão de estudos sobre o trabalho feminino no mundo acadêmico trouxe consequências positivas para a sociedade, uma vez que entra em debate toda uma história de subjugação e inferiorização do trabalho feminino. Por meio dos trabalhos críticos desenvolvidos, o movimento de mulheres, com sua articulação, passa a reivindicar políticas públicas que assegurem e protejam o trabalho feminino, além de inclusão nas legislações os direitos e deveres do trabalho feminino.

A inserção na mulher no mundo de trabalho se desenvolveu diante de uma série de fatores, aos quais podemos destacar: a necessidade de mães pobres e viúvas de alimentarem seus filhos; a falta de mão de obra para as fábricas em virtude das duas guerras mundiais; e a necessidade de mão de obra barata. A conquista do espaço público teve seu marco ainda no século XIX, com a consolidação do sistema capitalista que recrutava a todo instante mão de obra barata, e acentuou-se no advento das I e II guerras mundiais (1914-1918 e 1939-1945). A inclusão no trabalho anteriormente dominado pelos homens, se deu em virtude destes irem para os campos de batalhas e da necessidade de mão de obra nos comércios e indústrias.

Contudo, essa inserção no mundo do trabalho não era privilegiada, mas uma grande exploração à mulheres e crianças. Estas tinham jornadas de 14 a 18 horas diárias, além da extensa disparidade de ganhos salariais. Neste sentido, Luiza Ferreira de Medeiros *apud* Matos *et. al.*, relata:

Entrei para a fábrica Bangu, no período da Primeira Guerra Mundial, com 7 anos de idade. Iniciava o trabalho às 6 e terminava por volta das 17 horas – sem horário de almoço... era critério dos mestres o direito a comer, e, tendo ou não tempo para almoçar, o salário era o mesmo. Isto, evidentemente, depois de passar a fase de trabalho gratuito, que chamavam de aprendizado (MEDEIROS, M.L., 2013, *apud* MATOS *et. al.*, 2013, p. 126).

Mulheres e crianças viviam a base da exploração, sem possibilidades de mudança desta realidade de consumia milhares de pessoas no mundo inteiro. A saída para esta situação se deu a partir da organização dos trabalhadores e pela busca de legislação que garantisse direitos para todos os seres humanos.

Em 1927, é lançado o código de Menores e a legislação trabalhista, os quais tentavam interditar o trabalho de crianças nas fábricas. Em 1932, o Decreto n.º

21.417, traz em seu teor as primeiras questões sobre o trabalho feminino, destacando os seguintes artigos:

Art. 1º Sem distinção do sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual.

Art. 2º O trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é vedado desde 22 horas até 5 horas.

Art. 7º Em todos os estabelecimentos industriais e comerciais, públicos ou particulares, é proibido o trabalho à mulher grávida, durante um período de quatro semanas, antes do parto, e quatro semanas depois.

Art. 11. A mulher que amamentar o próprio filho terá direito dois descansos diários especiais, de meia hora cada um, durante os primeiros seis meses que se seguirem ao parto.

Art. 12. Os estabelecimentos em que trabalharem, pelo menos, trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação.

Art. 13. Aos empregadores não é permitido despedir a mulher grávida pelo simples fato da gravidez e sem outro motivo que justifique a dispensa.

Após o Decreto de 1932, em todas as Constituições Federais (1932, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988), além das Consolidações das Leis Trabalhistas (CLT), todos traziam em seus artigos garantias para as trabalhadoras. Essa, que na Constituição de 1988 teve seus direitos plenamente reconhecidos, mas que durante o caminhar do século XX lutou para terem direitos e ser reconhecida como ser humano, íntegra de direitos e deveres, agora garantidos constitucionalmente. Todavia, em pleno século XXI, com todas as garantias legais previstas, ainda existe o não cumprimento legal, no qual mulheres, crianças e homens trabalham em regime com característica escrava.

A falta de fiscalização, interesse e cumprimento da legislação, ainda aprisiona trabalhadores por todos os Estados deste país. A necessidade de manter-se economicamente ativo, dar alimento aos filhos, é um dos motivos que levam estas pessoas a aceitarem novamente essa situação de semiescavidão. A opressão do homem pelo homem ainda se faz presente e é atroz. A busca por meios de inserção laboral que não seja pelo sistema de opressão é o mecanismo de saída para uma vida digna e plena.

Uma das ações para o desenvolvimento desse não sistema de opressão é a ação em conjunta dos excluídos do sistema, que juntos buscam meios de sobrevivência e subsistência com princípios na união; partilha; autogestão. A ECOSOL se desenvolve neste sentido, na busca por oportunizar trabalho e renda entre iguais, excluindo todas as formas de opressão.

1.4.2 Não precisam estar à margem, só precisam ser conscientes!

Ser um sujeito consciente das questões sociais do país e do mundo é um fator preponderante para se tornar questionador das doutrinas implantadas. Não conformar-se diante das arbitrariedades e da não aceitação de qualquer forma de exploração do indivíduo é uma das prerrogativas dos sujeitos que estão aptos a adotarem a Economia Solidária.

Para inserir-se como participante das atividades econômicas solidárias, o sujeito não precisa, necessariamente, estar à margem do sistema atual. Basta que este consiga visualizar que o sistema é opressor e buscar alternativas a fim de não compactuar com estes atos de exploração do homem pelo homem e que a natureza se torne apenas matéria prima para suas produções.

Valorizar o comércio local, dar preferência aos produtos confeccionados artesanalmente e que sejam de origem solidária, para os quais não há o incentivo à competição quase que atroz, a repressão dos detentores do capital, tampouco a exploração do meio ambiente, é tornar-se um apoiador da ECOSOL. Mance (2000) corrobora com a busca de consumir produtos de origem locais e diz:

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um produto um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços públicos não-estatais etc.) é o que denominamos aqui como consumo solidário (MANCE, 2000, p. 30).

Seguindo o pensamento de Mance que trata do desejo de consumir produtos de origem limpa, que não degrada o meio ambiente e que busca a promoção de um comércio justo e igualitário, acrescenta-se a questão elucidada anteriormente por Spivak em relação como as leis são demandadas por países de “Primeiro Mundo” para os de “Terceiro Mundo”. Estas demandas realizam uma necessidade de adquirir bens e serviços que por muitas vezes degradam o meio ambiente e a população do dito Terceiro Mundo. Ordens de produção e consumo! Estas que oprimem quase toda a população de um país e que não se tem formas de intervir, a não ser adotando uma filosofia de rejeição aos produtos que explorem e degradem o

ser humano, bem como os recursos naturais pertencentes aos ditos países desenvolvidos.

O trabalho humano não é intrinsecamente “barato” ou “caro”. É assegurado por uma ausência de leis de trabalho (ou sua execução discriminatória), um Estado totalitário (muitas vezes vinculado ao desenvolvimento e à modernização na periferia) e exigências de subsistência mínima por parte do trabalhador. Para manter intacto esse item crucial, o proletariado urbano em países compradores não deve ser treinado sistematicamente na ideologia do consumismo (alardeado como a filosofia de uma sociedade sem classes), que, contra todas as expectativas, prepara o terreno para a resistência por meio da política de coligação. Essa separação da ideologia do consumismo é cada vez mais exacerbada pela proliferação dos fenômenos da terceirização internacional (SPIVAK, 2010, p. 68).

Além dos apontamentos de Spivak no tocante ao não cumprimento de leis, ou de sua não existência em alguns países denominados de terceiro mundo, ainda faz uma crítica sobre o consumismo, que leva a cada vez mais recrutar mão de obra barata para cumprir com as demandas desejosas dos consumistas dos países de primeiro mundo, além destes implementarem suas culturas acima de todas as outras.

Em uma reflexão, em virtude das ações dos seres humanos, Santos (2012 [1978]) diz que o homem é um agente transformador, onde este é o centro e não o capital. Ele enfatiza que o espaço geográfico é destinado ao homem e não tem espaço que seja subserviente ao domínio do capital. Compreendemos, por meio da explanação de Santos, que os papéis andam invertidos no sistema atual. O homem deixa que o capital domine todos os espaços e demande ações a todos os homens.

O observado por Santos pode ser visualizado em Cattani (2009, p 548), que enfatiza que “10% dos adultos do mundo detêm 85% da riqueza global. Ao mesmo tempo, a metade mais desfavorecida da população mundial fica com menos de 1% do total”. Estas prerrogativas são inerentes ao atual sistema ao qual estamos inseridos, onde existe a dominação e a exploração de forma institucionalizada.

Outro fator apresentado por Cattani é que são estes mesmos afortunados financeiramente os ditadores das leis que conduzem a sociedade; sem leis específicas ou cumpridas que se assegure o trabalhador.

Com o aumento da pobreza e cada vez mais crises atenuantes que fecham fábricas e postos de trabalhos, a economia solidária vai se fortalecendo. Primeiramente, por este grupo não ter como se manter economicamente ativo, sendo necessária a inserção em atividades coletivas que busquem obtenção de

renda; segundo, para ofertar renda circulante a uma determinada região, por meio da compra de produtos econômico-solidários que priorizam a comunhão e a preservação do meio ambiente. Guerín abrange a temática e afirma que:

O conceito de Economia Solidária nasceu para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária (GUERÍN, 2005[2003], p.79).

Ante a exposição de Guerín e os apontamentos anteriores de Singer, compreende-se que a ECOSOL não é só um meio articulado de pessoas que não possuem habilidades⁵ necessárias para inserirem-se no sistema capitalista. Esta surge a partir da articulação de sujeitos que buscam se manter economicamente ativos, criando e recriando alternativas financeiras. Contudo, nesta sociedade machista e sexista, como se configura a inserção das mulheres nas atividades de economia solidária? Para estas, que durante anos foram privadas de trabalho e renda, de educação, de participar democraticamente da sociedade, a sua inserção em um grupo organizado por mulheres é mais do que uma forma de obtenção de renda. É reivindicar seus direitos enquanto mulher e enquanto ser humano. É o seu grito de emancipação e liberdade.

Conforme elucidado anteriormente, consideramos, neste trabalho, a ECOSOL como uma *prática solidária* para aqueles que buscam viver em um mundo mais justo e igualitário. Sendo uma nova forma, um novo modelo de vida. Um para além da obtenção de renda e ajuda mútua. Para Tygel, (2016, p. 02), “é uma escola na construção de uma outra sociedade”. Enfatiza ainda que um dos seus desafios atuais é “alcançar o reconhecimento dessa prática como estratégia de desenvolvimento capaz de levar em conta dimensões de justiça ambiental, justiça social, empoderamento e fortalecimento das iniciativas populares de economia”.

Tygel reconhece que muitas ações são necessárias para que a Economia Solidária esteja de fato inserida nas atividades centrais dos programas governamentais. É preciso dar maior visibilidade, e acrescenta:

A Economia Solidária continua muito marginal, fora das estratégias mais nucleares sobre o desenvolvimento do país. A gente pode dizer que a Economia Solidária não é uma estratégia desse governo, assim como não era no anterior. E não é vista como uma área estratégica para se pensar o

⁵ Adotamos o termo habilidades como treinamento técnico para inserção no mercado de trabalho capitalista.

desenvolvimento com distribuição de renda ao mesmo tempo (TYGEL, 2016, p. 01).

Tygel realiza uma crítica bastante fundamentada nas prioridades governamentais, reconhecendo que as atividades desencadeadas pelo Fórum de Economia Solidária (FBES), com o trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) são ainda incipientes, principalmente com o envolvimento dos sujeitos às ações econômico-solidárias. Se ao realizar um aprofundamento dos investimentos governamentais em programas que fomentam o sistema capitalista, há uma disparidade exorbitante.

O FBES foi criado a fim de atender as reivindicações dos movimentos sociais que trabalhavam com a ECOSOL e que precisavam manter-se legitimados. Em 2001 nasce o Fórum e hoje este atua como um articulador dos diversos empreendimentos e pela inserção e construção de uma economia solidária no Brasil. Ao elencar quais as principais manifestações do movimento Economia Solidária, Tygel diz que:

Todo cidadão e toda cidadã tem o direito de poder se organizar sem ser patrão e sem ser empregado. Esse reconhecimento é necessário, porque com ele vem uma série de outras coisas. Se você tem o direito de se organizar de maneira associada, sem ser patrão e sem ser empregado, de maneira coletiva, para que esse direito possa realmente ser efetivo é preciso ter garantias desse direito. Isso significa acesso ao mercado, o avanço do comércio justo e solidário; acesso a crédito, todo o processo de finanças solidárias para que você consiga desenvolver sua atividade, para infraestrutura do empreendimento, para giro e assim por diante; acesso a conhecimento, tanto conhecimentos populares, como conhecimentos acadêmicos, para poder fortalecer os processos de gestão, de construção de embalagens, de relação com o mercado, formas de produção; e isenções ou benefícios tributários, além de um marco jurídico adequado, adaptado às especificidades da Economia Solidária (TYGEL, 2016, p. 02).

As manifestações, solicitações do movimento ECOSOL são reivindicações plausíveis, pois são cidadãos que possuem direitos e que suas garantias não estão sendo cumpridas em virtude do olhar “desviado” daqueles que deveriam governar. Surge então a necessidade de sair às ruas e lutar para que seus direitos sejam garantidos, e que a esfera pública reconheça o trabalho desenvolvido pelos atores engajados nesse movimento alternativo.

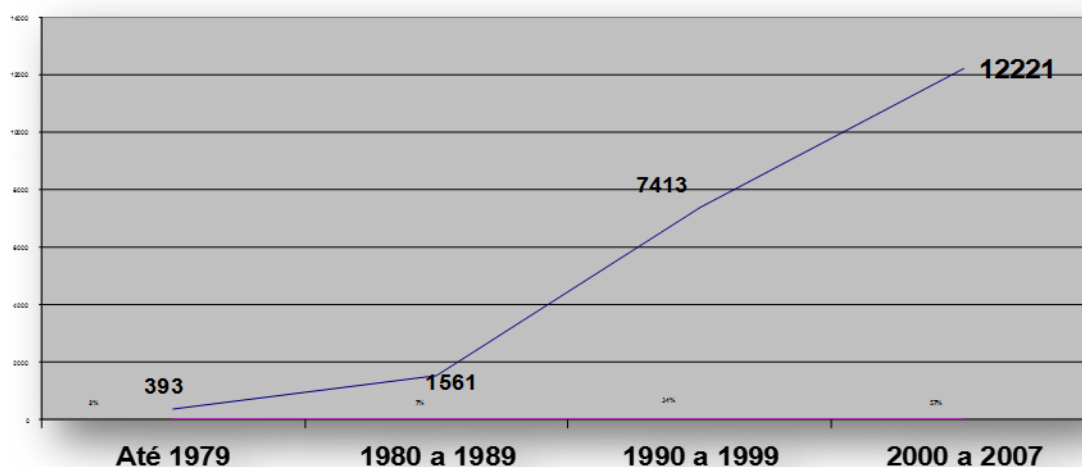
Tygel demonstra a amplitude das ações que a ECOSOL vem articulando e desenvolvendo, ações estas que não são procedentes apenas do FBES, mas sim,

de um trabalho de cada associação e cooperativa que estão envolvidas na Economia Solidária.

Apesar da pouca visibilidade, por meio do poder público, é percebido que vem aumentando significativamente o número da população que desenvolve atividades Econômico-Solidárias e de pessoas que dão preferência aos produtos produzidos por estes, principalmente por acreditarem que produtos fornecidos através de um modelo que visa o fortalecimento e enriquecimento local é a forma de manter uma sociedade melhor.

De acordo com dados da SENAES, o número de participantes de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), tem aumentado significativamente ao longo dos anos, conforme se observa na Figura 6, do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), pertencente ao Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, SIES (2008).

Figura 6 - Gráfico da expansão da Economia Solidária no Brasil



Fonte: SIES – MTE – BRASIL, 2008.

É possível visualizar que os EES sofrem um aumento significativo, contudo, este é ligado com as grandes crises financeiras que o país enfrentava, como as crises de 1980, 1990 e 1999⁶. O gráfico apresentado demonstra que desde os anos

⁶ A crise de 1980, realizada por meio de empréstimos junto aos norte-americanos pelo general Geisel fez com que o Brasil entrasse em uma crise que perdurou toda a década de 1980. A crise de 1990 e 1992 o Brasil passou por outra grande crise, conhecida por Plano Collor, sendo esta revestida apenas em 1994 com a implantação do plano real. Já o ano de 1999, o Brasil enfrenta uma nova crise financeira, onde o Banco Central promoveu uma desvalorização do real, acarretando em uma grande

de 1979 a Economia Solidária já vinha sendo praticada e vai evidenciando a sua alta procura, até meados dos anos de 2007, onde a Economia Solidária já havia sido institucionalizada.

Os fatores levam a inserção aos empreendimentos alternativos que se deu em virtude da falta de empregos formais, ou a precarização destes, aumentando significativamente a iniciativa de atividades informais, com o instinto de sobrevivência. O termo “Economia Solidária” surgiria em meados dos anos de 2001, através do encontro de movimentos sociais e sindicais, no I Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido na cidade de Porto Alegre/RS.

Naquele fórum foram expostas as necessidades dos grupos sociais e da importância de criar um movimento de economia solidária, sendo que o encontro destes movimentos sociais no FSM não poderia ter sido melhor. Neste evento, trazia o *slogan*: “Um outro mundo é possível”, realizou os primeiros escritos da Economia Solidária, parafraseando o *slogan* do fórum: “Uma outra economia é possível”.

No ano de 2002, também no FSM, militantes do movimento econômico solidário escreveram uma carta ao presidente recém-eleito (Luiz Inácio Lula da Silva) que implantasse em seu governo uma Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Em 2003, através da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, instituída pelo Decreto nº 4.764, de 24 de junho de 2003⁷ a SENAES é institucionalizada.

A SENAES é vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego que tem por “objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando a geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (BRASIL, MTE, 2015).

Os movimentos sociais, ou seja, a participação da população em grupos sempre foi o que motivou as mudanças significativas da sociedade. A articulação é o que move a economia solidária, em seus princípios. É possível observar, por meio da Tabela 1, como se percebe as atividades dos empreendimentos de economia solidária (EES) por seus partícipes.

quebra dos bancos, sendo revestida a situação no ano de 2004, quando houve processo de fortalecimento do mercado interno.

⁷ Revogado pelo Decreto n. 5.063, de 03 de maio de 2004.

Tabela 1 – Fatores para a permanência nos EES

Fator de motivação	%	Respondentes (resp. múltipla)
Participar de uma atividade coletiva	82,4%	2385
Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais	79,4%	2299
Trabalhar no que eu gosto	76,6%	2217
Melhorar minha renda ou meu nível de vida	74,2%	2148
Acreditar na Economia Solidária	68,8%	1991
Trabalhar com mais comodidade, quanto ao horário ou local	55,3%	1601
O apoio de entidades ou do governo	46,9%	1357
Evitar o desemprego	46,8%	1354
Outro motivo	15,3%	444
Total Geral	100,0%	2895

Fonte: <http://portal.mte.gov.br>, 2007.

Há uma clara percepção da importância que existe em trabalhar coletivamente para estes grupos, pois 82,4% dos entrevistados a citaram como um dos principais motivos de estarem inseridos no EES. Outro fator importante e que foi observado pelo grupo é o fortalecimento local, bem como dos movimentos sociais. Compreendemos que existe a preocupação com o desenvolvimento da sociedade onde estão realizando suas ações solidárias. Os empreendimentos solidários buscam manter uma relação harmônica com o meio ambiente e a valorização da comunidade, haja vista que estes se tornam agentes encarregados desta preservação e propagação frente a sua comunidade.

Em Rio Branco, a relação dos empreendimentos com a natureza é bastante estreita, principalmente porque estes são oriundos da floresta, conforme se verá no próximo capítulo, e o saber/fazer que trouxeram consigo incorporam as ações econômico-solidária na cidade. Para além, os produtos comercializados e vendidos nas feiras, são aprendizados trazidos da floresta, bem como as matérias-primas. O uso de tecnologias para confeccioná-las, são ainda rudimentares, mas mesmo que não as fossem, preservam a qualidade e tradição dos tempos da floresta.

CAPÍTULO II ENTRE GRITOS E SUSSURROS: UMA REBELIÃO!

Que este sol a brilhar soberano
Sobre as matas que o veem com amor
Encha o peito de cada acreano
De nobreza, constância e valor

Invencíveis e grandes na guerra
Imitemos o exemplo sem par
Do amplo rio que brilha com a terra
Vence-a e entra brigando com o mar

Fulge um astro na nossa bandeira
Que foi tinto com sangue de heróis
Adoremos na estrela altaneira
O mais belo e o melhor dos faróis

(Hino Acreano)

Figura 7 - Rio Acre



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, março de 2015.

A escolha desta imagem do Rio Acre com a bandeira acreana hasteada para abrir o capítulo II bem como as três primeiras estrofes do Hino Acreano se faz pertinente, pois foi às margens do rio Acre que aconteceu a anexação do território Acreano ao Brasil. Estas águas simbolizam a luta, as lágrimas, o suor, a dor e o amor do povo acreano por suas matas, terras e rios. Na atual conjectura, não se pode desvencilhar do passado, com suas histórias e memórias, já que é por meio destes que se compreendem o presente e o futuro de uma sociedade, bem como o despertar de uma identidade de resistência, marcada por anos de opressão e da luta por sua liberdade. A compreensão do espaço se dá por meio das ações passadas e presentes da sociedade e, em virtude disso, faz-se necessário abordar a história do povo acreano.

2.1 O meu passado é meu presente e futuro

Quando se aborda a história de um povo, de uma cidade, de uma região, compreende-se que todas são únicas e para os participantes surge a ideia que estas histórias são as mais belas e grandiosas. Isso se dá pelo “bairrismo”, sentimento de que enaltecer a terra natal e mantê-la acima das demais. Afora a questão bairrista, elucida-se que a história do estado do Acre é marcada por fatos jamais visualizados em outras regiões do país. Foi neste pequeno Estado que um grupo de seringueiros armou-se e fez uma revolução a fim de se tornarem pertencentes ao território brasileiro, sem conseguirem alcançar sua emancipação.

A história do Acre passa a ganhar registros a partir de tratados e acordos⁸ entre Portugal e Espanha, onde determinavam as demarcações territoriais de cada país, sendo este território um apêndice destes países, sem importância e significado, ou consideradas “terras não descobertas”.

Entretanto, civilizações indígenas já viviam nesta região, e eram organizadas, possuíam suas línguas, culturas, meios de sobrevivência e subsistência, e mantinham relações estreitas com a natureza, conforme frisa Calixto *et. al.*:

⁸ Tratado de Tordesilhas (1493); Tratado de Madri (1494); Tratado de Prado (1761); Tratado de Santo Ildefonso (1777), sendo o tratado de Madri e de Santo Ildefonso os que se referiam aos limites da questão do Acre.

É possível constatar uma profunda coesão interna que assegurava a sua continuidade. A harmonia pessoa-natureza refletia-se de forma nítida no universo cultural dos grupos. Este fato é comprovado pelas peças de cultura material de que estão repletos os museus dos colonizadores (CALIXTO *et. al* 1985, p. 07).

Os “invasores” não mediram esforços para exterminar estes grupos que viviam na região amazônica, igualando a atrocidade que cometeram também à costa do país. Na Amazônia acreana, compreende-se que os grupos eram mais de 50 etnias⁹, com população estimada de 60 mil. Destas, 36 etnias foram dizimadas. Este povo nunca foi lembrado e, quando existe sua aparição na história, é marcada por um genocídio, ou como autores tratam: um *etnocídio*.

Esse massacre era conhecido por correrias¹⁰; e ocorriam de forma atroz, com alto teor de sadismo. Armas de fogo e dinamites eram utilizados na “caça” aos indígenas. Aos mais “domados” para o trabalho braçal era utilizado, já os “arredios”, a morte era o destino. Não há como deixar de registrar a forma brutal e desumana que os invasores das terras acreanas trataram os verdadeiros filhos da terra. Calixto *et. al.* (1985) elucidam esta questão:

Para a sociedade colonial não importava quem eram os nativos, como viviam e se tinham ou não direitos a reclamar. Importava submeter todo aquele que se apresentasse como diferente, negando-lhe os direitos próprios da humanidade, facilitando, assim, a conquista de suas terras, exploração de seus recursos naturais e expropriação de suas riquezas. Na verdade, o projeto colonizador não previa um lugar para a existência e sobrevivência do nativo. Era preciso dominar, destruir, exterminar fria e sistematicamente cada etnia, afirmar a superioridade do branco europeu e decretar a inferioridade do nativo. O máximo apreço era considerar exótico seu modo de vida (CALIXTO *et. al.*, 1985, p. 07).

Não existiu a menor possibilidade de tentar compreender o universo aos quais os indígenas pertenciam; compreender seus modos de vida e registrar suas vivências na região da Amazônia-acreana. A brutalidade inumana foi a única manifestação dos invasores nas terras acreanas. Em virtude desta ação, perderam-se registros que acarretam em perdas culturais e sociais que se perpetuam até os dias atuais.

Não há como reverter tamanha violência e reavivar as memórias exterminadas, mas ainda existe a possibilidade de realizar um resgate histórico, bem

⁹ Para aprofundamento, consultar Acre: uma história em construção.

¹⁰ Correrias foram expedições de regionais organizadas com o intuito de expulsar os nativos de suas terras ou para fins punitivos (CALIXTO *et. al.* 1985, p. 10).

como a valorização dos grupos étnicos ainda existentes em nossa região. Além disto, é necessário registrar as histórias dos povos remanescentes, juntamente com os materiais arqueológicos encontrados, para tentar reavivar a memória dos grupos étnicos exterminados.

De tal maneira, sabemos que recordar a história dos povos indígenas no Acre é um tanto quanto dificultosa, haja vista que não há dados registrados do povo que aqui vivia, sem elucidar o “apagamento” destas histórias em virtude da escrita ter sido de domínio europeu, que passa a contar a sua versão da história. Outro fator agravante é da população indígena não ter a tradição da escrita. Calixto *et. al.* (1985) versam sobre o registro dos povos indígenas:

A inexistência da escrita, as limitações da tradição oral entre os nativos e a predominância de uma postura histórica positivista contribuíram para que a trajetória dos povos indígenas, anterior e posterior ao contato, fosse bastante limitada. A tentativa de reconstruir uma história a partir do índio esteve e está, *a priori*, condicionada pelas fontes geradas pela própria sociedade colonizadora (CALIXTO *et. al.*, 1985, p. 06).

Chimamanda Adichie, em uma palestra realizada por meio do TED Conference (Tecnologia, Entretenimento, Design), julho de 2009, em Oxford – Inglaterra, alerta para a questão de os perigos de uma história única, ou “uma verdade só” e que corremos sérios riscos ao ouvirmos um lado só das histórias. Mas como ouvir algo quando o direito da palavra, bem como das escritas são de domínio de brancos europeus? Que verdade da história é contada? Nilma Bentes (2005) faz um comentário e diz que a história é sempre dos vencedores – europeus – e seus descendentes brancos, no caso. Resta então optar pelas versões não oficiais, fragmentadas de outras verdades.

Ainda há fragmentos destas verdades e cabe aos pesquisadores contar o outro lado da história. Por meio desta concepção é que se traz por meio das histórias de quem aqui vivia a formação social e movimento de resistência do povo acreano.

A ocupação das terras acreanas, para além dos povos que aqui viviam, é marcada com a exploração da borracha a partir dos anos de 1850, conhecida como “I Ciclo da Borracha”. Contudo, a vinda intensificada para a região é datada entre 1870 a 1879, quando criaram núcleos de retirada de látex. Neste período vieram para o Acre diversos filhos da pátria brasileira, principalmente nordestinos.

Estes migram para a região, haja vista que grande crise acometeu o nordeste brasileiro, em virtude da seca do ano de 1877, que destruiu pastos, plantações, dentre outras atividades econômicas. A partir da falta de trabalho, estes, que em sua maioria eram trabalhadores do campo (escravos e ex-escravos)¹¹ em busca de trabalho e melhores condições de vida, vêm para a Amazônia com esperança de ofertar uma vida mais digna aos seus familiares e escapar das desesperanças.

A chegada aos seringais do Acre é impactante. Descobre-se que as promessas eram ludibriantes, sendo proferido um *discurso de outrem*, que visava enganar e captar mão de obra barata para o trabalho a ser exercido nos seringais. A força, a dominação dos seringalistas impedia a fuga e/ou a possibilidade de retorno ao lar, pois estes assumiram dívidas de passagens, de ferramentas e alimentação com os donos dos seringais.

Aos ludibriados pelos detentores de capitais, a única solução era a de se tornarem seringueiros, e realizar um trabalho exaustivo e sem perspectiva de mudança. O discurso proferido, a forma de cooptação dos novos seringueiros pelos seringalistas assemelha-se aos discursos proferidos pelos industrialistas no advento da Revolução Industrial, bem como se assemelha ao vivido ainda nos dias atuais pelos burgueses ao proletariado.

Este discurso, ao qual Bakhtin (2014[1929]) organiza a ideia de ser o *discurso de outrem* se faz presente e massivo na contemporaneidade. Bakhtin (2014[1929]) assim enfatiza:

A língua elabora meios mais sutis e mais versáteis para permitir ao autor infiltrar suas réplicas e seus comentários no discurso de outrem. [...] Sua tendência é atenuar os contornos exteriores nítidos da palavra de outrem. [...] Os diferentes aspectos da enunciação podem ser sutilmente postos em evidência. Não é apenas o seu sentido objetivo que é apreendido, a asserção que está nela contida, mas também todas as particularidades linguísticas da sua realização verbal. [...] O narrador pode deliberadamente apagar as fronteiras do discurso citado, a fim de colorir-lo com as suas entoações, o seu humor, a sua ironia, o seu ódio, com o seu encantamento ou o seu desprezo (BAKHTIN, 2014[1929], p. 157).

Bakhtin elucida como a fala/o discurso proferido/a língua é um instrumento capaz de cooptar pessoas, enganar a mente humana e proferir discursos tendenciosos para atingir seus ideais. Não há uma ética a ser seguida ao se proferir um discurso, sendo esta uma “ferramenta” poderosa que é usada em enunciações,

¹¹ Para maiores informações sobre a vinda de negros para a Amazônia-acreana, consultar Negros na Amazônia Acreana de Jorge Fernandes.

realizadas modificações de tons, usando palavras rebuscadas que transmitem poucas verdades, justamente para que ocorra uma compreensão parcial do proferido. Assim se realiza o jogo de atração com o ouvinte.

Esse jogo do discurso que ocorreu no momento de trazer mão de obra barata - a fim de não utilizar mão de obra escrava, haja vista a abolição da escravatura em 1888 - para o corte de seringa na selva amazônica foi proferido de forma a enganar estes trabalhadores. Ao se depararem com a realidade e a aceitar que foram persuadidos por um discurso enganador, a única alternativa era aderir a nova ordem de trabalho. Para além, compreende que tanto os seringueiros quanto os indígenas que aqui viviam sofreram com a dominação do capital.

A expansão da borracha trouxe consequências graves aos indígenas, bem como aos seringueiros, e por meio do discurso de outrem, os seringueiros passaram a visualizar os indígenas como inimigos a serem abatidos. Dois oprimidos pelo sistema passam a se digladiar. Calixto *et. al.* (1985) acentua:

Foram alimentadas atitudes etnocêntricas que consideravam o indígena como ser inferior, primitivo, psíquica, biológica e culturalmente aquém das etnias europeias ou mestiças. A eles não havia outra alternativa senão a aculturação no entender dos colonizadores. Esta ideologia dos colonizadores seringalistas foi repassada aos seringueiros, os quais tinham no indígena um inimigo permanente (CALIXTO, *et. al.*, 1985, p. 18).

A estratégia do inimigo é se caracterizar de bem-feitor e apresentar um novo inimigo, na intenção de sair de cena. Assim foi feito nos seringais acreanos. Para não pensarem na opressão e não se rebelarem aos patrões apresentou o indígena como o inimigo a ser combatido e recompensas eram ofertadas a partir do quantitativo de indígenas assassinados. A estratégia cruel ainda é realizada em nossa sociedade. Os opressores são outros, os oprimidos são diversos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, pobres, detentos, e etc.), contudo, a estratégia é semelhante à ocorrida em tempos pretéritos.

Na contemporaneidade, o sistema realiza fragmentações da sociedade para que estas briguem entre si e deixem o Estado e o modelo econômico a observarem a luta travada, a desviar os olhares dos oprimidos de cima dele. Para compreender esta afirmativa, observa os movimentos sociais criados em nossa sociedade, onde cada um possui uma causa e não uma causa una.

Ainda a realizar um contexto histórico vivido na Amazônia-acreana, a permanência sofrida, com um inimigo feroz, selvagem a ser combatido (os indígenas), os seringueiros padeciam de inúmeras enfermidades inerentes à região. Muitos foram a óbito devido às mazelas acometidas, outros foram mortos pelos animais selvagens e os, não raros, mortos pelos indígenas que visavam proteger seu território.

A realidade vivida por estes seringueiros era a de completa desesperança. Ao serem trazidos para a região estes se despediram de suas famílias com um até logo, trazendo consigo a esperança de retornar e um dia ofertar uma vida digna. Porém, conforme elucidado anteriormente, estes tiveram seus sonhos mortos ao se depararem com a realidade vivida, sendo que esta não teria fim para acabar. Não existia a possibilidade de mudança para outro seringal até que a dívida com o barracão fosse sanada, e nem direito à caça, pesca, agricultura e extrativismo era permitido pelos seringalistas, a fim desta dívida sempre existir e aumentar. A opressão era intensa dentro dos seringais e esse quadro de violência era exercido da seguinte forma:

Figura 8 - Esquema de opressão nos seringais do Acre



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Junho 2016.

A tirania era realizada por meio dos financiamentos internacionais que alimentavam as casas aviadoras, as quais, conseqüentemente, exploravam os seringalistas, estes exploravam os seringueiros e os seringueiros exploravam as

mulheres. Era a “*opressão do oprimido pelos opressores*”, ou como elucida Saffioti (2011) síndrome do pequeno poder. Ou seja, quando os oprimidos passam a oprimir quem deles dependem.

As mulheres, por estarem na base de todo esse processo, foram as que mais sofreram durante a exploração do látex no Acre, consideradas, conforme Butler (2005) de corpos abjetos, ou seja, que não possuem nenhuma importância para a sociedade. Estas mulheres, além de serem exploradas, foram invisibilizadas ao longo da história e tratadas como objetos. Em sua maioria, as mulheres que chegaram ao Acre eram trazidas como mercadorias para serem comercializadas aos seringueiros que tinham crédito nos barracões, não sendo permitida a aproximação por questões sentimentais.

Se o seringueiro deixasse de produzir e contraísse uma dívida superior ao valor da mulher (preço de mercado), esta era repassada a outro seringueiro. Cruz (2010) corrobora “em poucos textos que a mulher é citada, como uma exceção ela é vista como uma mercadoria, privilégio ou objeto de disputa”. Não há como deixar de frisar a situação de escravidão vivida pela mulher durante o I Ciclo da Borracha e nem deixar de registrar a força que possuíam ao conseguir estabelecer uma relação de resistência dentro dos seringais.

Os seringais traziam lucro aos opressores, e o que parecia ser uma inesgotável fonte de renda aos seringalistas tornou um pesadelo quando suas borrachas produzidas passaram a sofrer opressão do país fronteiriço – Bolívia. Esta, financiada pelos Estados Unidos passou a reivindicar cobrança de taxa a partir da mercadoria produzida. A ação demandou inquietações de Manaus e Belém, que eram as cidades mais interessadas na produção da borracha, onde também residiam alguns “Coronéis da Borracha” e as Casas Aviadoras¹².

As ações tiveram que ser realizadas para que essa atitude Boliviana cessasse, mas em virtude do Tratado de Ayacucho¹³ e da Linha Cunha Gomes, este país estava respaldado. A Bolívia renderia com a cobrança de taxas um valor de aproximadamente um milhão na moeda andina. Além disso, decretou normas referentes à extração do látex e liberou a navegação dos rios aos países “amigos” da Bolívia.

¹² Casas Aviadoras eram financiadoras de capital internacional que disponibilizava crédito aos seringalistas.

¹³ Tratado de Ayacucho foi realizado entre o Brasil-Império e a República da Bolívia no ano de 1867, incentivado por forças estadunidenses.

O Brasil estava sofrendo um golpe armado entre a Bolívia e Estados Unidos, mas mesmo assim ficou aparte da situação. O governador do Amazonas, com interesses em preservar a soberania da borracha, manda então o Jornalista Luiz Galvez Rodrigues Aria para o Acre, a fim de desconstruir as ações bolivianas. O jornalista é enviado por ter obtido acesso aos documentos secretos da Bolívia com os Estados Unidos.

Ao chegar ao Acre, Galvez encontrou um clima propício para reivindicar as terras acreanas, já que ao desembarcar, os seringalistas já haviam expulsado os funcionários das aduanas que ali se encontravam. Galvez instigou os seringalistas a criarem o Estado independente do Acre, com o lema: Liberdade e Justiça. Em 1899 o Acre passa a ser uma República e tem Luiz Galvez como o seu imperador, utilizando a frase: “Se a pátria não nos quer, criemos outra. Viva o Estado Independente do Acre”! Durante o governo de Galvez foi criada a bandeira do Acre, que ainda hoje é utilizada.

O governo de Galvez não exerceu nenhuma ação que beneficiasse os seringueiros. Todas as ações visavam atender aos interesses dos detentores de capitais, ou seja, os seringalistas e conseqüentemente, as casas aviadoras. O Estado independente do Acre dura em torno de 40 dias, sendo Galvez preso pela Marinha Brasileira, retornando a Manaus e as terras acreanas voltam para as disputas entre os seringalistas e as casas aviadoras contra a Bolívia e Estados Unidos, que criaram o *Bolivian Syndicate*. Este sindicato, com sede em Nova Iorque institucionalizou que a administração do território do Acre estava à disposição do sindicato, bem como todas as autoridades para cobrar impostos, direitos alfandegários e domínio das terras.

Somente a partir do posicionamento direto dos Estados Unidos é que o Brasil, juntamente com o Peru, se articula para desfazer o *Bolivian Syndicate*. Compreende, por meio desta ação, que os interesses dos que aqui viviam nunca tinham sido de preocupação da nação brasileira. Somente após a intervenção estadunidense no Acre é que estes passam a preocupar-se com a situação. Calixto *et. al.* (1985) assim exemplificam:

As manobras, as conspirações, as contradições do capitalismo, arditadas e montadas pela usura do lucro, acabariam levando ao confronto sangrento aqueles que, pelo papel que exerciam na produção, nada tinham a ver com os interesses de uma classe antagônica à sua: seringueiros e soldados bolivianos. Sim, porque foram essas duas categorias sócio-profissionais que pagaram com suas vidas as ambições, arbitrariedade e frivolidades de

mercenários, banqueiros e diplomatas que se compraziam com as tradicionais trocas de brindes dos gabinetes (CALIXTO, *et. al.* 1985, p. 119).

Ambos os lados apresentavam como soldados homens miseráveis que tinham que cumprir as ordens dos detentores do poder. Para esta ação, o Brasil não realizou menor esforço e, a partir dos interesses econômicos das casas aviadoras e seringalistas, por meio do governo do Amazonas, as reivindicações das terras acreanas seriam à base de luta. Assim, um exército de seringueiros, para atender os interesses do capital, trava uma luta armada contra o exército boliviano. Liderados por Plácido de Castro, seringueiros se armam e executam a conhecida Revolução Acreana que resultou no Tratado de Petrópolis, em 1903, anexando às terras acreanas ao Brasil.

Entretanto, qual seria o interesse dos seringueiros em enfrentar uma luta armada para permanecer em uma terra ao qual também se era explorado? Uma das respostas se configura a partir da violência que começou a ser vivida nas terras acreanas. Calixto *et. al.* (1985), diz:

A região acreana tornou-se perigosa e envolta em fumaça e sangue. Por detrás de cada árvore poderia haver um rifle ou um fuzil apontando certo para o peito de alguém mais descuidado. As emboscadas, os ataques de surpresa foram a tônica usada com o irrompimento do conflito que se preparara há anos (CALIXTO *et. al.* 1985, p. 121).

Os seringueiros viviam uma dura realidade devido às condições de vida que os seringalistas lhes impuseram. Com a inserção do exército boliviano nas terras acreanas e com a “guerra” declarada, a situação se agrava e a possibilidade de morte aterroriza o seringueiro. Há também a grande pressão dos barracões para que o seringueiro entrasse neste conflito e o convencimento segue um fluxo coercitivo por meio dos detentores do poder.

A vivência nos seringais não foi modificada depois da Revolução Acreana. Os seringueiros continuaram a receber os mesmos tratamentos e os seringalistas, agora com títulos de major, coronel, tenente-coronel e outros, dominavam a região com títulos de nobreza e poder. O que poderia ter sido uma libertação ao trabalho quase escravo, não teve mudanças, e estes continuaram a ser dominados e coagidos de todas as forças. Há quem enfatiza que não houve revolução, haja vista que a única mudança foi a anexação das terras acreanas ao Brasil, sendo que o povo que aqui vivia permanecia oprimido, faminto e explorado.

A borracha que durante anos foi a segunda produção mais lucrativa do país estava perdendo sua produtividade. A Malásia passou a ofertar grandes produções e por volta de 1910 a borracha do Brasil já não tinha procura. Os seringais foram se desfazendo e os seringalistas que tinham créditos, venderam, os que não, entregaram para as casas aviadoras. O seringueiro, nesta situação, passa a viver da caça e pesca; da extração vegetal e da incipiente agricultura e a mulher acreana passa a ter sua principal atividade, a produção agrícola. Cruz (2010) assim esclarece:

Nos tempos de crise da produção gumífera, as mulheres começam a ter uma importância maior nos seringais, pois as famílias seringueiras passam a desenvolver com maior intensidade a agricultura de subsistência, a extração de produtos florestais, a diversificação da produção. E, nesse processo, a participação de mulheres e crianças é fundamental. Contudo, o seu trabalho praticamente não é considerado, pois o “dono” da produção é o homem. (CRUZ, 2010, p. 57).

A realidade vivida pela mulher da floresta foi de extrema exclusão, sendo esta um dos agentes mais importantes na transformação da Amazônia-acreana, trazendo vida e possibilidades de sobrevivência dentro da floresta. O estudo de gênero traz essa problemática sobre a exclusão da mulher nos estudos da sociedade, sendo necessário que o pesquisador de gênero faça um resgate dos fatos vividos e passe a difundir o papel que estas mulheres tiveram ao longo do processo formativo do estado, da sociedade e da cultura acreana.

O retorno do Acre para o cenário econômico mundial se dá durante a Segunda Guerra Mundial, onde o Acre volta a ser lembrado em virtude de sua borracha, sendo conhecido por II ciclo da borracha. Como a Malásia estava impossibilitada diante do bloqueio Japonês, os Estados Unidos realizou acordo com o Brasil para a produção da borracha. As casas aviadoras tentaram entrar em negociação, contudo, pela primeira vez na história do Acre, o governo brasileiro foi quem fez a intervenção entre os seringueiros presentes no Estado e com os novos migrantes, denominados “soldados da borracha”. Para esta empreitada, os Estados Unidos pagaram ao Brasil, criaram o Banco da Borracha, que hoje é o Banco da Amazônia (BASA), sendo que este fazia financiamento direto aos seringalistas.

Mais uma vez, aproximadamente 30 mil soldados da borracha foram encaminhados ao Acre em busca de melhores condições de vida, e desta vez, trazendo a família consigo. Ao chegar, se depararam com uma realidade

completamente distinta da imaginada. O trabalho, a precariedade, a injustiça e o chicote eram o que lhes aguardava. Seus direitos de soldados não foram cumpridos, seus sonhos foram massacrados, assim como toda a esperança de ofertar uma vida tranquila aos seus familiares.

Com o fim da guerra, sem seus direitos garantidos, os seringueiros não tinham outra alternativa, a não ser permanecer nos seringais e exercer a função ou a se dedicar à agricultura e sobreviver do que a floresta ofertava. É importante salientar que durante os I e II ciclos da borracha, o seringueiro era praticamente forçado a comprar tudo o que necessitava nos barracões, não sendo permitida a plantação nas dependências dos seringais. Todavia, após os surtos da borracha, o seringueiro necessita recorrer à terra para a sua subsistência e de sua família, criando assim uma relação homem-natureza.

Mesmo com a calamitosa situação, o seringueiro permanece nas colocações¹⁴ de seringa, e que apesar da dificuldade enfrentada diante da localização e do acesso restrito à navegação, esta vivência na floresta vai de encontro com o sonhado ao migrarem para o Acre, uma vez que o trabalho opressor tinha cessado, e a floresta ofertava alimentação, moradia e segurança. Aqueles migrantes do nordeste brasileiro, acostumados a serem trabalhadores servís, passaram a viver momentos de glória.

Nos seringais, o hábito de troca era permanente e isso já advinha dos momentos de opressão, por não terem recursos e não quererem se endividar ainda mais com os barracões, realizavam trocas entre si, iguais da mesma opressão. Essa prática permaneceu, mesmo com o fim dos seringais, sendo que, durante o período em que viveram na floresta livremente, essa prática aumentou. Os seringueiros continuaram a ocupar as terras, tiveram filhos e netos e nunca se preocuparam com questões burocráticas referente às terras.

Durante quase 20 anos os seringueiros conseguiram viver tranquilamente, porém, a partir dos anos de 1964, a região amazônica passou a ser o cenário de estratégia de desenvolvimento dos militares. Por meio da Lei n.º 4.504 de 30 de novembro de 1964 é definida a política de ocupação da Amazônia que trazia o *slogan* “ocupar os espaços vazios da Amazônia” (CALIXTO, *et. al.*, 1985, p. 204).

¹⁴ Área de vivência dos seringueiros, dentro da mata e distância da sede do seringal. O seringal é constituído de várias colocações.

Todavia, as terras ditas desocupadas, no caso da Amazônia-acreana, não se aplicavam. Os povos da floresta viviam há anos nesta região sem nenhum tipo de incentivo governamental, a não ser o episódio funesto do II ciclo da borracha. No Acre a situação foi bastante ampliada. Tendo em vista o baixo preço da terra, afora os incentivos fiscais do Governo do Estado (Wanderley Dantas), as terras eram ofertadas como: férteis, abundantes e baratas. Além disso, trazia o *slogan* “produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico”.

Os governos federais e estaduais fizeram todos os tipos de chamamento para investimento no Acre, desconsiderando a população tradicional já existente na floresta. Os indígenas, além de sofrerem durante o I e II ciclos da borracha, voltariam a passar por todo o processo de desterritorialização, juntamente com os seringueiros, colonos e ribeirinhos que ali tinham estabelecido morada. A partir da conjuntura atual, a única alternativa era a junção de forças para desestabilizar a força opressora do capital que adentrava a floresta com a autorização das autoridades competentes.

2.2 Movimentos sindicais e movimentos sociais no Estado do Acre

O Acre estava na mira dos empresários do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, por ser um local de terras baratas, férteis e abundantes. O chamamento dos governos federal e estadual para ocuparem as terras do Acre tiveram impactos positivos aos novos investidores. Os investidores dos empresários eram conhecidos por paulistas¹⁵ pelos acreanos, sendo estes os que vinham com a intenção de comprar grandes hectares de terra, utilizando, se necessário, a força bruta, diferente dos sulistas que vinham com a intenção de obter terra e viver no Acre a partir da produção na terra.

As vendas das terras acreanas tiveram incentivos fiscais de até 70%, registrando no ano de 1977 empresários que possuíam dois milhões e 500 mil hectares de terras, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

¹⁵ Indivíduos que vinham representando empresários de Mato Grosso, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Goiás, etc. (CALIXTO, *et. al.*, 1985, p. 206).

Agrária (INCRA). Somente em Rio Branco foram vendidos 70 seringais, fazendo com que houvesse uma expulsão dos usuários das terras: os seringueiros.

O processo de venda foi facilitado pelos seringalistas e por seus herdeiros, em virtude da falta de documentação e do alto valor na cobrança de taxas para que estes fossem inventariados. Assim, elucida Calixto *et. al.* (1985):

Se antes da chegada dessas empresas capitalistas se observa que muitos seringais não teriam sido inventariados porque seu valor não daria nem mesmo para pagar os gastos com a tramitação de tal processo, agora os inventários, objetivando a venda imediata, são constantes. Até mesmo os herdeiros que moravam fora do Estado e que há tempos pouca importância davam à suas propriedades rapidamente nomearam procuradores, ou vieram pessoalmente para fazer o devido inventário e vender suas terras por preços bem mais em conta do que antes (CALIXTO *et. al.*, 1985, p. 206).

Constata que, apesar dos seringalistas terem oprimido os seringueiros, utilizando sua mão de obra, deixa-os à mercê da sorte quando a borracha chega ao seu ciclo, anos depois, na primeira oportunidade, as terras são vendidas, sem levar em consideração a vivência desse povo que já tinha estabelecido uma relação de lugar com a floresta. Mais uma vez, os seringueiros ficam a favor das decisões dos seringalistas. Calixto *et. al.* (1985) assim reforça:

É importante observar que a expansão do capital no Estado do Acre dá-se exatamente sobre áreas já ocupadas por trabalhadores que há muito exploravam aquelas terras, sem nunca terem se preocupado com o aspecto legal dessa posse, o que difere bastante do processo ocorrido em outras regiões da Amazônia, onde tal fenômeno aconteceu em áreas desocupadas (CALIXTO, *et. al.*, 1985, p. 207).

O que reforça o autor é a problemática da posse da terra. Os seringueiros, juntamente com suas famílias, exerciam suas atividades e viviam nestas terras há anos e nunca foi realizado demarcações, registros, ou qualquer ação que identificasse sua permanência nas terras acreanas. Diferentemente de outras áreas da Amazônia, o Acre ofertou terras ocupadas pela população tradicional e não realizou nenhum tipo de intervenção para a arbitrariedade que os ditos paulistas realizavam quando adentravam na floresta.

Ao que se refere à tirania dos novos donos da terra, José Ferreira da Silva, 51 anos, relata que presenciou a arbitrariedade vivida no município de Tarauacá – Acre, e assim enfatiza:

Eu lembro bem dessa época, eu era criança, indo para a adolescência. Eu morava em Tarauacá com minha família. A gente vivia da caça. Parte da alimentação era advinda da caça. A caça não era predatória, era para alimentação. Eu lembro muito bem como chegaram os paulistas... Esse povo se apossou de imensas áreas como no rio Gregório a Cruzeiro do Sul. Instalou-se nesse período, não sei dizer o ano, mas era entre 1970 a 1980, a empresa PARANACRE, nas margens da estrada. Não sei dizer quantos mil hectares. Sei que foi tão grande, tão grande que a gente contava 10 horas de caminhada ainda com derrubada. Eles chegavam a pulverizar (ainda não conhecia essa palavra) as matas. Quando estudei geografia que fui compreender o agente laranja. Eles pulverizavam veneno e as folhas ficavam amareladas e caíam, ficava tudo laranja e depois tocavam fogo. A derruba prejudicou a todos. Os rios, a floresta, os animais. Meu pai encontrou de 20 a 40 jabutis queimados. Até anta encontraram queimada. Bando de queixadas na estrada. A destruição foi grande (SILVA, José Ferreira da. Entrevista. [ago. 2016]).

O relato demonstra a arbitrariedade que os ditos paulistas executavam, e a fazer uso de maquinário pesado obrigava famílias a deixarem de plantar e produzir para servirem de peões para o seu gado. José Ferreira continua:

Eles jogavam venenos fazendo uso de aviões. Isso fazia com que as plantações nossas e dos vizinhos fossem atingidas. O nosso rio foi atingido. Meu pai nasceu e foi criado com a seringa e minha mãe também. Com a entrada dos paulistas tivemos que morar nas fazendinhas. Ninguém recebia salário, a gente ganhava a moradia em troca. Meu pai trabalhava na diária, que era bem pouco para sobreviver (SILVA, José Ferreira da. Entrevista. [ago. 2016]).

A ocupação da terra, pelos paulistas, trouxe movimento de exploração aos que já estavam vivendo tranquilos na floresta acreana. Essa ação desencadeou movimento de resistência da população acreana. Diferente da tirania dos I e II ciclos da borracha, que os migrantes já vinham do processo de opressão do nordeste brasileiro, a entrada dos paulistas afeta o que estes povos tinham de bom em sua vida: a terra e a sua sobrevivência. Diante disso, o movimento de identidade e resistência teve que ser fortalecido.

Castells (2001) compreende a identidade como o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda a um conjunto de atributos inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. O autor elucida da compreensão e da percepção enquanto indivíduo dotado de significados representativos, que caracterizam o indivíduo ou o grupo. Como, por exemplo, os seringueiros. Ainda sobre identidade, Castells (2001) acrescenta:

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela

memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELLS, 2001, P. 23).

O processo de identidade, enquanto sujeitos, demora a ser iniciado no Estado do Acre. A identificação como seringueiro, pertencente àquela região, por anos foi excluída diante do processo de formação social que vem a partir das relações de poder. Contudo, para construir uma identidade ou reavivá-la, foi necessário um resgate coletivo e a entrada de um novo opressor. Para esta construção de identidade, Castells (2001) define como *Identidade de resistência*, como demonstra a seguir:

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e /ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos (CASTELLS, 2001, p. 24).

A formação da identidade de resistência no Acre está diretamente ligada ao processo de desterritorialização da população tradicional para atender às demandas do capital. Por meio de políticas públicas ineficazes, o Acre e a Amazônia passam a ser cenário de lutas e reivindicações pelo direito a terra. Direito esse garantido por questões de uso da terra, por serem ocupadas tradicionalmente pelos povos da floresta. O Estado do Acre foi marcado por várias lutas, e em cada momento histórico contava com a forte presença da mulher. As mulheres acreanas em momento algum deixaram de atuar com os homens pela luta de um futuro melhor para todos. Segundo Souza (2002):

Em todos os momentos de suas vidas, essas mulheres demonstraram as condições históricas que as designavam como parte do que chamamos de povos da floresta, porque são momentos todos singulares em que elas tecem suas resistências e formam um viver (SOUZA, 2002, p. 37).

Estas mulheres possuíam a escolha de 'aceitar sua condição de mulher' e não participar dos movimentos, mas estas eram as primeiras a reivindicar mudanças, elas ainda tinham voz, força e coragem para liderar, participando ativamente de partidos políticos, sindicatos, tornando delegadas sindicais e

participando de trocas de experiências para alavancar o desenvolvimento local. Assim, Dercy Teles de Carvalho Cunha, relata:

O movimento sindical era exclusivamente dos homens, fiz parte desse mundo e as pessoas sempre me perguntam porque era difícil uma mulher fazer parte desse mundo nessa época, eu fiz parte desse mundo e as pessoas sempre me fazem a pergunta como que era que eu convivia dentro daquela instituição extremamente machista e eu consegui sobreviver, mas o segredo é você buscar ter competência para debater de igual para igual, ter informação e conhecimento da causa para poder se nivelar a eles, aí acaba a prepotência, a autoridade deles porque você se nivela, foi assim que fiz (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

O movimento sindical, mesmo sendo constituído em sua grande maioria por homens, conta com a participação da mulher. Assim como afirma Dercy Teles, elas se faziam ser ouvidas e respeitadas diante do movimento. A ação agora era garantir a permanência na terra e não uma disputa de poder entre homens e mulheres.

O movimento iniciou a partir da pressão da ameaça de perda da posse da terra, porque os seringais foram comercializados pelos antigos seringalistas que ignoraram tanto os compradores como vendedores que os seringais eram habitados por inúmeras famílias e quando os pecuaristas começaram a desmatar para botar a pastagem começou a ameaçar os seringueiros da posse da terra e naquela época os seringueiros sobreviviam confortavelmente do extrativismo, ainda era a alternativa de geração de renda que arcava com as necessidades básicas das famílias seringueiras. Então o movimento sindical ele surgiu desse momento histórico de transição do seringal tradicional para a pecuária que foi a segunda atividade econômica incentivada pelo governo do estado e aí começaram os conflitos. Algumas famílias foram expulsas de suas colocações por força dos capangas dos jagunços, os novos donos das terras vieram com uma postura idêntica do cangaço antigo, eles tinham pistoleiros, andavam super armados, com 2 revólveres, com cartucheiras de balas cruzadas, parecidas com Lampião. As fotos que a gente vê do Lampião, aquilo intimidava os fracos a saírem e aí isso aumentou as periferias, principalmente a cidade de Rio Branco era mais procurada, por ser a maior cidade, a capital (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

Dercy Teles se reporta ao que originou a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em Xapuri (STR) Xapuri. Diante da necessidade de proteção ao povo, que dependia exclusivamente da terra, ações organizadas necessitavam ser executadas a fim desta proteção. Para isso, organizou o movimento por meio dos sindicatos e iniciaram as lutas contra a força opressora dos paulistas. Entretanto, um grande número de pessoas teve que migrar para Rio Branco e outras regiões em virtude das ameaças dos novos donos das terras.

A ocupação das terras acreanas ocorreu em dois momentos. Alguns migrantes adquiriram suas terras, às vezes pagando baixo preço pelo alqueiro, e outros, os denominados 'paulistas', ocuparam as terras de antigos seringais e desapropriaram famílias que viviam do extrativismo. Estes foram os causadores dos conhecidos empates¹⁶, iniciado com a luta entre os povos da floresta e os paulistas.

Surge, a partir destes movimentos, a necessidade de organizar o grupo de trabalhadores rurais, onde nasce o Sindicato de Trabalhadores Rurais, liderado por Wilson Pinheiro em Brasiléia e por Chico Mendes em Xapuri. Calixto *et. al.*, diz que:

A década de 70 não foi promissora ao regime neste Estado. A violência no campo, advinda com a desativação dos seringais nativos e a expulsão dos seringueiros, teve resposta imediata. Organizaram-se sindicatos rurais que, mesmo despolitizados e mal dirigidos, sustentaram grande luta para assegurar a posse da terra aos trabalhadores (CALIXTO *et. al.*, 1985, p. 190).

A assertiva de Calixto *et. al.* nos demonstra um período de muitos conflitos vividos no país e que também refletiu fortemente no Estado do Acre. Não era só em nível nacional que o Regime Militar fazia suas vítimas, no Acre, no seio da floresta Amazônica um povo precisou reagir com violência para conseguirem manter suas terras.

É cabível frisar que os sindicatos rurais, mesmo sem o conhecimento político ou ideológico foram criados e resultaram ações positivas. A partir destes, houve uma articulação e uma forma de frear a invasão dos paulistas que não se eximiam de usar armas de fogo, aviões com venenos, bem como utilizar grileiros, capangas e jagunços para assassinar os líderes sindicais.

Na luta pela terra, contava com crianças e mulheres seringueiras, ribeirinhas, indígenas, colonas e agricultoras, as conhecidas mulheres da floresta que não temeram diante das forças do maquinário pesado e da violência desmedida dos pecuaristas que invadiram a floresta. Lutaram bravamente contra a sua imposição, não se rendendo a essa nova era de "crescimento econômico da Amazônia".

Foi na década de 1970 que a mulher acreana ganhou mais força, diante da vinda dos pecuaristas para a região, iniciando uma categoria de mulheres

¹⁶ Movimento dos povos da floresta que se juntavam, formavam uma parede humana com a intenção de empatar (impedir) a derrubada da floresta. Mulheres e crianças seguiam na linha de frente, realizando o mesmo artifício de Vandana Shiva na Índia ao proteger a natureza.

exclusivamente agricultoras, que vigora até os dias atuais, como se pode ver no depoimento de Rosineide Rodrigues Lopes.

Apesar do machismo existente no movimento sindical, as mulheres percebendo a necessidade de organizarem foram, pouco a pouco, conquistando seus espaços no Sindicato e no Partido, contribuindo significativamente na luta e na organização dos trabalhadores rurais. Era necessário se organizarem, lado a lado, com seus companheiros, participando das atividades do partido. Para elas, o sonho de mudança não é solitário e, sim, de todas as suas companheiras e companheiros. Era um sonho de um mundo diferente. Era um sonho de todo mundo, juntar-se para somar forças, para a luta resistir. É a partir dessa consciência que Dercy Teles de Carvalho e Sebastiana Adelina Soares da Silva, destacam-se, derrubando a hegemonia masculina nas lideranças, como as primeiras mulheres candidatas pelo Partido em Xapuri. Mais tarde, Dercy Teles de Carvalho, mulher seringueira que participava nas lutas e movimentos sindicais, é eleita presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri. (Rosineide Rodrigues Lopes *apud* SOUZA, 2002, p. 41).

Dercy Teles foi a primeira mulher a ser presidente de um sindicato dos trabalhadores rurais no Acre. No início do ano de 1980, com 22 anos. Para ela – que é militante do movimento STR-Xapuri e hoje é vice-presidente – a ação do sindicato foi importante, pois estava organizado com a intenção de desestabilizar a ação dos fazendeiros, e ao invés de realizarem movimentos independentes, a organização viria a fortalecer estas ações de manifestação. A formação sindical vem de encontro às formações eclesiais de base da Igreja Católica, que apoiavam fortemente a sindicalização. Dercy Teles assim elucida:

A partir dessa época junto com a teologia da libertação que foi uma grande incentivadora do sindicalismo e ajudou a fortalecer porque quem dava os cursos de formação política para os líderes sindical era a igreja, porque os sindicatos não tinham muitas condições, porque os sindicatos estavam iniciando e o estado também estava apoiando os pecuaristas, o estado era contra o movimento sindical porque interferia no projeto de desenvolvimento como eles chamam (CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. Entrevista. [jul. 2016]).

A Igreja Católica teve grande participação na formação de líderes sindicais e no apoio para as reuniões e organizações do movimento. As mulheres, por serem consideradas religiosas, foram de grande importância para a iniciação do movimento, onde realizavam a logística dos encontros e participavam ativamente das reuniões. A Figura 9 demonstra esse encontro, realizado no município de Xapuri, no Seringal Cachoeira, onde se percebe a presença da mulher como partícipes do movimento.

Figura 9 - Encontro de trabalhadores rurais em Xapuri



Fonte: Almanacre. ANO XVII - Nº 4.486. Elson Martins, 2011.

A mulher, mesmo diante dos entraves vividos, encontra espaço para se pronunciar, mesmo quando existe o massacre do mais forte contra o mais fraco, e é aí que surge a necessidade do apoio de todos para romper com o opressor.

No Estado do Acre, com a forte presença da mulher nos movimentos sindicais, houve a necessidade de junção de forças para desestabilizar o inimigo naquele momento. Todavia, a mulher diante da sua participação nos movimentos, ganha força e passa a lutar também por sua inserção na política, educação, economia e tantos outros.

De fato, a história acreana é marcada por diversos protagonistas que desencadearam revoluções de grande empreitada, realizadas por um povo simples e sofrido, que conseguiram construir uma identidade de resistência frente à opressão vivida, não temendo diante dos conflitos que surgiam. Apesar do pouco tempo de ocupação pelo não indígena e do pouco conhecimento histórico sobre sua ocupação, o Acre traz consigo uma trajetória única, no qual homens e mulheres lutaram para serem inseridos como Estado ao país; para terem seus direitos reconhecidos e conseguirem serem ouvidos de dentro da Amazônia; e para terem suas terras preservadas.

2.3 A saída da Floresta

Compreendendo o universo rural, cabe salientar que até a migração dos povos da floresta para a cidade, por volta da década de 1980, a população que vivia na zona rural compreendia 72%, sendo que 85,3% destas famílias não eram as proprietárias da terra que nelas viviam. No tocante à área urbana, esta passou de 30% para 70% (PAULA, 2006).

Diante de uma política pública com vistas a ascender a economia da região Amazônica, centenas de famílias se viram obrigadas a saírem de suas casas, de suas origens, e migrarem em busca de novas fontes de trabalho. Trabalho este que não seria fácil encontrar, haja vista que a grande maioria não possuía formação ou experiência de trabalho para o que era ofertado na época.

Defronte disto, existe o questionamento de como estas famílias conseguiram sobreviver, como se mantiveram economicamente ativos e puderam criar seus filhos em uma cidade nova, sem emprego, sem apoio do governo e, principalmente, sem terra para plantio? Lima corrobora e exemplifica:

A maioria das gentes que teve suas terras expropriadas precisou aprender a viver em terrenos com pouco mais de duzentos metros quadrados, trabalhar para adquirir dinheiro e com ele comprar comida, uma vez que já não se podia plantar e colher produtos para a subsistência nessa pequena área (LIMA, 2007, p. 23).

A saída da floresta foi marcada por grandes prejuízos econômicos, sociais, culturais e, principalmente, emocionais. Não foram apenas adultos que migraram. Crianças, jovens, idosos passaram por esse processo que causa dor e sofrimento. O abandono do lar, que Bachelard (2008), diz que é o local que é de segurança, onde se forma o abrigo e o ninho, as perdas das referências, da garantia de vida e sobrevivência, de uma alimentação garantida por meio das plantações. Isso foi perdido. As memórias e a esperança de um dia retornar ao lar é o que alimentava a vida destes migrantes.

Figura 10 - Pecuária no Estado do Acre



Fonte: Obra do artista plástico Hélio Melo.

A Figura 10 – obra do artista acreano, Hélio Melo - retrata a situação vivida pelos povos da floresta a partir da política pública de criação bovina no Acre na década de 1970. O governo ditatorial realizou um ‘convite’ para a região norte do país, onde ofertavam terras verdes e fartas para a produção bovina. A forte migração para o Acre acarretou na desterritorialização de seringueiros, extrativistas, ribeirinhos e indígenas, os quais são denominados *povos da floresta*.

As famílias que foram expulsas de suas terras e que migraram para a capital, trouxeram consigo a marca da mulher da floresta que trabalhavam juntamente com seus maridos e filhos na terra e tiveram que trocar a força do trabalho no campo, pelo trabalho na cidade, sem experiência, apoio e oportunidade. Contudo, possuíam uma vontade de conquista inigualável e iniciaram assim seus pequenos trabalhos como autônomas, mesmo sabendo que a cidade não estava preparada para receber milhares de famílias, e não tinha a oferta de trabalho que suprisse a demanda.

A dimensão do desenvolvimento humano tem sido marcada por condições de pobreza, às vezes exacerbada, e de analfabetismo e mesmo desencanto, caracterizando um distanciamento cada vez maior do exercício da cidadania. Mesmo assim, muitas delas se têm revelado pelo seu heroísmo, pois os interesses dos filhos, da família e mesmo da comunidade quase sempre são por elas colocados em primeiro plano (SIMONIAN, 2001, p. 28).

A autora aborda sobre o “instinto de proteção” que a mulher tem com seus filhos. Se este instinto é natural, ou construído nas mulheres por meio da sociedade,

a qual estamos inseridos, isso é outra questão. Trata-se aqui que estas possuem um instinto de proteção natural ou construído. Aceitando que estas possuem um vínculo mais estreito com seus familiares, estas são as que realizam ações, muitas vezes subumanas para manterem a segurança de seus filhos.

A partir dessa nova perspectiva, as mulheres que sempre atuaram com a lida na terra, passaram a serem inseridas no trabalho remunerado para poder complementar a renda familiar. Muitas foram trabalhar como domésticas, lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, costureiras e tantos outros trabalhos para que pudessem dar o sustento à sua família.

As mulheres, em toda a história da humanidade, possuem uma grande participação, apesar de quase nunca serem referenciadas durante as grandes batalhas empreitadas, ainda por termos uma sociedade sexista; e esta realidade no Acre não é diferente. Porém, estas mulheres fortes e destemidas continuam travando, arduamente, suas lutas para mudar este fato, estão se tornando mais resistentes, conquistando a sua autonomia e saindo do silenciamento machista.

A ECOSOL surge na cidade de Rio Branco por meio de outra conjectura. É cabível recordar que o processo migratório ao qual “os povos da floresta” sofreram, realimenta uma prática desenvolvida por estes ainda quando ocupantes da floresta, tendo em vista que a prática solidária é uma ação presente aos que lidam com a terra. Nessa perspectiva de unir forças, temos a assertiva de Costa (1992), que nos reporta a uma visão objetiva do solidarismo:

As sociedades de socorro mútuos, recreativas e beneficentes são as primeiras formas de organização dos trabalhadores. As dificuldades dos trabalhadores para sobreviver em condições bastante adversas os impulsionaram a agruparem-se para desenvolver o solidarismo, que se apresentava como saída para atender às suas necessidades mais imediatistas (COSTA, 1992, p. 52).

Diante das adversidades, a junção de força torna o grupo mais forte e resistente. A população que vive nas áreas rurais possui a prática do solidarismo, diferentemente do que se vive nas cidades, devido a sua configuração espacial. Contudo, os migrantes trouxeram consigo esta prática e diante das adversidades encontradas na capital acreana, desenvolvem suas ações solidárias.

Esta memória cultural e social é considerada como marcadores territoriais, que de acordo com Almeida Silva (2010) configura-se como o elo do sujeito com o

lugar de origem, que marca sua psique e conseqüentemente dão uma reconfiguração aos espaços vividos. Assim, frisa Almeida Silva:

Considerar que os “marcadores territoriais”, antes de tudo, estão relacionados à construção mental, na qual os signos, os símbolos, as formas, as representações simbólicas e as presentificações como fenômenos constituem a base psíquico-espiritual de suas resistências, e nelas não podem ser descartadas os mitos, os valores espirituais e morais, daquilo que é possível se transcender como cultura (ALMEIDA SILVA, 2010, p. 111).

Os migrantes da floresta trazem consigo as memórias do lugar que viviam, bem como as práticas executadas por meio dos ritos e mitos que são a caracterização de sua cultura. Durante o período que iniciam uma nova vida na cidade, com uma dinâmica completamente distinta, estes mantem seus marcadores, porém, agrega a cultura do cidadão, que também possui representação simbólica. Para Lima (2007), o processo envolve:

Todo este processo envolve laços afetivos, alegrias, tristezas, conquistas, perdas e, sobretudo, vivências, não mais da mesma forma que antes, mas em um outro tempo, em uma outra perspectiva, circunstanciados no desenvolver de afinidades e divergências de que se faz no constituir local. (LIMA, 2007, p. 16).

Com base em Cassirer (2012), afirma-se que o homem é um ser simbólico, utiliza os símbolos para externalizar suas memórias, emoções e tudo que está em sua consciência, na subjetividade, além de dar formas e significados para a vida que se apresenta.

A saída da floresta se configura como uma ruptura de vínculos emocionais, sociais e culturais. Contudo, os sujeitos levam consigo os marcadores territoriais que estão na subjetividade e intersubjetividade (sujeito/sujeito e sujeito/objeto). O processo migratório traz conseqüências graves tanto ao migrante quanto às cidades que o recebe e que envia. Becker elucida a questão:

As migrações são fenômenos extremamente complexos em suas causas e com profundas conseqüências nas áreas receptoras e nas áreas de êxodo. As causas mais óbvias delas são as disparidades dos níveis de renda, emprego e bem estar social entre as distintas zonas [...] As migrações, entretanto, não se explicam apenas por fatores econômicos e demográficos. O seu entendimento requer ainda a análise de elementos e diversidade, as teorias a respeito, tratam, geralmente de facetes do fenômeno. Não existe uma teoria geral das migrações (BECKER, 2009 p. 41).

Já Lima (2007), ao tratar a questão de migração, enfatiza a questão subjetiva que envolve o processo migratório, e assim frisa:

As migrações constituem-se em marcos na vida dos indivíduos, à medida que estabelecem mudanças que provocam rupturas e conflitos, ao mesmo tempo, apontam para a perspectiva de novos horizontes. É preciso estar atento para o fato de que a mudança espacial implica outras mudanças na vida das gentes migrantes relacionadas às novas dinâmicas sociais, diferenças culturais e alteração de hábitos no cotidiano, mudanças que também ocorrem na esfera das relações interpessoais, além dos rompimentos, distanciamentos e traumas decorrentes de situações desse tipo (LIMA, 2007, p. 15-16).

Especificamente no Acre, durante o processo de desenvolvimento econômico da Amazônia, a migração ocorreu em virtude da força armada dos detentores de capitais, bem como da completa ausência do Estado com relação às ações afirmativas em prol do povo da floresta. Os que não conseguiram manter-se nas terras se viram obrigados a migrar, e passaram a enfrentar todas as questões sociais, ambientais, culturais e econômicas que esse processo envolve. A sensação de não pertencimento à cidade e a falta de terra para extrair os meios de sobrevivência foram às questões mais cruéis vividas por estes migrantes.

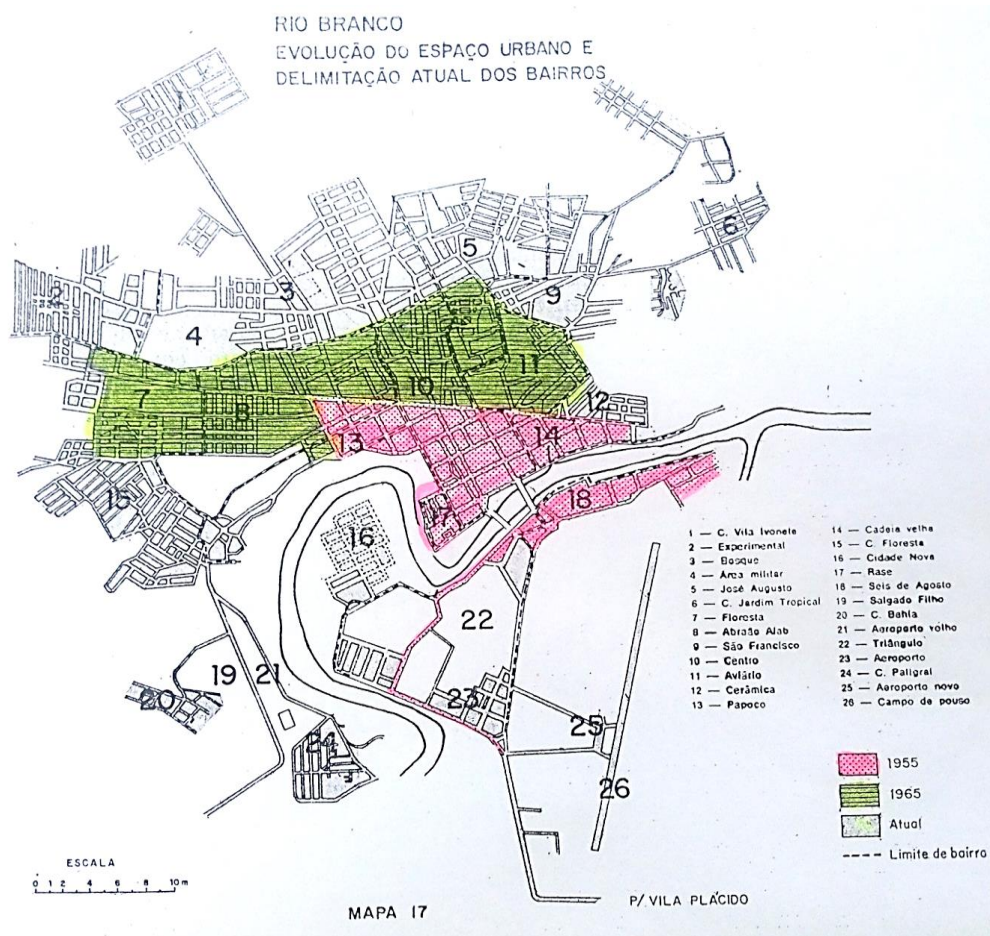
Rio Branco, por ser a capital, passou a receber grande parte dos migrantes, sendo que não estava preparada para isto, o que ocasionou na criação de periferias, gerando violência, desconstrução de famílias e outros. Neves (2008, p. 21) constata que “Rio Branco, na década de 1970 tinha 30 bairros, e após o processo migratório este subiu para 150 bairros, criando o que foi denominado de invasões”¹⁷. Lima elucida a questão vivida em Rio Branco:

A localidade está contida em um lugar maior que é um setor geo-político-social mais abrangente, e esse passa por proposições políticas, econômicas, interesses mercantis e projeções de afinidades com fins, ora especulativos, ora cognitivos, em grande parte, mudando conforme os grupos que estão no controle. (LIMA, 2007, p. 16).

O aumento é de mais de 100%. A cidade recém-criada, sem estrutura para receber migrantes levou grande parte desta parcela para a miséria. Estes novos bairros/invasões foram todos sendo assentados em torno do rio Acre e dos igarapés que cruzavam a cidade, pois para estes povos oriundos da floresta, o rio era sinônimo de vida, conforme se vê na Figura 11, que traz a planta urbana de Rio Branco no ano de 1989.

¹⁷ Invasões é o termo utilizado para os locais onde as famílias oriundas da floresta se assentaram.

Figura 11 - Planta Urbana de Rio Branco



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1989

A Figura 11 apresenta os três eixos existentes na cidade de Rio Branco. Até 1955 o primeiro eixo compreende os bairros Seis de Agosto (*lôcus* desta pesquisa), Base, Cadeia Velha e Papoco. O segundo eixo, 1965, abrangendo os bairros Floresta, Abraão Alab, o Centro da cidade (*lôcus* da pesquisa) e Aviário. Já o terceiro eixo, criado principalmente pelos povos oriundos da floresta, passa a ter esta configuração no ano de 1989, e apresenta os bairros: Vila Ivonete, Estação Experimental, Bosque, José Augusto, Jardim Tropical, São Francisco, Cerâmica, Conjunto Floresta, Salgado Filho (Aeroporto Velho), Conjunto Bahia (Bahia), Triângulo (Triângulo Velho), Aeroporto (Triângulo Novo), Palheiral, Aeroporto Novo (Comara), Campo de Pouso (Av. Amadeu Barbosa).

O ano de 1989, data do mapa apresentado, traz a configuração do espaço urbano de Rio Branco, sendo que este processo migratório levou décadas para sua

formação e que ainda passa por grandes transformações, modificando o espaço construído para atender as necessidades dos novos ocupantes. A explosão demográfica ocorrida em Rio Branco reconfigura a espacialidade da capital, acarretando diversas consequências para a população local e migrante. Lima assim contextualiza:

O “inchamento” da cidade de Rio Branco se deu como resultado da urbanização acentuada, intensificando as ampliações dos bairros periféricos e os problemas sociais na área urbana. Como consequência do acelerado crescimento, os problemas sociais se acumularam, já que Rio Branco não teve suporte para absorver o contingente populacional que se deslocava da zona rural. Marginalidade, desemprego, falta de moradia, dentro outros, foram constatados como desdobramentos tão palpáveis quanto dramáticos da realidade urbana desencadeada pelas mudanças sensíveis e características advindas a partir da penetração capitalista. (LIMA, 2007, p. 21).

O terceiro eixo que apresentam os bairros denominados por “invasões” torna-se a periferia de Rio Branco, assim como outros bairros do primeiro e segundo eixo. Estes espaços excluídos de qualquer política pública também são desviados da sociedade, aumentando assim a exclusão social destes povos.

A configuração espacial deste novo eixo se deu por meio de muita dificuldade e necessidade de sobrevivência. A vida dos migrantes da floresta no bairro Aeroporto Velho não foi fácil. Muitas crianças sofriam para poderem chegar até o 2º distrito a fim de estudar. De acordo com relatos do Senhor Rocha *apud* Bonifácio (2007), muitas crianças morrem afogadas na travessia do Rio Acre.

Diante dos trágicos episódios, foi que construíram escolas no bairro. Ressaltando que os bairros ocupados pelos migrantes da floresta não dispunham de escolas, postos de saúde ou de qualquer outra instituição de apoio aos moradores. A infraestrutura e o saneamento básico não condiziam com as configurações de espaço urbano, sendo desassistidas pelo poder público, que ignoravam a presença de pessoas. Seres humanos famintos e sofridos que padeceram diante da força arbitrária do capital, mas que por meio da junção de forças, conseguiram reconfigurar estes espaços mesmo sem saber como conduziram essa configuração. Assim elucida Lima:

As gentes que habitaram e habitam as terras do Terceiro Eixo, como muitos outros homens, viveram e vivem suas vidas, interdependendo uns dos outros. Eles saíram de seus locais e vieram para o bairro, e em conjunto com outros foram hoje um local, setorizados em um eixo, numa cidade, num estado, numa nação. Se é que essas construções de nomenclatura não são meramente políticas. É bem provável que essas gentes não tivessem ideia da dimensão da intensidade dos atos que praticavam, ou pode ser que

tivessem, porque na construção da memória o que se inscreve não é apenas o presente, mas também o representado (LIMA, 2007, p. 17-18).

A explanação de Lima é exatamente o que fora questionado nesta pesquisa. Como pessoas excluídas de todos os segmentos conseguem ressignificar suas espacialidades e ofertar um lugar de vida digna aos seus familiares? A prática solidária, a junção de força entre iguais são os meios de ofertar respostas a estes questionamentos. Diversos atores foram envolvidos nesse processo de mudança, sem distinção de gênero e raça, trazendo o que praticavam enquanto viventes da floresta, ao qual denominamos de Economia Solidária como prática Social (ESPS).

2.4 À Chegada: cidade de concreto

Chegar em uma cidade é uma ação dolorosa aos ocupantes da floresta. Se deparar com construções cinzentas, ruas ocupadas por poucos – mas presentes – veículos automotores, rios de difícil acesso para retirada de água e para a pesca, frutas expostas em quitandas à venda, madeira indisponível para construção de casebres, assim elucida Lima:

Essas populações andantes, ao chegarem à localidade, precisam recomeçar, fazer derrubada, cuidar da área, construir o “tapiri”, trabalhar para alimentar a família dentre tantos outros afazeres. [...] A necessidade de ter onde morar e abrigar a família era maior que o sentimento de posse do que é alheio ou ética de estar adentrando um lugar que não lhes pertencia. (LIMA, 2007, p. 17).

Esse cenário foi o vivido pelos migrantes da floresta. Milhares de famílias disputando espaços para abrigo, disputando o pouco trabalho ofertado na construção civil, experienciando a competição voraz que o capital proporciona. De acordo com Oliveira (1982) o trabalho dito formal em Rio Branco no ano de 1979 assim se apresentava:

Tabela 2 - Número de estabelecimentos e pessoal ocupado - Rio Branco (1979)

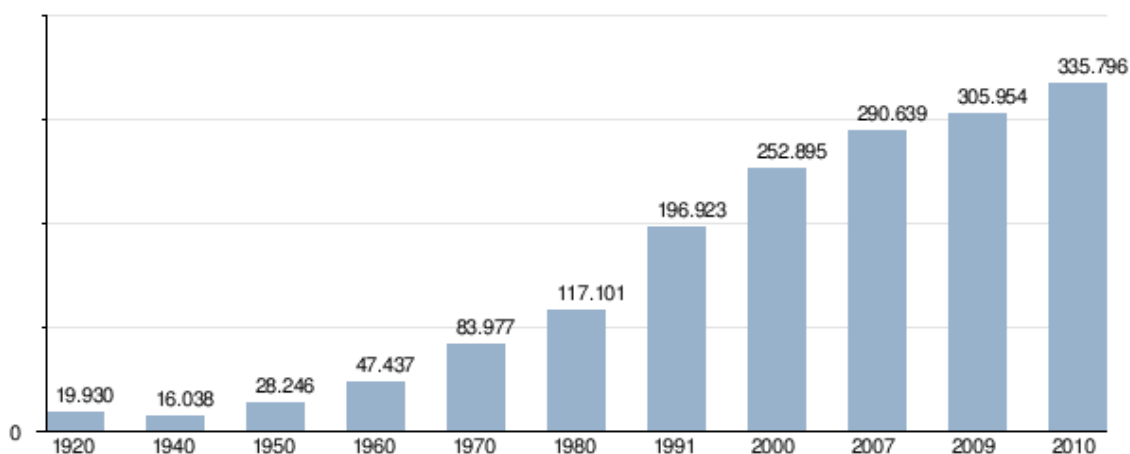
Setor de Atividade	Número de estabelecimentos	Número de empregados
Indústria	44	815
Construção civil	14	670
Comércio	163	1.121
Serviços	143	10.107
• Bancos	9	557
• Comunicação	8	244
• Educação	16	3.963
• Saúde	14	2.025
• Transporte	10	225
• Particulares diversos	57	414
• Órgãos Públicos	29	2.679
TOTAL	364	12.713

Fonte: MINISTÉRIO DO TRABALHO, SINE-AC. OLIVEIRA (1982)

Em atenção a tabela exposta, verifica-se que os empregos ofertados, em alta porcentagem, apresentam trabalhos ditos masculinos, como a indústria, construção civil e transporte. Os demais serviços como Educação, Saúde e Órgãos Públicos necessita uma formação para cumprimento de vagas, o que não poderia ser uma alternativa de trabalho aos migrantes da floresta. O único trabalho disponível na tabela, que existe a possibilidade de inclusão desta população seria no particular diverso (cozinheira, babá, doméstica, lavadeira, arrumadeira...) e no comércio, sob uma rígida pressão do proprietário do estabelecimento.

Observa-se ainda que apenas 12.713 pessoas possuíam empregos formais e que os demais estavam desprovidos de acesso a proteção e qualquer outro tipo de apoio governamental. Em atenção a Tabela 2, aprecia que o quantitativo de pessoas em Rio Branco na década de 1970 era de 83.977 pessoas. Em relação ao número de empregados, mesmo desconsiderando crianças, jovens e idosos, é perceptível que o número de desemprego era alto.

Figura 12 - Evolução Demográfica de Rio Branco - AC



Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 1970

Em conformidade com os dados do IBGE 1970, haviam 83.977 pessoas, na década seguinte 117.101 pessoas, já em 1990 passou para 196.923 pessoas, porém não existe disponibilizado o quantitativo de famílias. Entretanto, ao estimarmos que uma família possui em média 4 pessoas, chegamos a cifras aproximadas de 21.000 famílias, 29.000 e 49.000 respectivamente nos períodos mencionados. Por meio dessas informações é perceptível que ocorreu um crescimento populacional muito expressivo, o que pode ser atribuído a fatores econômicos e sociais apontados por Neves (2008).

Essas condições descritas levam à reflexão realizada por Sen (2010), o qual aborda a questão da fome coletiva. O autor versa que “é raro encontrar uma fome coletiva que afete mais de 5% ou 10% da população”. Quando se faz uma análise da situação econômica de um Estado de recém-instalação, sem empregos e fontes de renda que abranjam uma parcela significativa da população, compreende que se está de fato presenciando o conceito de *fome coletiva* dado por Sen (2010), que assim caracteriza:

É possível impedir a fome aguda resultante recriando-se sistematicamente um nível mínimo de rendas e intitamentos para as pessoas afetadas pelas mudanças econômicas. [...] A prevenção da fome coletiva depende muito das políticas de proteção aos intitamentos. Nos países ricos, essa proteção é fornecida por programas de combate à pobreza e pelo seguro-desemprego (SEN, 2010, p. 221).

O autor considera a inserção de política alternativa a renda, em que esta fornece ao necessitado uma oportunidade de se manter economicamente ativo e retirá-lo da linha da miséria. Contudo, como na década de 1980, um Estado recente que não oferecia proteção alguma aos seus filhos, mas sim um convite aberto e chamativo aos detentores do capital, para que estes com fins de exploração e especulação imobiliária pudessem se instalar no Acre, não havendo o menor interesse em proteger sua população tradicional.

A cidade em sua configuração não estava disposta a receber o quantitativo de famílias, levando-as para habitarem em locais insalubres e marginalizadas socioeconomicamente, ou seja, em situações de vulnerabilidade. Por meio das leituras de Lefebvre (1991) é pensado que o espaço urbano é produzido de acordo com a evolução econômica e política da sociedade. Estas são desenvolvidas para atender a dinâmica que está remetida ao processo industrial e econômico, sendo a sua organização espacial facilitada para este projeto.

Na mesma vertente, Carlos (2007) expõe:

O capitalismo se expandiu e, ao se realizar, tomou o mundo e este momento se relaciona com aquele da redefinição da cidade, da constituição de novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro patamar. Neste sentido a sociedade atual contemporânea surge como sociedade urbana em constituição, o que significa que ao mesmo tempo em que caracteriza uma realidade concreta, também sinaliza a possibilidade de sua realização como tendência. (CARLOS, 2007, p. 21 e 22).

As projeções de praças, museus, centros comerciais, prédios dos poderes executivos, legislativos e judiciários, centros universitários, hotéis, etc. são construídas com a intenção de alimentar o sistema capitalista, não ofertando espaço para os pobres, realizando uma fragmentação no próprio proletariado. De acordo com Carlos (2007), a cidade segue uma configuração tripartite entre o econômico, o político e o social, e assim os apresenta:

O econômico (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática socioespacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). (CARLOS, 2007, p. 21).

A cidade não é percebida, nem concebida para a vivência dos pobres. Estes se inserem nos espaços a margem do distrito econômico, político e industrial criando heterotopias, ou seja, várias utopias, que em sua realidade não atendem a dinâmica espaço-temporal das periferias.

Em Rio Branco, o primeiro eixo já apresentava a sua periferia, sendo o bairro Seis de Agosto considerado lugar de pretos, pobres e prostitutas¹⁸ e o Papoco, que até os dias atuais, é conhecido como lugar dos considerados “vida fácil”. Segundo Oliveira (1982), as áreas perto do Centro da cidade foram destinadas à classe média, configurando os bairros: Jardim Tropical, Habitasa, Floresta, Cohab do Bosque, Castelo Branco e Bela Vista.

As periferias são chamadas, segundo Foucault, de heterotopias, que, na contemporaneidade, pode ser substituída por “desvio: aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida” (FOUCAULT, 1984[1967], p. 416). Essas várias utopias, heterotopias ou lugares de desvio são criados em formato de periferias, guetos, espaços de medo e de olhar desviado da população pertencente à cidade.

Contudo a configuração dos espaços, destas heterotopias, em Rio Branco se (re)configura em virtude da ação demandada por pessoas consideradas à margem; e em busca da sobrevivência e de movimento de resistência dão uma nova reconfiguração a estes locais, que por meio da ECOSOL conseguem alterar a dinâmica social-espacial destes espaços, (re)significando suas espacialidades.

A ECOSOL não tinha sido institucionalizada, mas a Economia Solidária como Prática Social (ESPS) já era desenvolvida pela população tradicional. Para Dornelles *apud* Franco *et. al* (2008), em uma breve abordagem histórica, nos diz que:

Existem muitas pessoas que trabalham ou já trabalharam com a economia solidária e questionam que a inserção da economia solidária no Acre é muito anterior, afirmam que remonta ao movimento do Chico Mendes, em virtude do seu envolvimento com associações e cooperativas, a expulsão do homem do campo, enfim todo aquele processo. Mesmo que a economia solidária tenha se fortalecido no Brasil por volta dos anos 80 e ainda mais nos anos 90, em decorrência do desemprego, aqui no Acre muitos acreditam que o movimento é anterior a isso (Dornelles *apud* FRANCO *et. al*, 2008 p. 09).

Reconfigurar os espaços vividos para manterem-se economicamente ativos e resgatarem a identidade de resistência, a solução foi retomarem as práticas

¹⁸ Vide Fernandes, Jorge. Negros na Amazônia acreana. Rio Branco-Ac: Edufac, 2012.

executadas de quando ainda viviam na floresta (ESPS), fazendo uso do que era ofertado pela natureza e a realizar o compartilhamento destes com os demais. A partir desta prática é que se inicia a atividade de economia solidária no município de Rio Branco.

Percebe-se que as ações alternativas de renda foram criadas pelos grupos que estavam excluídos. O governo ditatorial que compreende os anos de 1964-1985, não ofertaram soluções para minimizar as graves consequências do projeto de expansão da pecuária no Estado do Acre.

O apresentado nos reflete a uma importante questão a ser destacada: as iniciativas de empreendimentos e de cunho solidário, não surgiram por meio de política pública local, ela emergiu diante das dificuldades de sobrevivência de uma população que durante muitos anos viveu a margem da sociedade e buscou através da união da comunidade a qual estava inserido, a busca pela sobrevivência.

CAPÍTULO III O MÉTODO FENOMENOLÓGICO PARA A COMPREENSÃO DA PESSOA HUMANA

Maria, Maria
É um dom, uma certa magia,
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria
É o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força
É preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo uma marca

Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria
Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida

(Milton Nascimento e Fernando Brant)

Figura 13 - Artesã do Mulheres: Arte de Vencer – MAV



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, agosto de 2015.

Introduzir um pensamento empírico em uma pesquisa científica não é uma atividade que se pode ponderar ser fácil. Considerar que os questionamentos são de fato “problemas” que podem ser respondidos pela ciência é o primeiro passo para a investigação da pesquisa científica. Afora que muitos questionamentos acompanham o pesquisador ao longo de sua vivência, sendo preciso se desvencilhar dos conhecimentos prévios e deixar que a pesquisa siga os passos necessários para a sua concretização.

Pensar a ciência econômica interligando-a com a ciência geográfica, de forma a compreender o universo dos pesquisados são os pensamentos questionadores que nos acompanham nesta caminhada. Com passos destemidos, surge a indagação desta pesquisa científica: *Como mulheres excluídas de todos os segmentos (social, cultural, político e econômico) conseguem forças para superar os obstáculos e se manterem economicamente ativas, criando uma rede de solidariedade?*

O caminhar desta pesquisa surge a partir da observação do quantitativo de mulheres inseridas em empregos informais em busca de ofertar melhores condições de vida às suas famílias. Durante quase 10 anos conseguimos observar este quantitativo nas feiras de Economia Solidária e, em sua grande maioria, sem a presença de seus companheiros. Com base nestas observações e com o espírito questionador, surgia a indagação: *quem são essas mulheres e quais são as suas histórias?*

Ser questionador, curioso e observador do mundo é prerrogativa dos seres humanos. A natureza e seus elementos são o que mais atraem os olhares curiosos e a necessidade de desvendar seus mistérios por parte do homem. Desde os primórdios – quando observavam as estrelas, as fases da lua – até os dias atuais, a natureza foi o que motivou a investigação e quem forneceu respostas para estes observadores.

Bachelard (2011[1961]) enfatiza que a resposta, ou os passos para responder estas perguntas que ficam maturando a partir de um questionamento, *a priori* necessitam ser respondidas por meio da ciência, haja vista que é o meio mais certo e concreto de se responder aos questionamentos da contemporaneidade. Este estudioso ainda enfatiza os efeitos das pesquisas experimentais e justifica que sem estes experimentos não se teria avançado no campo científico.

Ante o exposto por Bachelard, compreende-se que são justamente as questões empíricas que representam grandes possibilidades de erro, mas que são necessárias para que a ciência, por meio de métodos e técnicas, consiga compreender e fornecer as respostas para as indagações.

A ciência, de acordo com Gil:

É uma forma de conhecimento que tem por objetivo formular, mediante linguagem rigorosa e apropriada – se possível, com auxílio da linguagem matemática -, leis que regem os fenômenos. Embora sendo as mais variadas, essas leis apresentam vários pontos em comum: são capazes de descrever séries de fenômenos; são comprováveis por meio da observação e da experimentação; são capazes de prever – pelo menos de forma probabilística – acontecimentos futuros. [...] assim, a ciência pode ser caracterizada como uma nova forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível (GIL, 2012, p.2).

O autor traz uma reflexão da ciência. Esta se vincula a uma gama de características inerentes a ela, com linguagem própria, não mais considerando quaisquer afirmativas como ciência. Esta precisa se basear nas teorias e nos métodos, bem como utilizar dos subsídios a ela relacionados. Existe, a partir dela, uma não vinculação dos achismos como ciência, desvinculando de opiniões infundadas ou impensadas.

Um fato preocupante na história é que houveram muitas reviravoltas do que é e o que não é ciência. No tocante ao estudo da sociedade como ciência, Gil (2012, p.3-4) ainda elucida que o estudo científico que versa sobre o homem e a sociedade surgem na metade do século XIX, onde estes estudos passam a receber notoriedade e que até na atualidade são admirados.

Contudo, cabe enfatizar que anterior a essa “aceitação”, Humboldt, ainda em meados do século XVIII, já se preocupava com as questões sociais. Capel ressalta que:

Humboldt tenía ya bien definida su preocupación por ‘una restauración total de las ciencias’, en la que acentuaba la integración de los diversos conocimientos, o – como él mismo escribía – el intento de ‘introducir unidad en todo afán humano’. Se interesaba por la influencia de la naturaleza física sobre el hombre y afirmaba la necesidad de ‘enlazar el estudio de la naturaleza física con el de naturaleza moral y empezar en realidad por llevar al universo tal como lo conocemos la verdadera armonía’ (CAPEL, 1983[1981], p. 07).

Humboldt em suas viagens segue com um propósito: compreender as relações entre os distintos fenômenos do planeta. Mas ao adentrar e observar os

espaços e tempo vivido em cada região, ao qual perpassa, compreende que existe uma relação direta entre a sociedade e a natureza e isso o leva a narrar em seus diários como de fato a sociedade sofre forte influência do espaço vivido. Ao conhecer um pouco mais sobre as distintas sociedades, Humboldt se torna um “aliado” destas sociedades e ressalta que:

Es un deber del viajero que ha visto los tormentos y degradaciones de la naturaleza humana llevar las acusaciones de los desafortunados al conocimiento de aquellos cuya tarea es procurar su alivio (CAPEL, 1983 [1981], p. 16).

Capel ainda acrescenta à personalidade de Humboldt:

Fue un hombre de firmes convicciones políticas liberales y que, a pesar de sus orígenes aristocráticos y de su privilegiada situación económica y social, defendió siempre las aspiraciones de los grupos sociales oprimidos – tanto si se trataba de los indígenas o los negros americanos, de los esclavos estadounidenses o de los siervos del campo ruso alemán – y mantuvo el ‘hermoso y ardiente deseo de instituciones libres. (CAPEL, 1983[1981], p. 15).

A personalidade e a sensibilidade de Humboldt passam a ser consideradas por demais geógrafos e este se torna um exemplo e ícone para a Geografia Humana, que tardou, mas que na contemporaneidade é uma das áreas da geografia que mais vem realizando pesquisas em prol da sociedade.

Diante da necessidade de responder questionamentos empíricos através da ciência, e da importância de realizar estudos que evidenciem camadas excluídas da sociedade, essa pesquisa nasce. Por meio de questionamentos inerentes do pesquisador, mas que após o contato e o convívio com os demais envolvidos, passa a ser uma pesquisa de vários seres questionadores, tornando-se parte integrante da pesquisa.

Dentre estes novos pesquisadores, destacam-se as mulheres envolvidas na economia solidária em Rio Branco/AC, que por meio do convívio com o pesquisador, relataram suas vivências e experiências para que pudessem ter suas histórias contadas, valoradas e quem sabe servir de inspiração para uma sociedade carente e desejosa de mudança.

3.1 O método para traçar o caminho rumo ao conhecimento científico

A escolha do método é algo fundamental para a pesquisa científica. Partimos do princípio de que não é o pesquisador que escolhe o método, mas o método que escolhe o pesquisador. Estes estão interligados. O pesquisador quando formula o problema traz consigo as etapas que pretende delinear, sendo que em constantes vezes suas formulações e problematizações lhes mostram o oposto ao que acreditava, mas o método, para chegar à conclusão do problema foi correto, bem como as técnicas da pesquisa. Neste sentido, Spósito, afirma:

O método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura da realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPÓSITO, 2004, p. 23).

Diante do exposto por Spósito, sobre a importância do método como um instrumento intelectual e racional, passamos a compreender que um trabalho como este possui várias interligações metodológicas, todavia, sobressai a abordagem fenomenológica, visto que esta fornece peso para a pesquisa de forma que contempla as percepções, subjetividades, emoções e afetividades com o espaço vivenciado pelas colaboradoras da pesquisa.

Para este objeto de estudo que trata da questão da economia solidária, pensou na abordagem fenomenológica, que traz uma compreensão dos fenômenos que fazem parte da vivência dos sujeitos pesquisados. Os estudos do método fenomenológico seguem os caminhos filosóficos de Edmund Husserl e Edith Stein que são os considerados “pais” do método fenomenológico e da compreensão da pessoa humana. Husserl esclarece o que é a fenomenologia do conhecimento:

É ciência dos fenômenos cognoscitivos neste duplo sentido: ciência dos conhecimentos como fenômenos, manifestações, actos da consciência em que se exibem, se tornam conscientes, passiva ou activamente, estas e aquelas objectalidades; e, por outro lado, ciência destas objectalidades enquanto a si mesmas se exibem deste modo. A palavra ‘fenómeno’ tem dois sentidos em virtude da correlação essencial entre o aparecer e o que aparece. Significa efetivamente o que aparece e, no entanto, utiliza-se de preferência para o próprio aparecer, para o fenómeno subjectivo. (HUSSERL, 1989, p. 34-35).

O estudo da fenomenologia permite a compreensão do ser humano enquanto fenômeno, onde este passa a ser compreendido como detentor de conhecimentos e saberes que podem ser evidenciados a partir da subjetividade. Neste sentido, Titchen *et.al.*, versam sobre a fenomenologia, a partir de suas concepções em Husserl e Heidegger:

Fenomenologia é o estudo dos fenômenos humanos vivenciados dentro dos contextos sociais do cotidiano onde eles ocorrem e do ponto de vista das pessoas que os experimentam. Fenômeno é tudo o que os seres humanos vivem ou experienciam. (TITCHEN, *et. al.*, 2015, p. 171).

Inserir o ser humano nas questões científicas a fim de obter respostas é uma ruptura epistêmica, e passa a considerar as subjetividades dos sujeitos como fontes para a base científica. As interpretações do mundo e da sociedade passam a ser realizadas, tendo as relações humanas uma nova ferramenta de compreensão e percepção do ser humano enquanto fenômeno, que realiza intervenções no espaço, sendo atuante, não um mero espectador destes fenômenos. Assim, Titchen *et. al.*, enfatizam:

É possível pesquisar fenômenos *diretamente* explorando o *saber* humano, mediante o acesso à consciência ou ao saber cognitivo, isto é, nossa caminhada própria e consciente para dentro do saber e da compreensão. Também se podem estudar fenômenos *indiretamente* investigando o *ser* humano, mediante o acesso ao saber precognitivo (consciência perceptiva, senso corporal ou sabedoria do corpo). O saber precognitivo incorporado e integrado às práticas é inefável, tácito, desprovido de representação mental ou comunicação verbal. (TITCHEN, *et. al.*, 2015, p. 171).

A possibilidade de compreender o ser humano se torna uma prerrogativa da fenomenologia. Neste estudo, parte das reflexões trazidas por Edith Stein, que ao utilizar os conhecimentos precognitivos, tem a *empatia* como mecanismo de aproximação e compreensão das subjetividades próprias dos seres humanos. Assim, Savian Filho, embasado em Edith Stein, expõe:

A vivência me transfere para dentro dela mesma. Nesse momento, não estou mais voltado para a vivência, mas sou envolvido por ela e me volto para o seu objeto, que é estado de ânimo alheio. Torno-me o seu sujeito; coloco-me em seu lugar. Em outras palavras, pela empatia, não vivo a experiência do outro, pois essa é vivência dele e absolutamente pessoal, intransferível, mas vivencio o objeto que ele vivencia, o objeto de sua experiência. [...] A empatia, portanto, rigorosamente falando, não me põe dentro do outro, mas faz que eu me dê conta do objeto de sua experiência. (SAVIAN FILHO, 2014, p. 38).

Ante o exposto do Savian, compreende-se que as experiências vividas por meio da ECOSOL são próprias dos envolvidos no processo, mas que cabe ao sujeito pesquisador, a observância do objeto e compreensão do significado do objeto ao sujeito pesquisado. É cabível enfatizar que o estudo do método é importantíssimo para a compreensão de como os envolvidos na Economia Solidária ressurgem enquanto seres humanos, que extraem forças desconhecidas para criar mecanismos de defesa frente à opressão do mundo capitalista. Conseguir compreender as subjetividades que se deixam transparecer é uma atividade complexa, que precisa de maiores relações entre os sujeitos (pesquisador e pesquisado).

Contudo, a vertente desse trabalho não é apontar as falhas do sistema capitalista que extirparam direitos de cidadãos, mas sim, como pessoas excluídas de todos os direitos, desconhecidas de saberes praticam a fraternidade, a partilha e a comunhão. Essas questões podem ser respondidas a partir do método fenomenológico, pois traz reflexões e compreensões do que é ser uma ‘pessoa’. Bello (2014) assim expõe:

A noção de pessoa é resultado de um processo cognitivo-valorativo e não um ponto de partida. Portanto, é oportuno percorrer o processo que conduz a ela, mas é também oportuno justificar a afirmação de que se trata de um resultado que remete a um processo. [...] o percorrer o caminho que conduz a uma noção é sugerido pelo método fenomenológico-regressivo, que parte do dado para descobrir suas origens. A intenção aqui é, então, a de esclarecer como nasce a noção de pessoa, o que ela contém e como se dá a passagem do singular para o plural (BELLO, 2014, p. 09-10).

A autora Bello realiza discussões do que é a “pessoa”, não seguindo a etimologia da palavra, mas buscando de forma filosófica a definição, ou seja, na ontologia. Quando Edith Stein enfatiza a pessoa humana, ela faz uma reflexão do significado de pessoa e de ser humano. O método fenomenológico possibilita a compreensão do que é ser uma pessoa humana, e Bello (2014) com aportes de Husserl e Edith Stein enfatiza que a pessoa humana é aquela que tem conhecimento de si, mas que também não se conhece; que quer se conhecer e que isso é parte integrante da pessoa humana. É um conhecer-se como fenômeno, pois a pessoa humana é uma manifestação dela para ela, do “eu para o mim mesmo”.

Edith Stein em sua obra a “Formação da pessoa humana” ressalta que, o que difere a pessoa humana dos demais seres é a consciência, das indagações realizadas por nós mesmos enquanto seres viventes. Ser questionador do que

somos e das ações que temos diante do mundo ao redor. Uma planta tem um corpo, tem uma alma (psique), mas ela não tem um espírito. Ela tem um corpo, ele é tátil, tem uma alma, que vira-se ao sol a procura de iluminação para sua fotossíntese, mas ela não possui um espírito que indaga o que ela é, o que ela representa, o que ela sente. Husserl (1989), diz que:

A tarefa da fenomenologia, ou antes, o campo das suas tarefas e investigações, não é uma coisa tão trivial como as apenas houvesse que olhar, simplesmente abrir os olhos. Já nos primeiros e mais simples, nas formas mais íntimas do conhecimento, se propõem à análise pura e à pura consideração de essências as maiores dificuldades; é fácil falar em geral da correlação, mas muito difícil elucidar o modo como se *constitui* no conhecimento um objecto cognoscitivo. E a tarefa é, agora, dentro de âmbito da evidência pura ou do dar-se em si mesmo, *rastrear todas as formas do dar-se e todas as correlações* e exercer sobre todas elas a análise esclarecedora. (HUSSERL, 1989, p. 33).

A fenomenologia, a partir de Husserl e Edith Stein, possibilita uma compreensão mais intrínseca do que é o ser humano e o que nos motiva a sobreviver. Não direcionando um olhar superficial, mas uma troca de sentimentos empáticos que possibilitam a compreensão do que é ser de fato ser humano! O que leva o ser humano a ir contra todo um sistema em uma ação altruísta? O que este ser tem de diferente de todos os outros seres deste planeta? Maritain *apud* Bello diz que:

O ser humano é um ser espiritual porque, ao contrário do animal, mostra que pode fazer coisas que exigem a capacidade de colher o sentido dessas mesmas coisas e de tomar decisões valoradas e meditadas (MARITAIN *apud* BELLO, 2014, p.17).

O que Maritain alega é que o ser humano possui consciência dos fatos, atos e ações, e essa compreensão parte do íntimo do ser humano, de sua exposição enquanto fenômeno. Não são levadas em consideração a suas emoções, mas sim a sua essência enquanto ser questionador e ser atuante no mundo.

O método fenomenológico não só compreende o que é ser um ser humano, mas ajudar a exercitar como se colocar no lugar do outro, ser empata, capaz de sentir a dor do outro e compreendê-lo como se fossem um só. Diferente dos demais seres vivos, o ser humano consegue visualizar que outra pessoa possui as mesmas necessidades fisiológicas que ele, que possui um corpo, uma alma e, conseqüentemente, um espírito. Esta compressão de que aquele ser humano é como este ser humano (eu) é o que caracteriza enquanto ser racional.

Assim, Bello (2014), com os pensamentos de Husserl e Edith Stein assinala:

[...] o outro aparece para mim como ainda mais semelhante a mim quando realiza ações, comporta-se, faz-me compreender que pode avaliar, controlar-se, decidir, construir, organizar, tudo como eu posso. Voltamos assim, por uma estrada mais complexa, por meio de uma análise mais difusa, à distinção/conexão entre psique e espírito. Intuo a vida espiritual do outro como semelhante à minha; sou alcançado plenamente pelo *alter ego*. E, se há uma vida espiritual, então estou diante de uma pessoa, como sou eu (BELLO, 2014, p. 22).

A reflexão da autora corrobora com a escolha do método para compreender as ações altruístas, de empatia, próprias dos seres humanos, os quais conseguem se colocar no lugar do outro e sentir as emoções, as dores, as lutas, angústias e enfrentamentos. O filósofo Savian Filho (2014, p. 33) elucida a questão da empatia levantada por Edith Stein em sua tese de doutorado, onde ela expõe que: “somos todos remetidos a um tipo de atos nos quais é possível colher a experiência alheia mesmo”.

A empatia é a forma que possibilita um aprofundamento recíproco de percepção. O autor aponta que Edith esclarece a questão dizendo: “É com base nesses atos que se pode conceber a empatia, e ela a designa, de como geral, como uma percepção. Um experimentar a experiência alheia”, Savian Filho (2014, p. 34). Este realiza, a partir das concepções de Edmund Husserl e Edith Stein, o que se trata, por fim, o método fenomenológico:

Essa concepção da empatia ganha todo seu sentido, pois, se a fenomenologia, em grandes linhas, pode ser vista como uma investigação geral de nossa percepção, de nosso trazer à consciência o que experimentamos, surge então o problema de saber como conhecemos aquilo que se passa na consciência do outro. Afinal, uma coisa é investigar nossa percepção do mundo “externo” e de nossos atos “internos”, outra coisa é investigar como conhecemos o que se passa na percepção que o outro tem do mundo e de si mesmo, ou ainda saber como temos acesso ao que o outro experimenta e como fundamos a intersubjetividade (SAVIAN FILHO, 2014, p.34).

O autor traz uma reflexão bastante fundamentada na capacidade da fenomenologia apreender os fenômenos inerentes dos seres humanos, que envolve suas individualidades e, ao mesmo tempo, as semelhanças. Compreender o que se passa com o outro ser humano é complexa e existe a convicção de nunca será abrangido e percebido da mesma forma.

Contudo, o apresentado aqui é a compreensão do outro enquanto ser humano, ou seja, seres iguais em sentimentos, emoções e percepções. Se o *eu* sente isso, o *outro* também o sente. E, são por meio destas (o *eu* e o *outro*) que se podem apreender as questões próprias do ser humano por meio da fenomenologia, mas a respeitar a territorialidade sagrada dos seres vivos destas experiências.

A partir da escolha do método fenomenológico, o pesquisador e pesquisado integram nas atividades, onde existe uma empatia, o que faz com que o vivido e experienciado pelo pesquisado passe a ser vivido e experienciado pelo pesquisador, ocorrendo uma compreensão verdadeira e por completa do outro.

O método fenomenológico para as análises da Economia Solidária em Rio Branco não poderia ser mais satisfatório, pois por meio deste método, foi possível vivenciar e experienciar o que as mulheres realizam e o que perpassam para se manterem ativas frente ao movimento da ECOSOL.

3.2 Ferramentas metodológicas

As ferramentas metodológicas utilizadas para conhecer e compreender como ocorre a inserção das mulheres na economia solidária foram diversas. Primeiramente, a abordagem qualitativa foi importante para este trabalho, ainda mais por este ser um método que apreende e abrange percepções únicas, próprias e inerentes ao ser humano, que só por meio da abordagem qualitativa consegue alcançar. Bogdan *et. al.* versam que:

A abordagem qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (BOGDAN *et al.*, 1994, p.49).

Entretanto, como esta pesquisa também traz questões econômicas, sociais e políticas, não há como se desprender da abordagem quantitativa, que se fez presente para a análise dos dados. Também foi utilizado o banco de dados da SENAES, além de aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas, estes referentes ao trabalho executado por meio da ECOSOL, que necessitam de análise de dados, tabulação e apresentação de resultados por meio estatística

descritiva. Todas estas ferramentas e resultados necessitam do uso da abordagem quantitativa para uma melhor interpretação e apresentação.

Para a construção desta dissertação, realizamos a pesquisa bibliográfica, com aprofundamento teórico nos autores que versam sobre a temática de Economia Solidária, como: Paul Singer (2014[1998] – 2000[1990] – 2000), Isabelle Guérin (2003), André Ricardo Souza (2000), Euclides Mance (2000), Luiz Gaiger (2003), João Arroyo (2006), Flávio Schuch (2006), Telmo Adams (2010), Amartya Sen (2000), Antônio Cattani (2009), os quais trazem apontamentos e propostas de mudanças, embasadas na pessoa humana, com vistas a ofertar um mundo de igualdade e prosperidade, realizando uma apresentação do cenário atual e das iniciativas humanas para uma alternativa econômica que valorize o ser humano.

Os trabalhos realizados dentro da ciência geográfica que versam sobre Geografia e Gênero foram pertinentes para compreender como se dá a construção social de homens e mulheres, bem como evidenciar as ações femininas para terem seus direitos reconhecidos. Para isso, fizemos leituras das geógrafas: Rosa Ester Rossini (USP), Maria das Graças Silva Nascimento Silva (UNIR), Joseli Maria Silva (UEPG), Susana Maria Veleda da Silva (FURG), Maria Franco Garcia (UFPB) e Sônia Alves Calio (USP) as quais, ao longo dos anos têm realizado pesquisas com a abordagem de gênero, de maneira a elucidar as questões de trabalho, sexualidade, sociedade, cultura, educação, etc.

Essas pesquisas são de grande relevância para a sociedade e para a reivindicação de políticas públicas necessárias para o crescimento e desenvolvimento social, intelectual e pessoal de homens e mulheres do país. Além das geógrafas, buscou-se leituras de gênero e trabalho feminino em Gayatri Spivak (2010), Joan Scott (1989), Donna Haraway (1995[1988]), Judith Butler (2005), Lígia Simonian (2000), Danièle Kergoat (2003 – 2009), Heleieth Saffioti (2011), Nadya Guimarães (2006), Helena Hirata (2006-2009-2010), Cristine Antunez (2011), Vera Soares (2011), Nilma Bentes (2005), Maria Ávila (2011) e Tereza Cruz (2010).

Para compreender o espaço construído pela sociedade que visa o fortalecimento em grupo, tivemos como embasamento o espaço geográfico apresentado por Eric Dardel (2011[1990]), com seus apontamentos e convicções da necessidade de manter o homem e a natureza interligados. Além disso, compreendeu através de Otto Bollnow (2008[2000]) e Gaston Bachelard (1996

[1938]) a importância e significado que o espaço construído e vivido tem para o ser humano.

Ademais, por meio de Henri Lefebvre (2006) e Ana Fani Carlos (2007) compreendemos como se dá o processo de construção espacial por traz das forças hegemônicas do capital, onde os espaços construídos realizam uma ruptura do homem com a natureza, dando ênfase para a relação homem sociedade, e da busca incessante de vários seres humanos de se reconectarem com a terra.

Afora às leituras dos autores supracitados, artigos científicos, dissertações e teses disponíveis nos periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foram utilizados, principalmente, para a compreensão da temática abordada. Necessitou ainda de pesquisa documental, a fim de conhecer as leis federais, estaduais e municipais que regulam a ECOSOL, bem como os decretos municipais que criam coordenadorias para proporcionar suporte técnico aos empreendimentos de Economia Solidária no município de Rio Branco. Todo esse compêndio foi importante para uma melhor compreensão teórica da Economia Solidária na ciência Geográfica.

Além da pesquisa bibliográfica e documental, realizamos pesquisa participante, a qual foi um forte instrumento para compreensão das vivências dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Esta é uma ferramenta relevante e com interconexão à abordagem fenomenológica. Todas essas metodologias deram o suporte necessário para os questionamentos apresentados no desenvolver da pesquisa.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica é uma ferramenta importante para os estudos e pesquisas a serem realizados. É por meio desta que o pesquisador aprofunda na temática abordada e consegue realizar um estudo elaborado de dados e percepções de outros pesquisadores. Mesmo que a pesquisa seja considerada inédita na área pesquisada, algum outro trabalho que segue a mesma vertente já fora realizado,

sempre importante e necessário a leitura e reflexão. Gil (2012) aborda a temática e diz:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. (GIL, 2012 p. 50).

O que o autor elucida é exatamente a necessidade das fontes bibliográficas para a produção de trabalhos científicos, juntamente com as demais ferramentas metodológicas. Depende do desejo do trabalho e, qual método será utilizado para o trabalho. Outra questão apontada pelo autor é a produção de trabalhos que utilizam apenas a metodologia bibliográfica.

Gil (2012, p. 50) ainda enfatiza que “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Ou seja, quando o pesquisador realiza uma pesquisa bibliográfica, mesmo que em temas distintos, o leque de informações se amplia e novas discussões complementares surgem para somar com as ideias iniciais.

Conforme abordado, as pesquisas bibliográficas são importantes e agregam valores e conhecimentos frente ao tema apresentado, por meio de outros autores. Entretanto, é preciso que as fontes bibliográficas sejam confiáveis e que tenham caráter científico para que não ocorra equívocos nas informações e o pesquisador propague estes erros. Gil (2012) assim ilustra:

Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros (GIL, 2012, p. 51).

Percebe que a pesquisa bibliográfica se faz presentes nos trabalhos científicos, e que, apesar dos possíveis equívocos nas informações, ainda sim é a técnica de reunião de dados mais importante para se elaborar uma pesquisa, sendo uma fonte inesgotável de conhecimento e discussões.

Nesta dissertação, a pesquisa bibliográfica foi de fundamental importância, principalmente na área da Economia Solidária. Esta, como uma área nova de investigação, ainda apresenta interpretações/formatos/modelos diferentes. A leitura dos trabalhos já realizados, tanto no Brasil quanto no exterior, possibilitou uma

melhor interpretação da ECOSOL, bem como se configura a sua implantação nas diversas regiões, com culturas e vivências distintas.

Outra ferramenta utilizada foi a pesquisa documental. Esta, assim como a bibliográfica, trouxe discussões inovadoras para esta pesquisa. Gil (2012) diz:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebeu, ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2012, p. 51).

Esta metodologia possibilita uma interpretação distinta; vai de acordo com a pesquisa realizada e com os interesses dos pesquisadores em cima dos dados dispostos. Para esta pesquisa analisamos leis (federais, estaduais e municipais) e decretos referentes à implantação e regulamentação da ECOSOL. Também utilizamos dados estatísticos disponibilizados por órgãos gestores da economia solidária, bem como materiais (folders e cartilhas) de divulgação da ECOSOL, sendo estes dados trabalhados de forma distinta das que já foram utilizadas e elaboradas em outras pesquisas, haja vista que cada uma possui particularidades e formas de interpretações e análises distintas.

3.2.2 Pesquisa Participante

A pesquisa, como elucidado anteriormente, surge por meio de questionamentos empíricos e ganha forte participação das mulheres envolvidas no processo, pois passam a perceber a importância da propagação de suas histórias. Para dar vida e voz a essas histórias realizamos pesquisa participante junto a uma Associação de mulheres da Economia Solidária, denominada “Mãos que Fazem”, localizada à Rua 6 de Agosto, Bairro Seis de Agosto e em uma Cooperativa denominada “Mulher: Arte de Vencer”, sito à Avenida Brasil, Centro, ambas em Rio Branco – Acre, além de realizar atividade de campo nas feiras de economia solidária que ocorrem durante o ano no município e entrevistas na Lavanderia Solidária.

Nestas atividades ocorreram entrevistas e aplicação de questionários com as expositoras.

É importante salientar que a escolha pela pesquisa participante tem um forte peso nesta dissertação e também na escolha de vida do pesquisador, pois existe uma simbiose entre o objeto e o pesquisador. O fato de inserir em um projeto e se dedicar a ele não são prerrogativas apenas de quem deseja compreender o objeto estudado mais a fundo, mas sim de quem possui um estreitamento com o objeto e que crê em sua filosofia. Com essa visão, Brandão (1982) afirma:

A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura pesquisada. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir (BRANDÃO, 1982, p. 12).

A pesquisa participante tem a inserção do pesquisador que passa a vivenciar o mesmo que os pesquisados. Gil (2012, p. 31) corrobora ante a afirmativa e alega que “a pesquisa participante se caracteriza pelo envolvimento dos pesquisadores e dos pesquisados no processo de pesquisa”. Demo (2008) acentua:

A vantagem da pesquisa participante é trabalhar com a conjunção desafiadora e participação, talvez a potencialidade mais decisiva do ser humano. Saber pensar e intervir juntos é grande desafio da hora do futuro, já que, quer queiramos ou não, o planeta é nossa morada coletiva e o bem comum precisa prevalecer (DEMO, 2008 p. 130).

A metodologia da pesquisa participante, juntamente com a abordagem fenomenológica, possibilita a imersão do pesquisador junto ao objeto, ofertando uma visão/compreensão de dentro para fora, percebendo o real. O pesquisador consegue apreender os fenômenos próprios dos indivíduos, além de se sentir parte integrante e podendo descrever com mais exatidão o exposto pelos pesquisados.

Para esta pesquisa, além de ter maior aproximação com as mulheres pesquisadas, as conversas (entrevistas) ocorrem de forma mais descontraída, sendo transmitidas para o pesquisador as emoções que outrora, em uma entrevista formal, não seriam realizadas de forma tão subjetiva.

Figura 14 - Pesquisa Participante



Fonte: ASSOCIAÇÃO MÃOS QUE FAZEM. Banco de dados, setembro, 2016.

O método fenomenológico realiza uma compreensão do outro, partindo do princípio do eu. Isso quer dizer que o pesquisador, ao realizar uma pesquisa participante, juntamente com a fenomenologia, já traz consigo uma familiaridade com a proposta de trabalho. Isso não quer dizer que a pesquisa se torna fácil. É exatamente o oposto a isso.

Essa aproximação com o objeto mantém o pesquisador seduzido pelo objeto e em muitas situações ele pode mascarar informações em virtude dos conhecimentos pré-estabelecidos. É importante que o pesquisador se desvincule de quaisquer conclusões e expectativas e passe a vivenciar, livremente, a experiência com os pesquisados.

Essa inserção, por meio da pesquisa participante, nos empreendimentos econômicos solidários, possibilitou partilhar as histórias destas mulheres e compreender como se configuram os espaços solidários por meio da resistência que estas possuem, frente aos problemas estabelecidos pelo capital. Almeida Silva (2010) assim grifa:

A pesquisa participante possui um corpo identitário, entendido como de natureza aplicada, pois gera conhecimento para o aprendizado e voltado a um tema específico que envolve também concepções e interesses locais (ALMEIDA SILVA, 2010, p. 50).

O agrupamento, a idealização dos empreendimentos de cunho solidário, surge diante da manifestação de resistência e a busca incessante pela sua condição

de mulher cidadã, dotada de direitos e que foram privados a partir da configuração machista que existem na sociedade rio-branquense,

Ademais, para esta pesquisa, além da Pesquisa Participante na Associação Mãos que Fazem, realizamos entrevistas com a idealizadora do grupo, Guajarina Margarido, com a atual presidente, Norma Sueli de Moraes, e com mulheres que participam das oficinas e cursos ofertados pela Associação. Na cooperativa Mulheres Arte de Vencer, entrevistamos a Senhora Otília Batista Melo de Sampaio, presidente da cooperativa; Maria José de Menezes Araújo, cooperada; Marilda Monteiro de Oliveira, cooperada, além de funcionárias da cooperativa, haja vista que esta é caracterizada como Empresa modelo Economia Solidária.

Realizamos ainda pesquisas de campo junto a cooperativas de Economia Solidária nos municípios de Xapuri (zona urbana e rural), Brasiléia (zona urbana e rural), Assis Brasil (zona urbana e rural), Epitaciolândia (zona urbana), Cruzeiro do Sul (zona urbana) e na Cidade de Cobija, departamento de Pando, no país fronteiriço, Bolívia, a fim de compreender o espaço da ECOSOL no Estado do Acre.

Além das pesquisas de campo junto aos empreendimentos de economia solidária, aplicamos 10 questionários (involuntários) com as expositoras das feiras de economia solidária em Rio Branco, bem como visitas na Lavanderia Solidária, no município de Rio Branco, a fim de conhecer as perspectivas e dificuldades enfrentadas pelos grupos.

Fora ainda realizado acompanhamento junto aos órgãos competentes da Economia Solidária no município, a saber: Secretaria de Estado de Pequenos Negócios (SEPN), Coordenação de Economia Solidária no Acre; Coordenadoria Municipal de trabalho e Economia Solidária (COMTES); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/AC); Coordenação de Economia Solidária; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP); Universidade Federal do Acre (UFAC); Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Popular e Tradicional do Acre (INCUBAC) e Instituto Federal do Acre (IFAC) e demais setores econômicos, políticos, sociais e culturais do Estado do Acre que serão citados ao longo do trabalho.

3.3 O lócus da pesquisa: Mulheres que conseguem ressurgir das cinzas

Figura 15 - Representação das Mulheres na Economia Solidária



Fonte: DOURADO SILVA, Suzanna. Arte: TORRES, Mardilson. Setembro, 2016.

A Figura 15, obra do artista Mardilson Torres, demonstra as potencialidades da Amazônia-acreana e suas ações solidárias em todos os municípios do Acre. Esta imagem demonstra o quanto esta região é rica e apresenta uma grande diversidade de produtos oriundos da natureza, das quais a população tradicional ainda sobrevive destas.

Do Alto Juruá, indígenas envolvidas com a confecção de artesanatos e medicina tradicional e alimentos, realizando atividades econômicas solidárias e enaltecendo a cultura do seu povo. A produção da Farinha em Cruzeiro do Sul, do biscoito de Goma, além da extração de óleos da floresta para a produção de produtos de beleza e higiene. No Médio Acre onde o açaí, abacaxi, patoá, buriti, e outras iguarias oriundas da floresta, que pelas mãos das mulheres cooperadas transformam em doces e polpas, enviando para todos os lugares o produto já processado e pronto para ser consumido. No baixo Acre mulheres desenvolvem a

pesca, a coleta de produtos da floresta e o mais marcante da cultura acreana, o látex, que veste e calça a sua população.

Em análise dos empreendimentos Econômico-solidário no Acre, é percebido o incentivo dos órgãos gestores da ECOSOL em fomentar a produção dos recursos disponíveis na Amazônia-acreana, sendo esta uma ação de grande importância para a população tradicional e aos visitantes da região. A ação demandada favorece o crescimento econômico regional, a partir da utilização das potencialidades locais. O turismo torna-se acentuado e as vendas de artesanatos e produtos oriundos da floresta se intensificam quando existe a articulação dos órgãos públicos.

A Amazônia-acreana é uma área que compreende a 16.422.136,05 de extensão territorial e é considerada como a região que possui maior biodiversidade do planeta, possuindo enorme valor econômico e que vem servindo de objeto de estudo para diversas pesquisas com referência aos recursos naturais, bem como da extração destes recursos por diversas empresas de distintos segmentos, mas que ainda não se apresenta a uma grande parcela de sua população que vive na pobreza, sem oportunidades de trabalho e renda.

De acordo com Simonian (2000, p. 09), “dificilmente a destinação de recursos financeiros, a capacitação de técnicos e o envolvimento das populações tradicionais locais são assegurados de modo apropriado”. A configuração de um paradoxo se estabelece, já que, apesar de possuir várias empresas dentro da Amazônia extraindo recursos naturais, uma significativa parcela da população tradicional não está inserida nestas potencialidades, excluindo-a do direito do usufruto das riquezas do desenvolvimento econômico de sua região.

Diante da grandeza da biodiversidade Amazônica e de seu grande valor econômico, é preciso que a sociedade – não apenas a local – compreenda esse potencial, dimensionando uma perspectiva inovadora de desenvolvimento regional igualitário, com oportunidades de crescimento coletivo, pois seria contraproducente secundarizar a importância que os recursos naturais, dispostos na Amazônia, podem representar como os únicos meios de sobrevivência dos povos da floresta.

A luta cotidiana pela inserção da população tradicional no desenvolvimento da região, não é uma prerrogativa apenas para a população que vive nas áreas rurais. Pode-se estender essa realidade àqueles que migraram destas regiões para os centros urbanos, e que ainda estão assentados à margem dos centros, que estão

desprovidos de oportunidades de moradia, saúde, educação, emprego e lazer, mas que encontraram na união dos seus trabalhos – diante do modelo a ser seguido pelos povos da floresta – a oportunidade de crescimento econômico coletivo, através das cooperativas com característica de economia solidária. As potencialidades da Amazônia-acreana, principalmente a extração da borracha, sempre foram exploradas com vistas a atender os interesses do capital, sem realizar desenvolvimento local, nem de proteção e garantias legais para a sua população.

Ter consciência de que é necessário criar mecanismos de fomento ao desenvolvimento econômico de uma região, mas enfatizando que esta precisa ser devidamente cuidada, fiscalizada, pois pode correr o risco de perder grande parte de seus recursos naturais, é de fundamental importância para que todos os que fazem uso destes recursos busquem empreender, de forma solidária, mantendo o equilíbrio da região.

No Estado do Acre, a partir da institucionalização da Economia Solidária, as esferas estaduais e municipais vêm realizando um trabalho para implementar a economia solidária, que é uma atividade que procura abranger principalmente aqueles que não estão inseridos nas principais atividades econômicas do município, bem como o de contemplar àqueles que estão em regiões que necessitam de inserção de atividades rentáveis, que possa resultar em uma melhor condição de vida.

A principal população envolvida nesta alternativa de trabalho e renda é a população acostumada a trabalhar na terra para retirada de seu sustento, que vê a natureza como a fonte de todas as suas necessidades, onde esta é uma aliada na luta pela sobrevivência e subsistência destes e de seus familiares. A relação homem-natureza, aos inseridos na ECOSOL, é de grande importância e esta procura ser preservada, bem como realizar propagação da necessidade da preservação diante da comunidade.

A importância de levar as tecnologias para dentro da floresta é importante para que os ainda pertencentes desta localidade, possam continuar a utilizar seus saberes tradicionais e suas práticas, mas produzindo em maior escala para comercializar para os cidadãos. É valorização das práticas e propagar aos demais esses produtos.

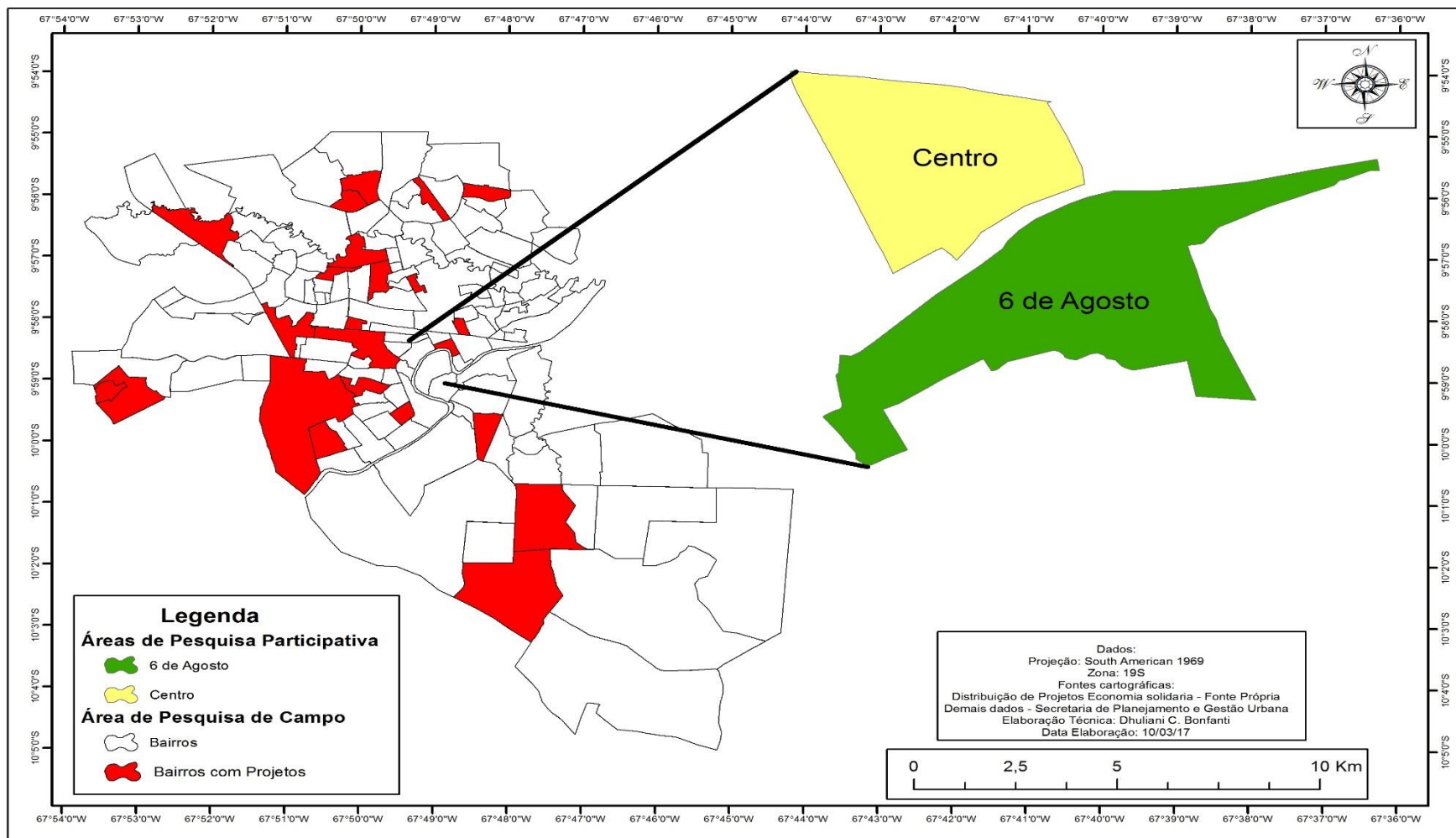
Ao analisar e conhecer na prática as ações demandadas para os empreendimentos de cunho econômico-solidário, bem como as ações dos envolvidos nos empreendimentos, a necessidade de transmitir suas histórias e vivências foram aumentando, pois a economia solidária para estes, não é apenas uma forma de se manterem-se ativos financeiramente. Esta passa a ser uma forma de vida, uma construção de família, com princípios e valores, assim como frisa Otília Batista Melo de Sampaio, a idealizadora da cooperativa “Mulheres: Arte de Vencer – MAV”:

É a possibilidade de ajudar alguém, despertar algo em alguém. Já ajudei meus filhos, meus netos, e eu tenho que fazer algo para alguém. O MAV não é só renda, é solidariedade, é amizade, é família. Meu pai dizia que mais valia um amigo na praça do que dinheiro no banco. A vida me ensinou bem isso. (SAMPAIO, Otília Batista Melo de. Entrevista. [ago. 2016].).

É a partir do exposto por dona Otília Melo que esta pesquisa se desenvolve, pois tem por prioridade contar a trajetória da Economia Solidária no município de Rio Branco, frisando os percalços, avanços e conquistas desta atividade.

Com a intenção de situar o *locus* da pesquisa, foi realizada uma abordagem econômica, política, social e cultural do município de Rio Branco, partindo da pesquisa participante na Associação Mãos que Fazem e Cooperativa Arte de Vencer (Figura 16), haja vista que estas questões são pertinentes para a compreensão da inserção das mulheres junto aos empreendimentos de economia solidária (EES).

Figura 16 - Localização dos empreendimentos pesquisados



Elaborado por BONFANTI, Dhuliani. Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. 2017.

A escolha das áreas a serem pesquisadas ocorreu diante da formação espacial destas, e também por uma seguir o modelo Economia Solidária como Prática Social (ESPS) e a outra por ter característica Empresa modelo Economia Solidária (EMES).

O bairro Seis de Agosto é um dos mais antigos da cidade de Rio Branco e que apresentava alto índice de exclusão social da população. Nele fora criada a Associação de Mulheres Mãos que Fazem e que buscam, por meio da articulação das moradoras, a inserção de programas e políticas públicas que atendam a comunidade do bairro. Suas ações vêm desenvolvendo mudanças significativas na região e que tornam-se exemplos de luta e resistência aos demais bairros da região.

O centro da cidade é outra escolha para compreender como espaços destinados ao comércio, serviços e aos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) são configurados para acolher determinadas classes sociais, excluindo os não pertencentes das classes consideradas elevadas. A cooperativa de Mulheres Arte de Vencer tem sua sede em uma das casas mais antigas do centro, local este destinado aos burgueses e que hoje possui cooperadas de todos os bairros, principalmente dos considerados periféricos.

Estas áreas pesquisadas possibilitam compreender a força da mulher acreana frente aos intervenientes, desde o processo de desterritorialização, bem como a luta pelo acesso à moradia, alimentação, até conseguirem conquistar o empoderamento, autonomia, igualdade de gênero, racial e social. Estes empreendimentos não trazem apenas o fator renda, mas a inserção nas esferas políticas, culturais e sociais.

3.4 Associação de Mulheres do 2º Distrito Mãos que Fazem

Figura 17 - Sede Mãos que Fazem



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados. Setembro, 2016.

A de mulheres do 2º distrito, denominadas Associação Mãos que Fazem está localizada em um dos bairros mais antigos de Rio Branco. Contudo, esta região sempre foi ocupada pelos trabalhadores braçais oriundos do nordeste brasileiro, os quais em sua maioria eram negros. Foi no bairro Seis de Agosto que tivemos a rua da África, que teve seu nome mudado para 1º de Maio sem explicação para seus moradores, talvez em uma tentativa de excluir da história o processo de colonização da população negra.

A resistência de um povo não pode ser medida a partir do exposto por outra parcela da população, ainda mais a excludente, que visa marginalizar aqueles que são considerados não pertencentes a sociedade. O processo de resistência é se identificar com sua trajetória, pois se tratam de construções contínuas e o simples fato de continuar a vida com a cabeça erguida é resistência.

No caso do bairro Seis de Agosto, os moradores do bairro logo foram categorizados de forma preconceituosa e apelidados de negros sujos, ladrões e local de prostituição, sendo considerado para a sociedade rio-branquense um lugar de desvio social, não realizando a aceitação de seus moradores e a excluir

quaisquer manifestações sociais, culturais, políticas e econômicas advindas de sua população. Ou seja, na opinião de parte da sociedade citadina, ali é um espaço topofóbico, que nas observações de Tuan (2005), são espaços que remetem ao medo e à repulsa.

A imagem do bairro como um lugar de pobres e gente desqualificada perdurou e na atualidade essa desconstrução tem sido alvo de embates de uma moradora antiga no bairro: a professora Guajarina Lima Margarido, idealizadora da Associação Mãos que Fazem.

Figura 18 - Guajarina Lima Margarido



Fonte: Revista Brava Gente. Foto: JARDIM, Arison, em 11 de dezembro de 2012

Em entrevista com a professora Guajarina (2016), esta relata como iniciou o trabalho de criação da associação e quais eram os desafios a serem cumpridos a fim de ressignificar os espaços vividos a partir da promoção de trabalho e renda às mulheres do bairro, bem como a inclusão das crianças em atividades lúdicas. Mas, principalmente, na tentativa de inserir mulheres nas atividades sociais e culturais do bairro.

No ano de 2005, estava aposentada e juntamente com uma amiga, Margarida Brito, pensaram em criar um grupo de mulheres do 2º Distrito, em razão de nunca ter atividade que acolhesse a região. O grupo tinha o interesse de articular as mulheres

para programarem ações que as atendessem, a fim de criar reuniões, festejos, e rodas de conversas.

Por meio da Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil, se encontram no Parque Capitão Ciríaco e participaram aproximadamente 50 mulheres. A presidente do bairro Santa Inês, Dona Alda, ficou como presidente, Guajarina Margarido como secretária e Margarida Brito, tesoureira. O secretário de Cultura do Município na época, Marcos Vinicius, se fez presente para ofertar apoio da prefeitura no movimento de mulheres do 2º Distrito.

Em 2006, institucionalizaram o grupo lúdico das Pastorinhas, reavivando as memórias do povo acreano. Essa ação contemplava as crianças do bairro, que ao invés de ficarem desassistidas passaram a se encontrar nos finais de semana na casa da Dona Maria Raimunda, também moradora do bairro Seis de Agosto e membro do grupo de mulheres, para ensaios com Dona Guajarina e Ecília Gadelha, uma vez que estas conheciam as coreografias.

As Pastorinhas é uma dança folclórica trazida para o Acre ainda no advento da alta extração da borracha pelo mestre Zuza. Entretanto, participavam da dança mulheres que seriam vendidas aos seringueiros. A dança fora adaptada para o encantamento e sedução, descaracterizando sua real configuração. A Associação das Mulheres Mãos que Fazem ao resgatarem o grupo, volta a realizar a dança original, com crianças, a seguir o modelo tradicional que tinha sido criado pela igreja católica para os festejos religiosos.

Figura 19 - Guajarina e as Pastorinhas



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, abril, 2016.

A associação tem dois momentos, assim como frisa Norma Sueli de Moraes, atual presidente da Associação. A intenção era a de articular as mulheres e torná-las envolvidas nas atividades que ocorriam no bairro, tornando-se proativas, empoderadas e líderes comunitárias. Após as primeiras reuniões e conhecendo a realidade da região do 2º Distrito, percebeu a importância de ofertar cursos de formações para as mulheres, uma vez que estas eram dependentes financeiras dos seus companheiros, estando à mercê de suas vontades. Norma Moraes assim enfatiza:

Eu estava passando pela frente do capitão Ciríaco e a dona Guajarina me puxou e disse para eu participar da reunião de mulheres que estava ocorrendo. Quando entrei vi muitas mulheres de vários bairros do 2º Distrito. Durante a reunião tiveram várias conversas, era uma roda mesmo. Uma dessas mulheres começou a contar que o seu marido consertava eletroeletrônicos, mas que ele não sabia negociar e não trazia dinheiro para casa. Ele ao invés de cobrar 80 reais, cobrava 20, por exemplo. Essa mulher falou que queria que os seus filhos estudassem, que fossem um dia para a faculdade, mas que não tinha como ajudar seus filhos, nem com a alimentação. Quando esta mulher e depois outras falaram de suas situações, dona Guajarina me chamou e perguntou se poderíamos ofertar um curso para estas mulheres, e foi assim que tivemos nossa primeira formação, ofertando o curso de reciclagem de enfeites natalinos. (MORAES, Norma Sueli de. Entrevista. [fev. 2016]).

Ao rememorar como ocorreram as inserções dos cursos profissionalizantes na Associação Mãos que Fazem, percebemos que esta está vinculada a Economia Solidária como Prática Social (ESPS), onde existe a solidariedade entre o grupo, a fim de que este se fortaleça em conjunto, não havendo o quesito renda, mas sim a troca solidária.

A associação possibilitou não só a formação de mulheres e crianças, oportunizou também uma nova configuração ao 2º Distrito, que passou a ter a associação Mãos que Fazem como referência no município, recebendo prêmios de gestão e apoio de secretarias e órgãos competentes.

Esta já possibilitou a formação de mais de três mil mulheres em 13 cursos profissionalizantes, a saber: corte e costura; manicure e pedicure; auxiliar administrativa; encanadora; pizzaiola; salgadeira; cabelereira; confeitaria; auxiliar de cozinha; oficina de fuxico; reciclagem de banners e pets; compotas de doces e cupcake; reciclagem de enfeite natalino.

Os cursos são ofertados pelos diversos projetos firmados entre a associação Mãos que Fazem e o SEBRAE/AC, SENAI/AC, PRONATEC, INCUBAC, Instituto Dom Moacyr, Casa Rosa Mulher e SEP Mulher. Já os materiais para serem utilizados

na associação, são obtidos por meio dos fomentos: SEPN e pela SENAES por meio da COMTES.

A trajetória da Associação das Mulheres do 2º Distrito Mãos que Fazem é marcada pela luta perseverança de mulheres que buscam ofertar uma nova dinâmica aos espaços vividos, oportunizando uma vida mais digna aos seus moradores e a esperança de dias melhores através das conquistas alcançadas por meio da junção de forças.

Guajarina Margarido, Norma Moraes, Margarida Brito, Ecília Gadelha, Alda Lopes, Nadir Gonçalves Guimarães Silva, dentre outras, são propulsoras do desenvolvimento econômico solidário no 2º Distrito. Estas mulheres, diante da articulação e busca incessante de apoio governamental, conquistaram benefícios para todas às mulheres que as procuram. Não desistiram quando tiveram seus bairros isolados do centro da cidade e conseguiram por meio do árduo trabalho uma nova configuração de suas espacialidades, transformando o espaço de medo, de desvio em um espaço de harmonia, paz e esperança de dias melhores.

3.5 Cooperativa MAV - Mulher: Arte de Vencer

Figura 20 - Sede do Mulheres Arte de Vencer

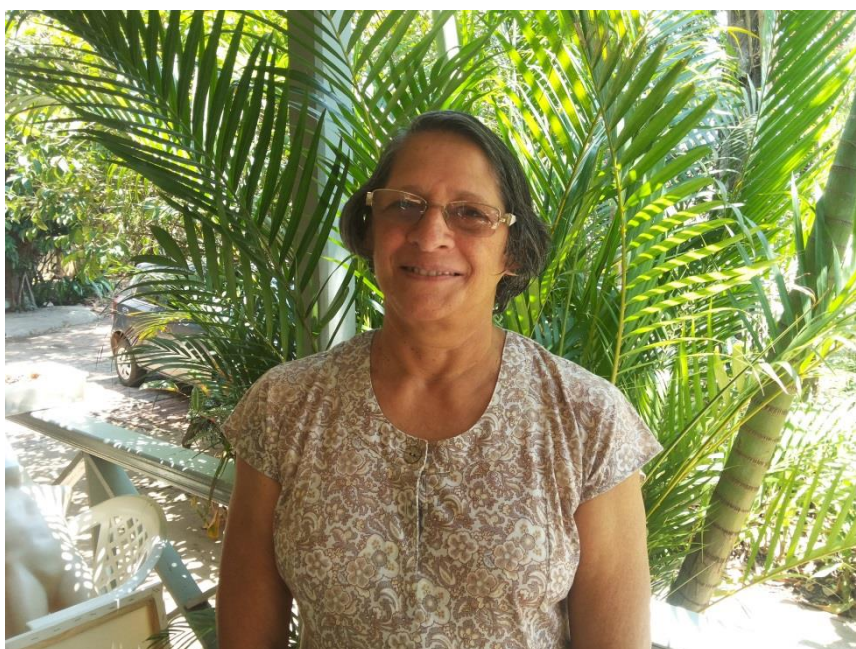


Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados. Setembro, 2016.

A Cooperativa Mulheres Arte de Vencer (MAV), tem suas ações identificadas como Empresa modelo Economia Solidária (EMES), que visa a cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica. Estas são as características basilares da ECOSOL. É por meio da união destas mulheres e da vontade de vencer que surge a cooperativa no centro da cidade de Rio Branco, com sede na antiga casa do ex-governador do Acre, local que traz, simbolicamente, as relações de poder à sociedade Rio-branquense.

Em entrevista com Otília Batista Melo de Sampaio, idealizadora do grupo MAV – Mulher: Arte de Vencer, esta relembra como nasceu à iniciativa, e que o grupo surgiu a partir da iniciativa dela com duas amigas que buscaram no artesanato uma forma de complementar o sustento da família. Aos poucos, foram se unindo ao grupo outras artesãs com técnicas e estilos diferentes, enriquecendo a produção. No ano de 2009, o grupo contava com 15 artesãs e o grupo se formalizou e tornou-se uma cooperativa.

Figura 21 - Dona Otília Melo



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados. Setembro, 2016.

A iniciativa, além de trazer renda para as artesãs, também proporciona um ambiente saudável para o desenvolvimento das atividades e um espaço de convívio com as demais artesãs. Marilda Monteiro de Oliveira, artesã há 5 anos conta que fazer parte do MAV é muito importante para a sua conquista profissional.

Eu entrei no MAV logo que iniciou. Eu não sabia fazer muita coisa, só mesmo o crochê. Ao participar da cooperativa eu consegui aprender novos artesanatos e hoje eu trabalho com sementes, confecção de bolsas de tucumã e muitas outras coisas. Eu tiro minha renda daqui. Eu não sou chefe de família, eu sou a matriarca (risos). Aqui eu me sinto bem. Somos uma família. (OLIVEIRA, Marilda Monteiro de. Entrevista. [ago. 2016]).

Marilda é uma das cooperadas mais antigas do MAV e se sente realizada com o trabalho que realiza, principalmente pela capacitação que recebem e aperfeiçoamento de sua arte. Anterior à inserção ao MAV esta se dedicava a casa e as pequenas encomendas de crochê que recebia.

Figura 22 - Marilda Monteiro na confecção de sementes



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, julho, 2016.

No tocante as atividades em conjunto, Guérin (2005) exemplifica como as mulheres na França passam a se sentir mais determinadas ao realizarem atividade colaborativa e a realidade das cooperadas do MAV não se distanciam. É por meio do trabalho solidário que estas conseguem sua autonomia financeira, sendo este o primeiro passo para alcançar o empoderamento feminino.

O MAV, atualmente, se configura como uma Cooperativa de Economia Solidária, seguindo o modelo EMES e conta com duas lojas nos principais centros comerciais de Rio Branco. Uma loja está localizada no Mercado Velho, no centro histórico da cidade e uma no shopping center. As lojas possuem funcionárias que não são cooperadas, e a receita é distribuída conforme a produção e venda da

mercadoria. Há também a comercialização de outros artesãos que não são cooperados. Para estes é cobrada uma taxa de 30% no valor do produto a fim de ajudar nas despesas fixas das lojas.

Figura 23 - Loja MAV Shopping Center



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, outubro, 2016.

Figura 24 - Loja MAV Mercado Velho



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, outubro, 2016.

A cooperativa está cadastrada na Junta Comercial do Estado do Acre e na SENAES. Todos os anos são enviadas cooperadas para participarem de feiras

solidárias no país e exterior, a fim de comercializarem seus produtos, trocarem informações e produtos, bem como de propagar os produtos oriundos da Amazônia-acreana com a finalidade de exportação.

A cooperada Maria José de Menezes Araújo é uma das mulheres que sempre vai para as feiras e diz que os produtos do Acre são sempre bem procurados. Primeiramente pelo diferencial de sementes e produtos, bem como pela qualidade destes a partir da produção. A principal saída dos produtos são os confeccionados com a semente de jarina e as sapatilhas de borracha.

O MAV passou a integrar os grupos denominados por Economia Solidária através do Fórum Acreano de Economia Solidária, por meio do presidente Carlos Tborga. A partir disso a possibilidade de participar das feiras surgiu e a procura e venda dos produtos teve um aumento significativo, possibilitando o incremento na renda das cooperadas.

A artesã Maria José, conhecida por suas colegas de trabalho por Mazé, diz:

O trabalho desenvolvido na ECOSOL não é só a renda. Que não é só estarem juntas produzindo, existe uma harmonia entre o grupo. Ela tá lá furando semente e eu aqui pintando eu vou lá, me levanto e a gente brinca, a gente rir, faz um café. É o dia todinho assim. É bem mais que produzir um produto, é uma relação de família e que gera renda para gente. Gera mais renda assim junto do que cada uma sozinha em casa. (ARAÚJO, Maria José de Menezes. Entrevista. [ago. 2016]).

A fala de Mazé confirma a importância das atividades em conjunto, possibilitando não só o acesso à renda, mas a troca diária de conversas que potencializam as relações entre os seres humanos. O sair de casa e ir para a sede da cooperativa é o trabalho que estas mulheres possuem e a saída de casa se torna um momento importante para estas. assim como enfatiza a artesã Marilda Monteiro:

Eu não vinha no centro. Eu não tinha dinheiro e às vezes eu pensava que nem deveria estar andando por aqui. Sinceramente, eu me sentia triste. Aqui eu me sinto bem. Às vezes venho ao centro para fazer alguma coisa e acabo parando aqui para conversar. (OLIVEIRA, Marilda Monteiro de. Entrevista. [ago. 2016]).

Percebe-se que o centro da cidade, o local das transações comerciais de Rio Branco eram espaços de desvio de algumas cooperadas em virtude da não possibilidade de trabalho e obtenção de renda. A configuração das cidades cria espaços de heterotópicos, que não necessariamente por serem lugares de desvio social, mas por constituírem sentimento de não pertencimento. Quando Marilda

expressa que não circulava no centro comercial de Rio Branco por não dispor de recursos financeiros, percebe-se aqui que existe uma heterotopia, mas no sentido contrário, onde os desprovidos de poder e renda não se sentem pertencentes aos espaços de relações comerciais.

Conforme elucidado, a sede da COOPMAV é no antigo casarão do ex-governador do Acre Flaviano Melo, onde esta representa o poder da sociedade Rio-branquense. A simbologia que envolve as construções destinadas à alta classe de uma cidade, pode ser visualizada nos tipos de construções e o que representam para a população, sendo considerado um espaço de desvio dos desprovidos de poder e renda.

Por meio da articulação e mobilização do grupo, mulheres tiveram sua ascensão financeira e hoje percebem novos espaços e os vivenciam. Ressignificam suas espacialidades através do trabalho em comunhão e conseguem superar os obstáculos criados pelo poder do capital durante as configurações dos espaços.

Otília Melo enfatiza que o MAV é sua morada, pois a casa da sede era a que viveu durante sua infância, mas que hoje possui uma família maior e que assim como uma família busca o que tem de melhor para oferecer e é por isso que sempre está à procura de cursos e capacitações para ofertar ao grupo e, que quando possuem oportunidade, também realizam formações para as mulheres que desejam iniciar atividades de artesãs.

A pesquisa participante realizada na Associação Mãos que Fazem e Cooperativa Mulheres Arte de Vencer, oportunizaram a compreensão da ECOSOL no sistema ESPS e EMES, respectivamente, além de ofertar subsídios para a compreensão da inserção das mulheres nos EES, a (re)significação das espacialidades vividas, além da conquista do tripé do empoderamento.

Ademais, os questionários aplicados aos EES durante a pesquisa de campo, além das entrevistas realizadas na Lavanderia Solidária, ofertaram a possibilidade de realizar uma análise do desenvolvimento da ECOSOL nos dias atuais a partir da atuação da mulher Rio-branquense. A junção de informações das pesquisadas na Associação Mãos que Fazem e Cooperativa Mulheres Arte de Vencer, com os dados obtidos pelos questionários dos EES fazem o retrato da ECOSOL em Rio Branco, e que é apresentado no próximo capítulo, observando todos os atores envolvidos no processo de execução da ECOSOL, no qual é discutido as ações demandas tanto

pelo poder público, quanto pelo movimento de mulheres, resistentes ao processo excludente do capital.

CAPÍTULO IV. REPRESENTAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM RIO BRANCO

“Fiquem aí os senhores
Mamando nas tetas
Do povo
Enquanto o povo
Mama nas tetas das pedras
Cuidado muito cuidado senhores
Qualquer dia
As pedras viram armas
Qualquer dia
Fome vira raiva
Qualquer dia
A casa cai”

(Cori Carvalho)

Figura 25 - Mulheres Lavadeiras



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Banco de dados, junho de 2016.

A ECOSOL é para além da renda. É a conversa animada, o se juntar para trabalhar, é o partilhar e o sorrir solidário. Aqui é onde eu consegui vencer minha depressão e ter um lugar para ir todos os dias. Trabalho com plantas, com a terra e com as minhas amigas. Hoje eu sou feliz! (Raimunda da Silva Barbosa).

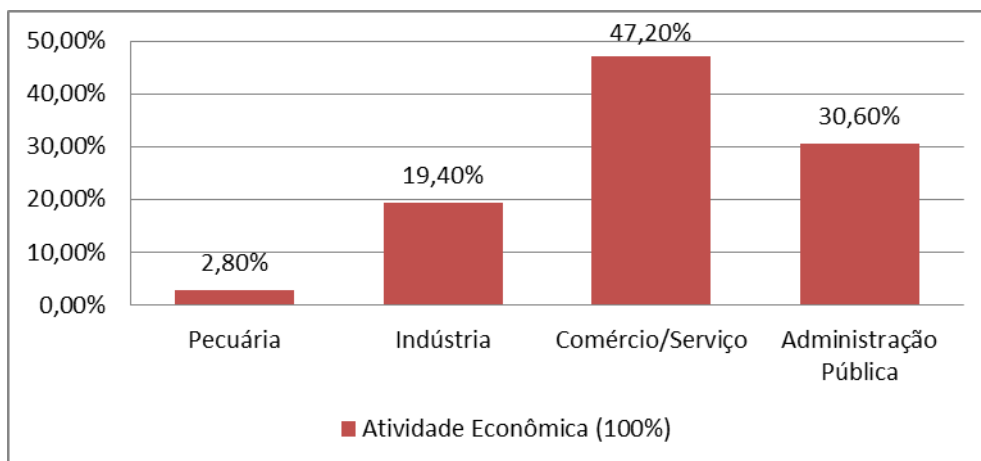
4.1 Fatores econômicos e sociais de Rio Branco – Acre

Compreende que a inserção das mulheres nas atividades solidária se manifesta em Rio Branco em virtude do processo migratório ocasionado pelo Plano Agropecuário, desenvolvido na década de 1970. Contudo, ainda na atualidade o número de empreendimentos solidários vem aumentando significativamente, o que nos leva a reflexão dos novos fatores geradores desta inserção.

A fim de compreender como se configuram as atividades desenvolvidas pela ECOSOL em Rio Branco, faz necessário compreender como se dá na atualidade os empregos formais e informais na capital do Estado do Acre, uma vez que os empreendimentos de economia solidária como empresa econômica se fortalecem em virtude da quantidade de desempregados, ou seja, dos que estão fora do sistema formal de emprego.

Rio Branco é um estado recente, sendo a população estimada de 336.038 habitantes, sendo 163.592 homens e 172.446 mulheres (IBGE, 2010), sendo as principais atividades econômicas: agropecuária, indústria, comércio/serviço e administração pública.

Gráfico 1- Principais atividades econômicas em Rio Branco (2013)

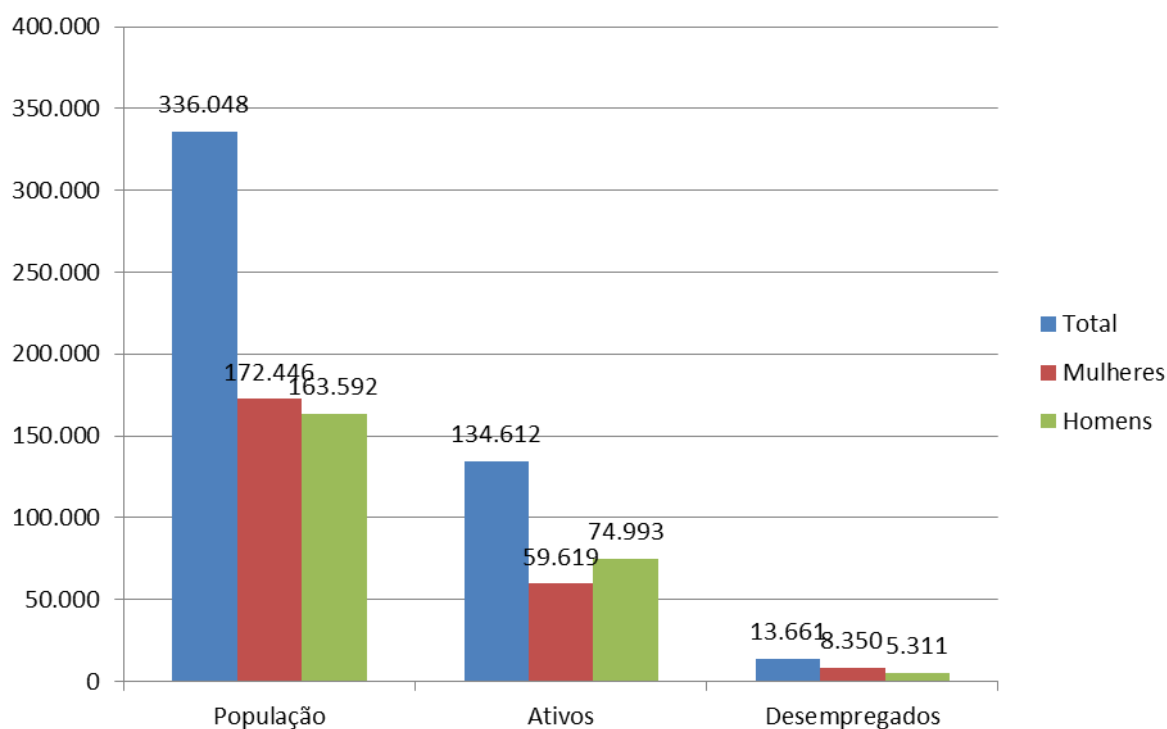


Fonte: Acre em Números. Adaptação: DOURADO DA SILVA, Suzanna, 2016.

O comércio/serviços é a atividade que mais emprega na capital, sendo considerados apenas os comércios e serviços formais. Os trabalhos formais no município, segundo a Organização Internacional do Trabalho – OIT representam o quantitativo de 79.508 postos de trabalho, no qual o comércio/serviços ofertam 37.528 postos de trabalho formal. O quantitativo de trabalho informal é de 55.104, não sendo especificados, na planilha, quais os segmentos. Entretanto, a partir de análises locais junto à planilha de trabalhos informais do Microempreendedor Individual – MEI, compreende-se que estes postos são os destinados aos serviços domésticos, camelôs, feirantes, peões, pedreiros, lavadeiras, entre outros.

Com referência à população economicamente ativa, segundo a OIT, é de 134.612 mil, cujo 125.966 estão na zona urbana e 8.646 na zona rural do município. Destes, constatou que 74.993 mil trabalhadores do sexo masculino e 59.619 do sexo feminino. Observa uma diferença de 15.374 trabalhadores do sexo masculino em uma cidade que há uma predominância do sexo feminino, o que é possível observar no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Quantitativo populacional de ativos e inativos em Rio Branco/AC



Fonte: Acre em Números (2013) e OIT (2014). Adaptação: DOURADO DA SILVA, Suzanna, 2016.

Por meio dos dados apresentados no Gráfico 2, apresenta o percentual 44% de mulheres empregadas para um percentual de 56% de homens. Se a contratação de homens e mulheres não tivesse uma desigualdade, o quantitativo de mulheres e homens exercendo atividades laborais, de acordo com o número de postos de trabalho disponíveis apresentado, seria de 69.069 para mulheres e 65.542 para homens.

Essa análise corrobora o defendido pelas estudiosas do gênero feminino, que traz que a inserção das mulheres no mundo mercadológico não ocorreu diante do reconhecimento de seus direitos e seus deveres por parte da sociedade machista. Elas passaram a ser inseridas no mercado de trabalho diante da falta de mão de obra para cumprir com a demanda imposta pelo processo de globalização. A literatura feminista contemporânea ressalta que o processo de globalização favoreceu o emprego feminino, tanto nos países ditos centrais como na periferia (HIRATA, 2010).

Ao partirmos para a análise do quantitativo de desemprego e empregos formais, não há como deixar de frisar que existe uma “benfeitoria” ao sexo masculino

e uma preferência em sua contratação. Esta realidade não se faz presente apenas nesta capital ou no Brasil. No mundo, as mulheres ainda são as trabalhadoras que mais carecem de postos de trabalho e, quando os possuem, ainda são as que ganham menos e exercem atividades de maior precariedade (ANTUNEZ, 2011; ROSSINI, 1998).

A invisibilidade da atuação feminina é resultado de uma construção social, que é alvo de entraves, no qual visam o reconhecimento da equidade social da mulher. Percebemos que ainda há um longo caminho a percorrer para que se tenha de fato uma equidade de gênero.

Com fulcro nos dados ora apresentados, notamos que a inserção das mulheres no trabalho formal ainda se desenvolve de forma desigual, o que leva as mulheres a executarem atividades informais, a fim de garantir o sustento de suas famílias. Isso é percebido quando se faz uma análise do quantitativo de mulheres que estão exercendo as atividades de camelôs (60%), feirantes (73%), domésticas (97%)¹⁹, e assim por diante. Estas ainda são as principais executoras destas atividades. No tocante à atividade de Economia Solidária no município, ocupam aproximadamente 87% por empreendimentos, e são as principais responsáveis pelo sustento de seus eixos familiares.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu diante da escassez de mão de obra, ou melhor, mão de obra barata. De acordo com Pero:

No início dos anos de 1990 ocorreu uma quebra estrutural da relação emprego industrial-produto, em que o produto industrial passa a crescer com queda do emprego [...] o que se tem verificado nos anos de 1990, como contrapartida mais importante deste fenômeno, é o crescimento da informalidade – ou seja, da inserção no mundo do trabalho por conta-própria ou como empregado sem carteira de trabalho assinada (PERO, 2006, p.129).

A partir do exposto, registra-se que estes empregos informais – trabalhos sem carteira assinada – ou mesmo a inserção no trabalho informal, as mulheres são as mais afetadas nesse processo, haja vista que passaram a aceitar os empregos insalubres, com péssimas condições de trabalho e salários para ter como sobreviver e manter seu eixo familiar.

¹⁹ Dados obtidos ao cadastro nacional de Microempreendedor Individual, com recorte espacial do município de Rio Branco – Acre. Site: <http://www.portalempreendedor.gov.br>

As mulheres, apesar das contravenções do Estado, não desistem de suas famílias e travam embates por dias melhores. São elas que saem à luta por condições mais dignas para elas e para as outras mulheres que se encontram na mesma situação. Nesta perspectiva, Claval (2001) elucida que:

A ideia de classe ampliou-se a todos os grupos de pessoas que ocupam posições análogas na pirâmide social [...] e que tomam consciência de sua especificidade, organizando-se para obter uma melhor remuneração [...]. Esta evolução é muito marcante nas sociedades no que concerne às mulheres, aos jovens e mesmo a certos grupos marginais como os homossexuais. Utilizando todos os meios a seu dispor, as manifestações de ruas, as pressões políticas e cada escrutínio, esforçam-se no sentido de fazer conhecer seus problemas e suas posições, e conseguem obter, do legislador e da opinião pública, solução para muitas reivindicações (CLAVAL, 2001, p. 118).

Os movimentos sociais dos excluídos de nossa sociedade ganham uma visibilidade quando se articulam e passam a lutar juntos, em prol de justiça e igualdade, pois quando se fortalece o grupo, as ações se tornam organizadas e ganham maior visibilidade. As mulheres compõem um grupo das minorias²⁰ que, por não terem seus direitos garantidos e sua dignidade respeitada, se articularam e hoje passam a ser visibilizadas.

Contudo, é cabível frisar que o fato de a mulher reivindicar sua autonomia, de estar conquistando seu empoderamento, sua relação com a família permanece inalterada. O fato de estas mulheres ganharem direito de trabalhar nos espaços públicos, não desconfigura a necessidade de cuidado e proteção que fazem parte da vida de muitas. São estas as principais responsáveis pelo cuidado, proteção e provento do sustento. Essas são o arrimo da família, o eixo central. É necessário elucidar que o número de mulheres chefes de família vem aumentando significativamente (MELO, 2011).

Diante do protagonismo das mulheres em Rio Branco, buscou, por meio desta pesquisa, analisar como se dá esse processo de desenvolvimento econômico solidário a partir da visão feminina, que durante tantos anos foi oprimida e que, em determinados segmentos, ainda é bastante discriminada.

²⁰ Minorias são grupos marginalizados dentro de uma sociedade devido aos aspectos econômicos, sociais, culturais, físicos ou religiosos.

4.2 Prática Econômico-Solidária em Rio Branco

A Economia Solidária no Acre não surgiu através de políticas públicas. Esta, conforme elucidado anteriormente é um grito de emancipação do seu povo, principalmente por suas mulheres, que por meio da articulação solidária, a fim de ofertar qualidade de vida aos seus familiares.

A ECOSOL em Rio Branco passa a ser desenvolvida de forma institucionalizada a partir de sua criação, em meados dos anos de 2003. Contudo, a sua prática, tanto em ESPS e EMES antecede a legitimação, haja vista que os povos da floresta já a praticavam e com fortalecimento devido à necessidade de sobrevivência durante o processo migratório da floresta para a cidade. Artesãos, pequenos comerciantes também já praticavam a EMES, com vistas do crescimento em conjunto e da não exploração do homem pelo homem.

O primeiro empreendimento de natureza econômico-solidária, com apoio do poder público no município de Rio Branco, foi a Lavanderia do bairro Quinze, no ano de 1990. O prefeito Jorge Kalume, e a vice-prefeita, Iolanda Fleming, desenvolveram o projeto piloto com vistas a atender às mulheres lavadeiras do bairro, para ‘facilitar’ o trabalho desenvolvido. Esta ação reconhece o esforço do gestor público em desenvolver projeto à população excluída.

Após a institucionalização da ECOSOL em 2003, Rio Branco passou a receber apoio do FBES e da SENAES nos EES, ampliando significativamente os empreendimentos de cunho solidário. Apoiadores, como a ITCP da UFAC e SEBRAE/AC, possibilitaram o desenvolvimento oferecendo apoio técnico e científico, além da realização de mapeamentos dos novos empreendimentos que foram enviados à SENAES a fim de serem incluídos no banco de dados e a receberem fomento do governo federal.

O Acre é um dos Estados que tinham grupos sociais já articulados reivindicando a formalização da Economia Solidária no país. Márcia Lima, funcionária da Coordenadoria Municipal de Trabalho e Economia Solidária – COMTES relembra a sua atuação:

Eu trabalhava com artesanato desde 1990. Sempre participei dos movimentos de articulação da Economia Solidária e no ano de 2002 estava no Fórum Social Mundial. Muitos artesãos acreanos foram para o FSM para

fortalecer o movimento. A união dos praticantes da Economia Solidária foi importante para nos dar visibilidade. Até então éramos sozinhos nas lutas estaduais, com a articulação no FSM ficamos mais fortes e visíveis. Em 2003 o Presidente Lula sancionou a lei de criação da Economia Solidária e tivemos que brigar para ter a nossa Secretaria em um Ministério que nos representasse. Outra vez nos fizemos visíveis e a SENAES ficou no Ministério do Trabalho (LIMA, Márcia. Entrevista. [abr. 2015]).

A participação ativa dos adeptos da ECOSOL no Acre oportuniza a ampliação das ações desenvolvidas, bem como a presença necessária no Fórum Social Mundial para a institucionalização da ECOSOL no Brasil. Márcia Lima, ao relatar como ocorreu sua participação e dos demais participantes da ECOSOL, reaviva a identidade de resistência do povo acreano, os quais são conscientes da união de forças.

A identidade de resistência é fortalecida para propagarem suas reivindicações, tornando-se identidade de projeto quando esta ganha uma organização estrutural, reconhecida em âmbito nacional e baseada nas garantias legais que regem a sociedade. Passa a receber adeptos de áreas diversas e torna-se um movimento legalizado.

Castells (2001) versa que a identidade legitimadora é constituída por meio dos membros superiores do Estado e que demandam ações para que a sociedade cumpra e siga assim sua doutrina. Entretanto, compreendemos também, que a identidade legitimadora pode ser institucionalizada diante da pressão das identidades de projeto. A exemplo, a ECOSOL que por meio da criação, ou revivamento da identidade de resistência, se torna identidade de projeto por meio da articulação e propagação e, após suas lutas e reivindicações, o poder legislativo cria lei que a institucionaliza e dá fomento para a sua ampliação e execução.

Com fulcro no exposto, compreendemos que a ECOSOL atualmente é uma identidade legitimadora, mas que pode voltar a ser uma identidade de resistência diante da revogação da lei que a cria, haja vista que os poderes executivos e legislativos estão à disposição do capital e não da sociedade. É acompanhamento com estudiosos da ECOSOL, bem como com os participantes e adeptos, acredita que a Economia Solidária está em risco de perder sua secretaria devido a mudança governamental ocorrida em março de 2016. O secretário da SENAES, Paul Singer, um dos homens de maior referência da ECOSOL no Brasil foi substituído e os partícipes deste movimento creem em uma possível extinção da SENAES.

O Acre foi um dos primeiros Estados a ter cadastro junto ao FBES e SENAES. As atividades econômicas por meio da ECOSOL se fazem presente ativamente. Acredita-se que devido à configuração econômica do Estado, que conforme elucidado anteriormente, apresenta como principais atividades do Estado e também do município o comércio/serviço e a administração pública.

A inserção na ECOSOL vai de encontro com os fatores econômicos do Estado, sendo necessária a adoção de atividade distinta a do mercado formal, haja vista que este mercado não possibilita a inserção de todos os partícipes da sociedade, tendo em vista que sua configuração ainda vai de encontro com os interesses do capital, ou seja, na alta mão de obra disponível para os postos de trabalho.

O povo acreano em virtude da necessidade de trabalho, somando a potencialidade ofertada pela Amazônia-acreana, que tem uma natureza rica em matéria prima, além da valorização e significação que estes produtos possuem para estes grupos, é que se desenvolve as atividades artesanais em Rio Branco.

Quando referimos a atividades artesanais²¹, pensamos que todos os produtos oriundos por meio da ECOSOL são artesanais, haja vista que desde a plantação de hortaliças ou flores para serem vendidas nas feiras, passando pela alimentação feita para ser comercializada, até os brincos de sementes produzidos, são produtos artesanais. Estes produtos estão em segmentos distintos, porém interligados por serem confeccionados/produzidos/plantados individualmente à mão, não sendo utilizada a produção em série do sistema capitalista.

As atividades na ECOSOL são vislumbradas primeiramente com vistas a sanar as necessidades primárias dos sujeitos, que por meio da não inserção no sistema formal passa a adotar alternativas de trabalho e renda (afora os adeptos da Economia Solidária como Prática Social). Todavia, a inserção em atividade de comunhão instiga no praticante uma inquietação em face aos outros problemas sociais vividos na sociedade capitalista, e ganham novas discussões nos grupos de ECOSOL.

A inserção de novos desprovidos de renda e de mecanismos que visem o fortalecimento dos atuais e a criação de novos empreendimentos solidários, passam

²¹ De acordo com dicionário Aurélio, o artesanato é arte e técnica do trabalho manual não industrializado, realizado por artesão, e que escapa à produção em série; tem finalidade a um tempo utilitária e artística.

a ser pauta nas plenárias, pedindo a atuação das esferas municipais e estaduais. No Estado do Acre estas solicitações foram atendidas após cinco anos de institucionalização da Economia Solidária no Brasil (2003).

No ano de 2008, na gestão do Prefeito Raimundo Angelim, o município sancionou a Lei Municipal 1.702 de 29 de abril, de criação do programa de fomento a Economia Solidária no município de Rio Branco-Acre. Já no ano de 2009 o Estado aprova a Lei 2.119 de 31 de março, institucionalizando o Programa Estadual de Economia Solidária. Estas leis, municipais e estaduais, fornecem apoio aos empreendimentos de economia solidária, possibilitando o desenvolvimento destes por meio do apoio financeiro, técnico e científico, logístico, dentre outros.

Após a criação das leis e da articulação das secretarias responsáveis pela execução das ações, os empreendimentos fortaleceram e novos participantes da ECOSOL foram sendo cadastrados. A economia acreana é fortalecida por meio destes empreendimentos, gerando trabalho e renda aos partícipes e ofertar circulação de renda no município.

A lei municipal n.º 1.551 de 08 de novembro de 2005, em seu art. 52, § V, cria a Coordenadoria Municipal do Trabalho e Economia Solidária (COMTES). Esta procura identificar os empreendimentos com característica de economia solidária, e dar o suporte para que estes empreendimentos se fortifiquem e seja a principal fonte de renda destes empreendedores. No município, esta coordenação é quem realiza os cadastramentos dos novos empreendimentos, bem como informa o banco de dados da SENAES, o SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária.

A ação conjunta da COMTES e SENAES possibilita uma maior atenção voltada aos empreendimentos, haja vista que *cada região e sociedade possui suas especificidades*, fazendo importante a identificação destas e, a partir, criar políticas públicas de acordo com a realidade local. Serpa (2011) enfatiza esta questão ao reforçar o papel da geografia na promoção de políticas públicas que atendam as questões geográficas dos estados com suas multidiversidades.

A assertiva de Serpa vai de encontro com as políticas públicas pensadas a partir de uma escala macro, e passam a ser implantadas em uma escala micro, que por vezes não condizem com a realidade local, então se verifica a necessidade de implantar políticas públicas estaduais e municipais que observem e atendem as exigências locais, em virtude que a própria população reivindicante consegue definir

quais ações devem ser desenvolvidos para melhor atender a sociedade demandante.

Nesta mesma perspectiva, Teixeira (2002) realiza sua crítica em relação às políticas públicas e as políticas governamentais. Para o autor, estas se diferenciam completamente, pois uma visa ações que beneficiem a população e a governamental, apenas atender interesses políticos, pois não atingem diretamente os mais necessitados da sociedade.

Iniciou-se no capítulo I uma conceituação da formação espacial da cidade e suas desenvolturas a fim de atender os interesses do capital a partir de Lefebvre (2001). O sistema capitalista possui forte poder de decisão nas configurações espaciais, bem como nas políticas públicas a serem desenvolvidas. Não há como desvincular governo e capital. Estes estão imbricados. No mesmo sentido, não há como separar resistência e sociedade. A cidade se configura para atender os interesses do capital, sendo o estado omissivo com sua população, e esta reivindica – embora em muitas situações timidamente – políticas a serem implantadas a fim de ofertar possibilidade de crescimento social, intelectual e cultural de sua população.

Diante desta perspectiva, podemos elucidar que as lutas para implantação de políticas públicas para atender os participantes da ECOSOL no Estado do Acre não foram demandadas por meio de um governo que se preocupava com sua população, mas sim o cumprimento de atos reivindicados por sua população.

A Cooperativa Mulheres Arte de Vencer e Associação Mãos que Fazem são exemplos de grupos de mulheres que se articularam e buscam melhorias para estas e suas famílias, a buscar uma maior articulação da comunidade que estão inseridas. Estes dois grupos estão cadastradas junto aos órgãos locais e nacional de ECOSOL, e, a partir do cadastramento, recebem formação e orientação, além de se tornarem parceiras em possíveis projetos de projeção de suas atividades fora do Estado, como por exemplo as Feiras Nacionais de Economia Solidária.

Guajarina Margarido conta que o apoio da COMTES na busca pela primeira sede da Associação Mãos que fazem, foi importantíssima para que fosse de fato implantada, já que as dificuldades em encontrar um lugar para desenvolverem suas atividades era desgastante, a ponto de pensarem em desistir.

Otília Mendes frisa que é importante ver um órgão público desenvolvendo ações que priorizem o trabalho informal, principalmente por saber que a criação

destes órgãos ocorreu em virtude da reivindicação de uma boa parcela da população.

4.3 O Estado e a Academia nas práticas Econômico-solidárias

Quando trabalhamos a questão da Economia Solidária não estamos apenas realizando um estudo sobre grupos de homens e mulheres que estão exercendo atividades em conjunto em busca de renda. Há o trabalho do Estado e da Academia, que atuam para desenvolver atividades que visam a melhoria destes empreendimentos.

A busca pelo trabalho executado por estes órgãos faz necessário em virtude das atividades que estes adimplem juntos aos Empreendimentos Econômico-solidários em Rio Branco – Acre. Durante a pesquisa participante no *lócus* da pesquisa, contatamos a importância que a COMTES, bem como as Incubadoras tiveram, e têm nos EES. A fim de compreender como se desenvolve estas ações, é trazido aqui para uma reflexão entre Estado – Academia – Sociedade.

Para ofertar apoio científico e tecnológico aos empreendimentos de ECOSOL no Estado do Acre, conta com a atuação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), criada no ano de 2006, sob coordenação do Prof. Dr. Carlos Franco, do departamento de Economia da Universidade Federal do Acre. O acompanhamento e as realizações de atividades possibilitaram o assessoramento técnico para prover compreensão do formato organização e dos princípios de associativismo e cooperativismo.

Com a iniciativa da ITCP, realizou ainda a promoção de cursos de formação, capacitação e treinamento técnicos voltados para as atividades executadas, bem como se desenvolve a elaboração de projetos a fim de captação de recursos e participação de editais. Para o economista Pablo Marques da Silva, ex-bolsista da ITCP o trabalho proporcionou maior aprendizado e a compreensão do mercado de trabalho, e assim complementa:

A gente que milita no movimento e faz parte da incubadora vai falar com paixão. Mas é uma paixão bem próxima da realidade, então a razão e a paixão vão estar casadas aqui. Os projetos de extensão das instituições em

si, seja dos Instituto Federal, a Universidade ou de outras Instituições de Ensino, os projetos de extensão têm essa capacidade de oportunizar a teoria em prática, o que a incubadora e outros projetos possuem, de colocar na prática as teorias que aprenderam na academia. Muitos acadêmicos não conseguem colocar em prática o aprendizado quando saem da academia. Todos acabam ganhando com esses projetos de extensões. Ganha o aluno por poder aprender na prática, ganha o empreendimento por ganhar formação acadêmica e ganha a instituição de ensino por ter uma maior aproximação entre comunidade e acadêmicos. (SILVA, Pablo Marques da. Entrevista. [jan. 2017]).

No ano de 2007, a ITCP realizou mapeamento, por meio de edital da SENAES, dos empreendimentos com característica solidária no Estado do Acre. De acordo com o Prof. Dr. Carlos Franco, este mapeamento possibilitou alimentar o bando de dados da COMTES, SENAES e Atlas da Economia Solidária, e a oferta de apoio técnico científico aos empreendimentos identificados, além do fortalecimento destes grupos e da articulação por meio de associativismo e cooperativismo.

No ano de 2014 foi criada a Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica e da Economia dos Setores Populares e Tradicional do Acre – INCUBAC, sob coordenação do Prof. Ms. Pedro Raimundo Soares de Souza, do Instituto Federal do Acre (IFAC). Esta incubadora, assim como a ITCP da UFAC, visam o fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários. A INCUBAC, diferentemente da ITCP, faz incremento dos recursos tecnológicos, como exemplifica o Prof. Ms. Pedro Souza:

O IFAC tem capilaridade porque está presente em todas as regionais do Estado e tem braço em todos os municípios através da Educação a Distância – EaD. A incubadora é de base mista, sendo trabalhado com os Empreendimentos Econômicos Solidários, cooperativas e associações, e também temos o foco no viés nas empresas de base tecnológicas, porque o IFAC é de Educação científica e tecnologia, não podendo fugir disso também. Estamos inserindo um aplicativo (App) nos empreendimentos, para que organizem as vendas. (SOUZA, Pedro Raimundo Soares de. Entrevista. [jan. 2016]).

O trabalho executado pelas incubadoras é importante para os empreendimentos, bem como para os alunos participantes. Existe uma troca de experiências acadêmicas por parte dos cursistas, e experiências por meio da prática advinda dos praticantes da ECOSOL. Por meio das atuações das incubadoras é possível estreitar os elos entre a comunidade acadêmica e os empreendimentos.

Sobre a importância das incubadoras nos empreendimentos, Paul Singer assim exemplifica²²:

As incubadoras são projetos de extensão universitária. Algumas universidades brasileiras fazem um trabalho de apoio a pobres no seu próprio meio, isso é muito comum, ou mesmo em áreas mais pobres dos seus respectivos Estados – no norte de Minas, no Vale da Ribeira, e assim por diante –, de modo que as incubadoras se inserem numa atividade de promoção social, de resgate social das universidades. Elas são especificamente de economia solidária, significa que elas acompanham e ajudam a criar novos empreendimentos de economia solidária e, ao mesmo tempo, trazem para dentro da universidade essa experiência concreta. Isso muda o ambiente na universidade, sobretudo quando a incubadora é forte, tem alunos de todos os cursos. Isso traz uma novidade porque a universidade normalmente tende a se concentrar nos futuros empregadores dos seus estudantes. Esse é o público para o qual a universidade tende a dar atenção, é o chamado mercado. Mas é preciso considerar que uma grande parte da população não está nesse mercado e não tem dinheiro. Então, as incubadoras de certa forma estendem o interesse, a curiosidade, a atividade de pesquisa das universidades ao universo dos excluídos. [...] a universidade dá a sua contribuição através das incubadoras. Existe uma rede, hoje, de tecnologia social que o governo sustenta e que existe precisamente para criar e difundir tecnologias para a inclusão social. Ainda que muito pouco se faça na universidade, isso se faz em vários lugares, inclusive nos próprios empreendimentos, que descobrem novas tecnologias *fazendo*. Não quero subestimar a importância científica do que a universidade faz, mas a pobreza desses empreendimentos cria uma distância muito grande entre eles e a maior parte da tecnologia que hoje se cria, pela vanguarda da pesquisa. (SINGER, abril, 2008).

O autor enfatiza bem a questão da necessidade que a acadêmica, por meio dos seus discentes, precisa fazer para que se tenha uma conexão entre o mundo acadêmico com as iniciativas econômico-solidárias. Estes alunos, provenientes de diversas áreas do conhecimento, serão os novos profissionais a atuarem nos mercados de trabalho e sabe que não há oportunidade de emprego para todos, sendo então de primazia a iniciação de empreendimentos que visem o trabalho coletivo e que fuja do modelo sistêmico do capital.

Em Rio Branco, a ITCP da UFAC foi desativada e isso ocasionou perdas aos empreendimentos que esta vinha realizando intervenções. Contudo, em âmbito estadual a Secretaria de Estado de Pequenos Negócios - SEPN, em parceria com o SEBRAE/AC assumiram seu acompanhamento, e passaram a ofertar o apoio necessário. Já no município, a SEPN e SEBRAE/AC são apoiadores da COMTES, sendo esta a responsável pelo acompanhamento dos empreendimentos.

²² Disponível em: www.scielo.br. Entrevista com Paul Singer, abril, 2008. Acessado em agosto, 2016.

As atuações destes órgãos possibilitam a oferta de apoio técnico e logístico, contudo, afastam as iniciações científicas das IES aos EES, o que gera prejuízos aos empreendimentos e aos alunos. Alguns estagiários passam a atuar nestes órgãos e iniciam suas atividades científicas, entretanto são irrisórias quando comparadas às atividades das incubadoras.

A INCUBAC atualmente vem ofertando a incubação de vários empreendimentos, dentre eles a Associação Mãos que Fazem e este apoio possibilita uma melhor compreensão das questões gerenciais, cálculo das margens de lucro e melhor oferta dos cursos para a comunidade.

No tocante a atuação e desempenho da COMTES, esta é implantada no município com o propósito de atender e acompanhar à população praticante da ECOSOL no ano de 2005 na gestão de Raimundo Angelim²³. Para este:

Tanto a economia solidária quanto a economia criativa são alternativas que representam uma nova dimensão nas relações econômicas, promovendo trabalho, renda, inovação, sustentabilidade, inclusão social e a diversidade cultural. Para mim, a criatividade é a forma mais inteligente e eficiente de enfrentarmos a crise e superarmos um dos mais difíceis momentos pelos quais passa a economia. Milhares de famílias tem superado a falta de oportunidade no mercado de trabalho por meio de empreendimentos criativos e solidários. Por isso, assumi o compromisso de contribuir, por meio do mandato, para o fortalecimento desse segmento. Para mim é uma missão motivadora atuar no sentido de incentivar e apoiar iniciativas como essas que incluem: o artesanato, as feiras, a música, o teatro, a agricultura familiar e alimentação, por exemplo, que possibilitam tanto a valorização das riquezas culturais quanto a geração de renda para a comunidade (ANGELIM, Raimundo. Entrevista em 17 de dezembro de 2015).

A criação da COMTES ainda no ano de 2005 ofertou acompanhamento aos empreendimentos econômicos solidários os mais diversos segmentos, além da busca por formações e aperfeiçoamento dos grupos. Uma das ações da COMTES é ofertar o apoio logístico e a divulgação das feiras de economia solidária, que atualmente são consideradas os “carros chefes” da ECOSOL em Rio Branco.

Atualmente, Rio Branco apresenta o quantitativo de 900 empreendimentos com característica solidária, dos quais 780 são liderados por mulheres, ou seja, 87% dos empreendimentos. A inserção das mulheres na ECOSOL vai de encontro com a necessidade de prover renda aos seus familiares, já que estas são as que menos acessam as profissionalizações para se inserirem no mercado formal, e quando as possuem, recebem os menores salários e os cargos de maior problemática.

²³ Disponível em: www.pagina20.net. Acessado em: janeiro de 2016

Em entrevista com Edna Maria Paro dos Santos, coordenadora da COMTES, esta diz que as mulheres participantes dos grupos de ECOSOL são, em sua maioria, chefes de família, e que não tem dados mais específicos em virtude de não ter sido realizado pesquisa socioeconômica, mas que por meio das visitas técnicas, das conversas informais, bem como do acompanhamento durante quatro anos, observa que as mulheres são as provedoras dos lares, e que percebe uma mudança significativa na vida destas a partir da inserção nas atividades solidárias.

4.4 Análise dos Empreendimentos Econômicos Solidários em Rio Branco

Para compreender a necessidade de atuação nos empreendimentos de economia solidária – EES, faz necessário primeiramente analisar investimento das mulheres nos trabalhos informais e a classificação de desemprego na sociedade contemporânea. Para Demazière (2006):

O “nascimento” ou a “invenção” da categoria do desemprego privilegia um período histórico correspondente a um momento de fabricação e de codificação do desemprego por configurações compostas de atores (sindicalistas, governantes, empreendedores, administradores, juristas, economistas) [...] é uma situação própria a uma certa condição socioeconômica: aquela do trabalhador assalariado. A substituição da qualificação “falta de trabalho” pela categoria de desemprego decorre da codificação da relação salarial. (DEMAZIÈRE, 2006, p. 27-28).

O autor aborda que anterior às conquistas legais dos trabalhadores, quando não estavam exercendo suas funções laborais, eram considerados “sem trabalho” e que após as conquistas - elucidamos a atuação forte do movimento sindical - assim os trabalhadores passam a ter suas garantias constituídas e a ausência de trabalho se configura em “desemprego”.

A partir do exposto, o desemprego ganha uma nova compreensão e passa a ser objeto de estudo de todas as ciências. Demazière elucida que o estudo como objeto da sociologia tem início em meados de XIX. Isso traz importantes contribuições para analisar o modo de vida da população e sua configuração espacial.

Os trabalhadores ainda são enganados pela máquina dominadora e resultam em um quantitativo alarmante de desempregados, aproximadamente 11 milhões de pessoas, segundo dados do IBGE 2016. Isso resulta em uma desestruturação e degradação da pessoa, que não encontram meios de se manterem economicamente ativos. Sem a possibilidade de se manter empregados, a alternativa é realizar o trabalho informal.

O trabalho informal se configura por qualquer atividade econômica, a qual não se tem garantias legais, diferentemente do emprego. Outro quesito que a informalidade deixa de abranger são os benefícios da previdência social, tais como: aposentadoria, férias, auxílio-doença, salário-maternidade, pensão por morte e auxílio reclusão. Já para o poder público nas três esferas governamentais não há o recolhimento de impostos e tributos, o que acarreta em prejuízos fiscais.

Apesar do trabalho informal não ofertar garantias aos seus trabalhadores, tampouco ao Estado, essa é uma das atividades mais usuais da atualidade, em que 33.200.692 de trabalhadores estão situados no Brasil, conforme aponta os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2014).

A busca pelo trabalho informal é uma alternativa para aqueles que não possuem formação, ou as habilidades necessárias para se inserirem nas atividades formais. Esses não são empregados em virtude da quantidade de trabalhadores que estão disponíveis no mercado de trabalho à mercê das empresas capitalistas. Esta situação - que se configura na atualidade - foi o que Karl Marx conceituou como “exército industrial de reserva”, ou seja, tem mais trabalhadores do que oferta de emprego, com isso ocasiona em um tensionamento, competição acirrada, desvalorização profissional e principalmente pelo número exorbitante de pessoas sem trabalho e acesso à renda.

Diante da problemática, os trabalhos informais surgem e passam a ser uma possibilidade para os que estão à margem do sistema capitalista – esse sistema necessita desses trabalhadores, até mesmo em função de realização de atividades que “não podem” ser feitas por aqueles que detêm maior nível de instrução e instrumentalização técnica.

O trabalho informal é algo que permanece desde a existência da humanidade, ou melhor, desde quando se operacionalizou a divisão social do trabalho. Singer (2014) considera que os pobres sempre exerceram atividades informais, mas houve

uma acentuação a partir do processo de globalização, no qual centenas de trabalhadores foram demitidos devido ao fechamento de fábricas e indústrias no Brasil em virtude das exorbitantes importações e das pouquíssimas exportações.

Contudo, a prática de trabalho no viés informal existe em nossa sociedade – desde o princípio do processo de feitura do país – e em diversos ramos de atividade, mas esse era executado pelos ditos pobres, e não atingia a classe trabalhadora. Como exemplo, os pobres são aqueles que sempre se encontraram à margem do sistema econômico e desenvolveram atividades informais, tais como: domésticas, ajudante de pedreiro, lavadeiras, cortador de cana, etc.

Já a classe trabalhadora perdeu seus postos nos mercados de trabalho, nas montadoras de veículos, fábrica têxtil, etc. (sua mão-de-obra é inutilizada em outros setores do mercado de trabalho e ficam à mercê de outra atividade, a qual não possuem formação e habilidades específicas).

O trabalho informal também é presente e conta com a participação feminina, se bem compreender, as suas atividades historicamente foram consideradas informais, de pouca valia e serventia. Sua atuação foi destinada ao cuidado do âmbito privado e as atividades executadas fora de casa são taxadas de “ajuda” (NASCIMENTO SILVA, 2011).

Outro fator preponderante para a inserção mercadológica das mulheres nos espaços públicos, conforme Rossini, 1998, se dá em virtude da necessidade de mão de obra barata e sem necessidade de cumprir com as exigências legais, e se caracterizam pelas condições precárias, insalubres, ou por serem consideradas atividades “femininas”.

Nos dias atuais, as mulheres passaram a inserirem-se nos trabalhos formais e buscam qualificação para atuarem nos diversos setores de trabalho, que está cada vez mais competitivo. Apesar da busca por formação e por aperfeiçoamento, elas ainda se encontram em desvantagem no recebimento dos proventos e ausências de garantias legais (VELEDA DA SILVA, 2011).

Em Rio Branco as mulheres por estarem em maior porcentagem fora do mercado de trabalho formal, assim como elucidado no tópico 4.1, passam a se inserir nas atividades informais, sendo a ECOSOL uma destas. Apesar de atualmente a atividade ter sido institucionalizada e fazer parte do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, esta ainda tem seu maior percentual de trabalhadores

na informalidade. De acordo com dados obtidos junto a SENAES, o Acre apresenta 341 empreendimentos²⁴, porém, legalizados são apenas 19 (dezenove), conforme informações repassadas pela Junta Comercial do Estado do Acre.

A não necessidade de estarem legalizados, ainda os caracterizam como informais, e isso tem um peso na questão previdenciária dos participantes. Entretanto, existe a possibilidade de se cadastrarem como empreendimentos econômicos solidários junto ao MTE, mesmo sem estarem organizados legalmente, uma vez que a SENAES compreende todos os grupos formais e informais são participantes da ECOSOL. Todavia, faz necessário que os órgãos que acompanham os EES também realizem formações referentes a este cadastro previdenciário, a fim de proteger os interesses dos participantes.

A inserção na ECOSOL, assim como já elucidado anteriormente, visa à provisão de renda a um grupo que estava fora do mercado de trabalho e que diante da necessidade de trabalho e renda retornam às atividades em conjunto, conforme modelo ESPPS. Em Rio Branco, as mulheres envolvidas da ECOSOL na atualidade apresentam as seguintes interpretações do que é esta articulação, bem como de suas atuações enquanto membro da ECOSOL, conforme apresentado sistematicamente no Quadro 1:

²⁴ Informações no banco de dados da SENAES (2008), mas o atual quantitativo de empreendimentos no final de 2016 já contabilizava 900 empreendimentos de economia solidária.

Quadro 1 - Entrevistas com as mulheres da ECOSOL

Entrevistada	Aurília	Celma	Etelvina	Ivone	Joana	Lucy	Maria Ivonete	Kátia	Maria Elenilde	Raimunda
Naturalidade	Assis Brasil	Sena Madureira	Rio Branco	Sena Madureira	Rio Branco	Boca do Acre	Tarauacá	Rio Branco	Seringal Belo Monte	Tarauacá
Formalização	Grupo	Grupo	Grupo	Grupo	Grupo	Cooperada	Grupo	Cooperada	Grupo	Cooperada
Segmento	Artesanato	Confecção	Alimentício	Artesanato	Artesanato em biscoito	Artesanato e confecção de roupas	Doces, artesanato e comida	Floricultura	Alimentício	Floricultura
Membros	03	03	05	04	03	06	04	04	03	10
Tempo	07 anos	02 meses	04 meses	03 anos	03 meses	02 anos	04 anos	03 anos	02 anos	10 anos
Ramo	Artesanato	Confecções, moda casa	Comidas típicas	Artesanato	Artesanato	Doces, artesanato e comida	Alimentício	Artesanato e confecção de roupas	Floricultura	Floricultura
Chefe de família	Sim	Sim	Casal	Casal	Sim	Casal	Sim	Sim	Sim	Sim
Dificuldade	Os materiais são caros; Falta de espaço físico; máquina de cartão de crédito; Pouca formação.	Não ter local físico para as vendas; Falta de especialização	O tempo de preparo da alimentação e o espaço para as vendas	Relações interpessoais; As pessoas não dão valor ao produto; a lei estadual de artesã não lhe beneficia por não trabalhar com sementes	Falta de valorização dos produtos	Transporte da mercadoria; divulgação; espaço pequeno	Falta de divulgação; espaço físico	Compra de materiais e espaço para as vendas	É ter que comprar os insumos	Dificuldades de transporte, insumos e materiais para trabalhar; falta de divulgação
Perspectivas	Crescer e fortalecer com o grupo para ter uma renda melhor	Aumentar sua produtividade para ter mais produtos para a venda	Ter um grupo fortalecido para trabalhar em conjunto; ter um espaço melhor e mais facilidade de comunicação	Não tem perspectiva	Em ampliar a divulgação das feiras para dar maior visibilidade aos trabalhos	A ECOSOL vai crescer e trazer melhoria para todas as pessoas; trabalhar todos os dias; ter um espaço fixo para as vendas	É uma oportunidade de trabalho justo, que crescerá	O fortalecimento do grupo e dos meios de vida	Espera que seja sempre bem vista pelo público, que as vendas continuem e que o trabalho permaneça	As pessoas estão reconhecendo a importância dos EES, mas é preciso aumentar os espaços para comercialização

Competição com o mercado formal	Não, pois não dispõe de espaço físico e não tem máquina de cartão de crédito	O movimento nas feiras é bom e o preço é mais acessível	Oferta comida de qualidade, caseira e preço justo	As vendas são baixas e os grupos pequenos com pouca produção	Difícil competir porque o número de produtos são poucos	O mercado comercial tem vantagens por terem mais recursos	O público dá preferência aos produtos da ECOSOL pela qualidade e preço justo	O trabalho artesanal é único, exclusivo	Os produtos da ECOSOL são mais solicitados	É possível competir porque as vendas não são ruins. Todos conseguem vender e tem pessoas que procuram os produtos da economia por ser justo. O preço é acessível e por ajuda.
Renda com a ECOSOL	300 reais	400 reais	2.000 reais	800 reais	200 reais	900 reais	1.500 reais	400 reais	700 reais	1.500 reais
Possui outra renda	Bolsa família	Bolsa família	Cozinheira em restaurante	Salário do marido	Diarista	Salário do esposo	Auxílio doença	Salário da mãe	Não	Não
O que é a ECOSOL para você?	É a minha renda, onde retiro o meu sustento	Um meio para expor trabalhos manuais e o que me fornece renda	É uma forma de ganhar o pão de cada dia	É solidária só entre o grupo. É desunido entre os grupos.	É uma ajuda financeira	É algo bom. É uma parceria de irmão de ajudar o próximo	É o meio de vida, de renda. Já conquistei muita coisa com a ECOSOL	É a forma como vivo e que gosto de fazer	É importante pois me deu trabalho, ganho meu pão de cada dia e está sendo ótimo. É como mudei minha vida. Hoje tenho o que comer.	A ECOSOL é para além da renda. É a conversa animada, o se juntar para trabalhar, é o partilhar e o sorrir solidário. Aqui é onde eu consegui vencer minha depressão e ter um lugar para ir todos os dias. Trabalho com plantas, com a terra e com as minhas amigas. Hoje sou feliz!

Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Dezembro de 2015

O Quadro 1 é resultado de questionário aplicado às expositoras na feira de Economia Solidária, englobando diversos ramos de produtos. Além das entrevistas junto à Associação Mãos de Fazer e Cooperativa Arte de Vencer, a pesquisa de campo junto aos empreendimentos nas feiras, foi importante para compreender e realizar uma análise dos empreendimentos econômico-solidários em Rio Branco – Acre. A partir do questionário, constatou-se que 70% das entrevistadas são oriundas do interior do Acre e Amazonas e que são moradoras dos bairros considerados periferias.

Por meio das entrevistas com as mulheres empreendedoras, podemos compreender o universo ao qual estão inseridas e constatar que estas necessitam da ECOSOL para se manterem economicamente ativas. Das dez mulheres entrevistadas, 7 são chefes de família. Ao serem questionadas se possuem outra renda, 2 não possui, 2 recebe bolsa família, 1 trabalha outra atividade informal, 3 depende de salário de terceiros e 2 de trabalho no mercado formal.

Entendemos que a atividade por meio da ECOSOL é a forma de obter ou complementar a renda destas famílias, sendo necessária a união entre iguais para o fortalecimento do grupo. Estas realizam a confecção dos produtos na sede²⁵ do empreendimento e comercializam, principalmente nas feiras de economia solidária que são organizadas pela COMTES em Rio Branco e pela SEPEN no interior do Acre.

Outro fator elucidado no quadro é a atuação feminina. Com fulcro na base de dados da SENAES as mulheres são a maioria nos empreendimentos e também são estas que ocupam as posições de coordenação dos grupos. Edna Paro enfatiza essa questão em Rio Branco:

Dos empreendimentos que temos, eu não posso dizer que todos são liderados por mulheres, mas pelo menos uns 80% são. Elas são as mais ativas e que estão dispostas a realizarem todos os tipos de atividades, além de serem bem criativas. Eu já visitei muitas casas e percebo o quanto elas investem nas casas e na família. (SANTOS, Edna Maria Paro dos. Entrevista. [ago. 2016]).

Já frisamos esta participação acentuada das mulheres nos ditos empregos informais, haja vista que o mercado de trabalho formal não as absorve devido diversos fatores. A inclusão em atividade econômico-solidária, além de possibilitar o acesso à renda, reproduz um espaço de interação entre mulheres, mantendo-as

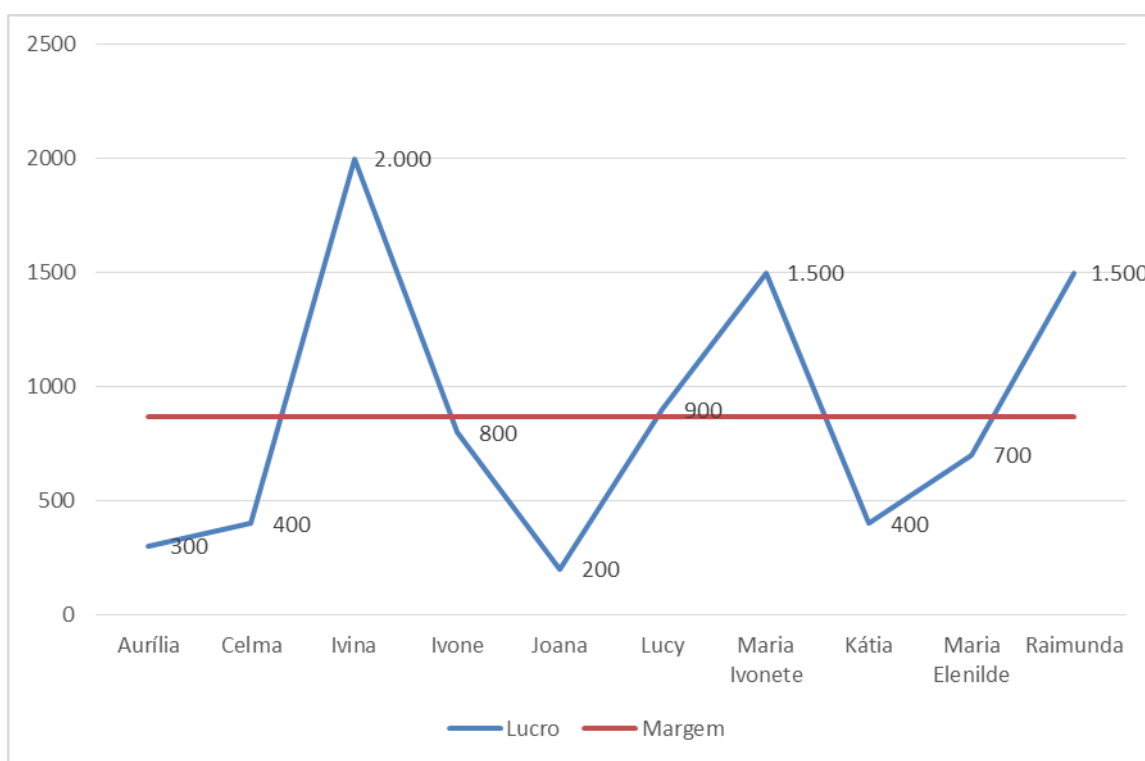
²⁵ A sede é compreendida pelo espaço físico disponível para a confecção dos produtos e pode ser a casa de uma das participantes ou um espaço próprio para a atividade.

mais resistentes aos intervenientes produzidos pelo poder público, quando as excluí de diversos segmentos, a destacar a o social, político e econômico.

4.4.1 Renda com a ECOSOL

A busca pela renda e o convívio entre as mulheres é o que faz a ECOSOL se manter como “válvula de escape” aos períodos de grandes crises econômicas no país. A fim de melhor compreender o fato renda das partícipes, elaboramos o Gráfico 3, o qual segue:

Gráfico 3 - Renda obtida com a ECOSOL



Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. Dezembro 2015.

O gráfico apresentado nos traz uma análise do quantitativo obtido nas feiras de economia solidária em Rio Branco. A média calculada se estabelece em R\$

870,00²⁶ nas feiras de Rio Branco, sendo que apenas quatro dos dez empreendimentos pesquisados alcançam a média. Diante do demonstrado, percebemos que não há um retorno rentável que possa competir com o mercado formal, que hoje estabelece o salário mínimo em torno de R\$ 937,00. Duas das entrevistadas recebem bolsa família, ou seja, se encontram em situação de vulnerabilidade social. Outras 2 não possuem outra renda e as outras 6 vivem de renda dos trabalhos formais (salário e aposentadoria) próprios e/ou dos familiares.

Em análise dos resultados obtidos com a ECOSOL no Acre, esta supera dois bilhões anualmente, segundo dados da SEPN e COMTES. No ano de 2016, o primeiro bimestre encerrou sua receita com R\$ 1.109.186,00 no Acre e R\$ 873.146,00 em Rio Branco, de acordo com estatística da SEPN, 2016. Calculando o montante do Estado, juntamente com a quantidade de empreendimentos, apresenta média dos EES em torno de R\$ 3.252,74, e considerando que o grupo possui uma média de 4 pessoas, o montante por pessoa é R\$ 813,18²⁷ nas atividades econômicas solidárias no Acre.

Constatamos aqui que a inserção nos empreendimentos de economia solidária não são uma fuga dos empregos formais, mas sim uma alternativa da não inserção nestes. Infelizmente com a alta taxa de desemprego, de problemas na economia brasileira, a alternativa é a busca por empreender de forma solidária entre os iguais. Mas quanto essa ação deixa de ser uma alternativa de renda e passa a ser uma filosofia de vida?

Ainda em análise do quadro, verificamos que muitas destas mulheres possuíam problemas de saúde e financeiros. A inclusão em um grupo de mulheres as fez obter uma renda (mesmo que pequena) e a atividade diária em contato com outras mulheres que compartilham da mesma problemática, as fortalece e as modificam enquanto seres humanos. O fortalecimento em conjunto, as conversas, o sair de casa para produzir trouxe mudanças significativas para estas mulheres. Quando Raimunda da Silva Barbosa (2015) nos diz que foi por meio das atividades com a ECOSOL que ela curou uma depressão, percebemos que a questão destas atividades não é só renda! É para além da renda.

²⁶ Média calculada a partir da somatória dos ganhos individuais informados pelas pesquisadas e dividido pelo quantitativo de empreendimentos.

²⁷ Média calculada do ganho dos empreendimentos, informados à SEPN e dividido pelo quantitativo de membros do grupo.

4.4.2 Vantagens e dificuldades de se atuar com a Economia Solidária em Rio Branco - Acre

Ainda com base no Quadro 1, este apresenta as dificuldades, bem como as vantagens pelo olhar das envolvidas com a ECOSOL em Rio Branco, e destacam que a partir de sua experiência com o mercado informal, conseguem visualizar as problemáticas em relação ao mercado formal. No tocante a estas problemáticas, a opção de pagamento é uma das razões de perder vendas e possíveis clientes. O mercado formal oferta diversas opções de pagamentos, já nas feiras o dinheiro em espécie é a forma de pagamento, em raras exceções, as máquinas de cartão de crédito estão presentes, mas sem as opções de parcelamento.

Outro fator levantado para a questão de concorrência com o mercado formal se dá em relação a quantidade de produtos ofertados. Não há uma grande produção, sendo o estoque destes materiais uma quantidade mínima, mas que dependendo da necessidade do cliente, é possível realizar uma entrega posterior, mas as empreendedoras informam que muitos clientes são de fora do Estado e não há como enviar os produtos devido ao preço exorbitante dos correios e outros meios de transporte.

Ao questionar quem são os principais consumidores dos produtos vendidos nas feiras e quiosques da cidade, a resposta é quase unânime: aos turistas e/ou visitantes da cidade. Maria José, da Cooperativa MAV, elucida que os acreanos não são compradores assíduos dos artesanatos e que os principais consumidores são os estrangeiros que estão visitando o Estado. Ao ser questionada pelo motivo, enfatiza que é devido à pouca divulgação da qualidade dos produtos e da importância de divulgá-los.

A problemática da pouca divulgação das feiras não é exclusiva de Maria José. Das 10 entrevistadas pelo questionário, 3 enfatizam a falta de divulgação das feiras, sempre somada a um espaço específico para as vendas, como um shopping popular, com maior conforto e segurança para as expositoras e visitantes das feiras.

A falta de infraestrutura adequada para a acomodação dos produtos, serviços e circulação da população é um fator prejudicial para as feirantes, pois em muitas situações a chuva impossibilita a exposição dos produtos, além de não ofertar

segurança para o armazenamento dos produtos. Diante do espaço de exposição ser disposto no calçadão do mercado velho, a falta de banheiros também se torna problemáticos, principalmente para as feirantes, que se não quiserem utilizar os banheiros químicos alocados no local, precisam pagar o valor de R\$ 0,50 para o banheiro do mercado.

Apesar dos inconvenientes apresentados nos espaços das feiras, estas mulheres conseguem visualizar o benefício que possuem por ter, ao menos, um lugar para expor seus produtos, e se iluminam ao dizer o quanto são elogiadas por seus trabalhos, principalmente pelos estrangeiros. Rita Dourado de Souza é uma das artesãs que se enche de orgulho para falar de seu trabalho:

Eu sou cooperada do MAV, e eu gosto muito. Sou aposentada da UFAC e quando me vi em casa sem uma atividade para fazer, me senti triste e desvalorizada. A gente trabalha a vida toda e um dia se encontra sem nada para fazer. Você se sente sem valor. Sempre fui muito religiosa, e minha família sempre envolvida com a arte. Meu irmão foi quem criou o primeiro grupo de teatro no Acre. A minha mãe fazia renda e todas minhas irmãs fazem algum tipo de artesanato ou atividade com as mãos. Comecei a fazer terços de sementes por prazer e hoje tornou uma parte importante da minha renda. Aposentadoria não é fácil. Hoje não posso mais ir para as feiras, mas eles vem comprar aqui em casa e exponho nas lojas do MAV. Todos elogiam muito meu trabalho, principalmente os terços de parede feitos de jarina. A jarina é o ouro branco da Amazônia. Temos muito que agradecer pela matéria-prima que temos. (SOUZA, Rita Dourado de. Entrevista. [set. 2016]).

O depoimento de Rita Dourado demonstra o quanto os produtos confeccionados na Amazônia possuem um diferencial, principalmente pelas potencialidades da Amazônia-acreana e os saberes-fazeres que permanecem vivos na memória dos migrantes da floresta. A delicadeza dos produtos, a exclusividade dos produtos são o diferencial para quem se trabalha com o produto artesanal, além de obterem um produto confeccionado livre de todo processo de exploração do homem pelo homem.

As perspectivas apresentadas pelas entrevistadas são positivas, apenas uma destas se mostrou desgostosa com a ECOSOL. Sua indignação com a atividade é por esta não ter sido contemplada como artesã, contudo, de acordo com a Lei n.º 13.180 de 22 de outubro de 2015, no Art. 1º e § único:

Art. 1º Artesão é toda pessoa física que desempenha suas atividades profissionais de forma individual, associada ou cooperativada.

Parágrafo único. A profissão de artesão presume o exercício de atividade predominantemente manual, que pode contar com o auxílio de ferramentas e outros equipamentos, desde que visem a assegurar qualidade, segurança e, quando couber, observância às normas oficiais aplicáveis ao produto.

Além da lei supracitada, no Acre as leis 3.004 e 3.005 de 23 de novembro de 2015, se referem a institucionalização do Conselho Acreano do Artesanato e Fundo Especial para o Desenvolvimento da Produção e Comercialização do Artesanato Acreano (FUNCART), respectivamente. A criação das leis já é uma conquista para os trabalhadores da ECOSOL, que se classificam como artesãos.

As demais entrevistadas frisam que com o apoio governamental, bem como com as instituições legais que dá parâmetros e fundos para investimento no artesanato, a expectativa é de aumentar e fortalecer as atividades laborais, bem como a conquista por um espaço mais adequado para a exposição dos produtos. É percebido ainda que nenhuma das entrevistadas pensa em abrir um negócio individualmente, corroborando com o elucidado de que “juntas o grupo se fortalece”.

Para Guajarina Margarido, idealizadora da Associação Mãos que Fazem, a lei aos artesãos é muito importante, pois esta associação capacita mulheres para serem artesãs e muitas outras atividades que conseguem junto ao poder público e, poder apoiar estas mulheres em uma atividade que além de rentável vem sendo reconhecida é o que faz a Associação Mãos que fazem se fortalecer.

É cabível salientar que as leis, bem como os órgãos públicos que prestam apoio aos empreendimentos solidários, surgem a partir das exigências da identidade de resistência, que devido a sua articulação com movimentos e grupos sociais, instauram a identidade de projeto, até a identidade legitimadora. Reforçando que o Estado não cria mecanismos de proteção e assistência ao seu povo se não for com base na luta destes povos!

4.4.3 Organização das feiras de ECOSOL

Atualmente, Rio Branco apresenta espaços públicos a fim de concessão aos cooperados da ECOSOL para estes comercializarem seus produtos e/ou

serviços. Através de dados obtidos através da COMTES, atualmente o município de Rio Branco conta com os seguintes empreendimentos:

- 8 Atividades de Jardinagem;
- Feira de troca solidária (participação de toda sociedade) – 2 vezes ao ano;
- Feira de talentos (nas 5 regionais de Rio Branco) – Todo final de semana;
- Feira de Economia solidária (aprox. 150 expositores) – Todo final de semana;
- 3 Lavanderias comunitárias;
- 8 Hortas comunitárias;
- 64 Quiosques alimentícios;
- Cooperativas de catadores de materiais recicláveis – CATAR;
- Programa Municipal de Educação Profissional – PMEP;
- Centro de artesanato de Rio Branco;
- Restaurante Popular;
- 10 Mercados populares.

Todos estes espaços são concedidos aos empreendimentos, tanto com característica econômica-solidária, quanto de empreendedores individuais (mercados populares). Aos concessionários, a obrigação é manter a higienização do lugar e manter contas de luz e água em dia. A vantagem de obter um local para exposição é grande, primeiramente pela segurança do local e a não obrigatoriedade de levar os produtos todos os dias quando se encerra o expediente.

Entretanto, nestes espaços a comercialização não é tão ativa quanto nas feiras, uma vez que são nestas o horário de funcionamento vai até as 22 horas, ocorrendo nos finais de semana, período em que muitos trabalhadores conseguem se deslocar até as feiras para consumir produtos alimentícios, ou comprar produtos que se fazem necessários.

Os empreendimentos que vão para as feiras são aqueles que não dispõem de espaços públicos para a comercialização. Entretanto, cabe ressaltar que todos os empreendimentos podem expor na Casa do Artesão Acreano. A cooperativa do MAV

não expõe nas feiras de ECOSOL, uma vez que possuem 2 espaços para comercializarem seus produtos. Já a Associação Mãos que Fazem, conseguiram espaço na feira para que um grupo de mulheres associadas pudessem comercializar alimentos nas feiras.

As mulheres que exercem suas atividades na Lavanderia Solidária recebem condições de trabalho da COMTES a fim de que estes sejam menos agressivos às lavadeiras. Assim, Maria de Oliveira de Souza relata:

Eu fiquei viúva né...e comecei a trabalhar em casa de família, né. Aí eu trabalhei um monte de ano em casa de família e aí um dia eu soube daqui desse trabalho aqui, né...aí sempre eu vinha mas eu não ficava, né. Assim, porque aqui você só ganha pelo que você faz né. Se você tiver lavagem você ganha, se você não tiver você não ganha né. Aí até que eu cansei de trabalhar em casa de família e vim pra cá, né. Aí quando eu cheguei aqui, passei bem um mês sem arrumar roupa assim pra lavar né. Aí depois eu comecei, consegui cliente né... E hoje graças a Deus eu só vivo daqui mesmo. Não tenho outra renda, minha renda só é essa mesmo. E graças a Deus, eu agradeço muito a Deus por tudo que Deus tem feito pra minha vida, né, pelas bençã, eu acho bom esse trabalho aqui, eu não quero outro lugar. Pra mim trabalhar, melhor de que aqui ó. É porque aqui a prefeitura dá uma máquina industrial e uma secadeira né. Aí essas máquina pequena é da gente mesmo, a gente que compra né...aí tem a renda da gente. Eles dão o prédio, aí paga luz pra gente, a prefeitura...e aí o que você ganha é seu, tá entendendo? Mas você gasta muito material também...aí cada qual tem seus cliente, né. Eu já hoje mesmo tenho vários clientes. (SOUZA, Maria de Oliveira de. Entrevista. [mai. 2015]).

O relato de Maria Oliveira esclarece como funciona o apoio do poder público em relação aos prédios municipais cedidos para que ocorram as atividades solidárias. É possível analisar que as atividades exercidas na lavanderia comunitária do Quinze não só possibilita o crescimento econômico, mas também o crescimento pessoal. Trabalhar em casa, lavando roupa para fora é uma realidade. Já trabalhar em uma lavanderia comunitária é outra. Se tem o crescimento e o acréscimo de valores morais, respeito mútuo, crescimento pessoal na vida dessas mulheres.

As feiras de economia solidária também seguem o mesmo apoio municipal, mas utilizando os espaços públicos para a sua realização. As Figuras 26 e 27 apresentam o espaço que ocorrem as feiras de economia solidária em Rio Branco - Acre.

Figura 26 - Área de alimentação



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados, janeiro, 2016.

Figura 27 - Área de exposição de produtos



Fonte: DOURADO DA SILVA, SUZANNA. Banco de dados, janeiro, 2016.

A Figura 26 apresenta o espaço de alimentação, que é localizado em uma área específica para a função. Já a Figura 27 mostra as barracas que são destinadas aos expositores de produtos, que ficam separados do grupo da alimentação. As barracas, mesas e cadeiras, banheiros químicos e tendas são fornecidas pela COMTES e pela SEPN. O expositor, caso precise, realiza agendamento com o caminhão da COMTES para realizar o transporte dos produtos. Contudo, o uso deste serviço é utilizado pelos grupos que trabalham com floricultura e jardinagem.

Em entrevista com Edna Paro, coordenadora da COMTES, esta informou que as feiras da ECOSOL que são os pilares de sustentação, e que passaram a ser realizadas feiras nas regionais de Rio Branco a fim de maior divulgação dos empreendimentos e a promoção de relação de proximidade com a sociedade rio-branquense. Assim, acrescenta Edna Paro:

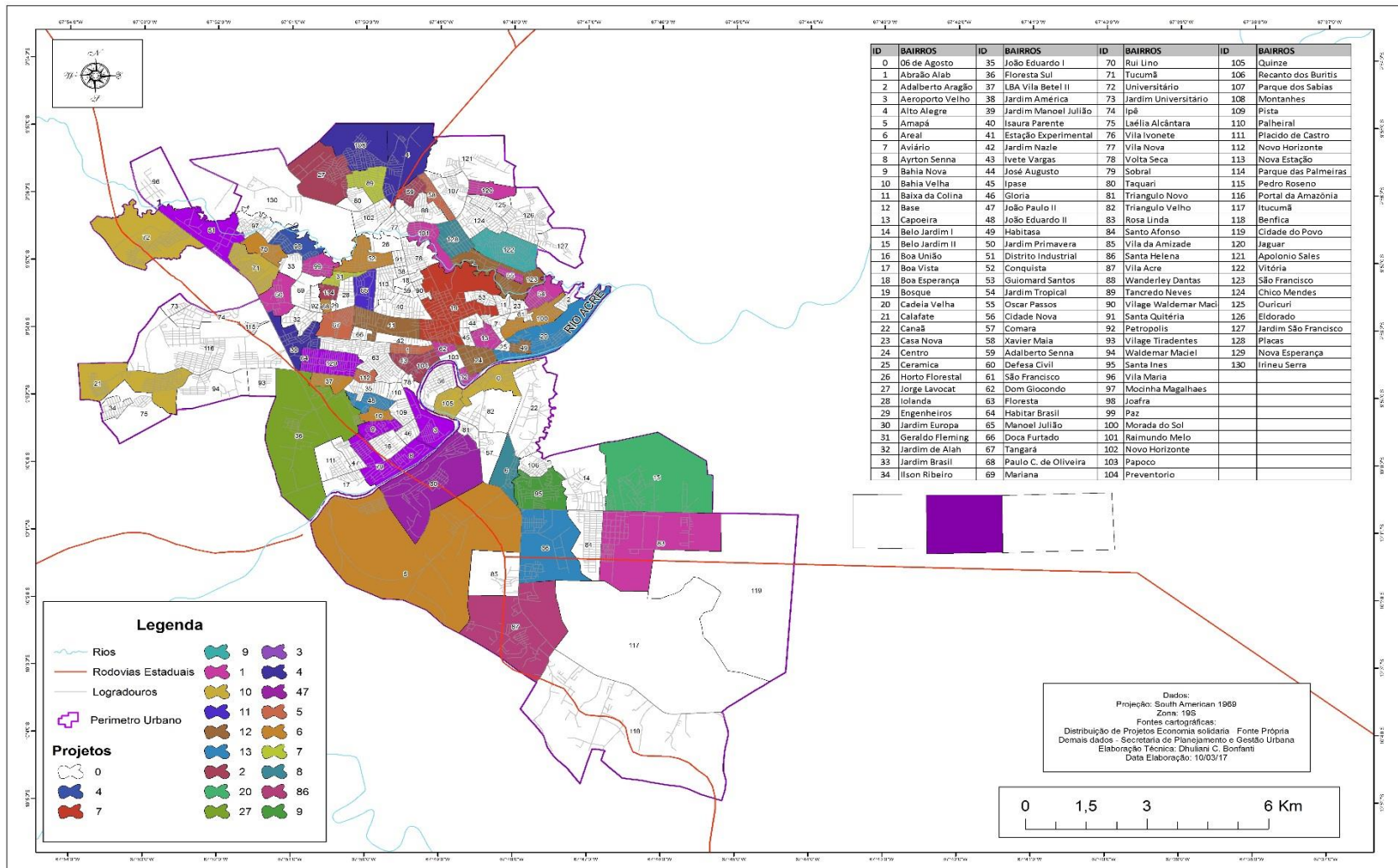
As feiras, anteriormente, eram apenas no centro da cidade, o que dificultava o acesso dos moradores mais afastados e com a feira nos bairros é uma possibilidade de ampliar as vendas e divulgar o trabalho desenvolvido nos EES acrescenta (SANTOS, Edna Maria Paro dos. Entrevista. [ago. 2016]).

Durante as entrevistas com as mulheres da ECOSOL, estas, em sua maioria, possuem residência nos bairros periféricos de Rio Branco, os mesmos bairros criados a partir do processo migratório ocasionado pelo plano de desenvolvimento econômico agropecuário no Acre. Com a atuação de feiras regionais é possível que o Rio-branquense passe a adquirir, com maior regularidade, os produtos oriundos da ECOSOL, que realiza uma maior aproximação entre as pessoas, além de realizar a circulação de renda na região e fomentar o uso de produtos que preservam o meio ambiente e que não exploram e oprimam o ser humano.

4.4.4 Organização Espacial dos Empreendimentos Econômico-solidários em Rio Branco – Acre.

Diante da pesquisa realizada junto aos empreendimentos de ECOSOL e acesso ao banco de dados da COMTES e SENAES, foi possível compreender as localidades onde os EES estão implantados na cidade de Rio Branco. Foi possível até o momento realizar uma averiguação de 630 empreendimentos, sendo que estes estão sediados nos bairros abaixo representados no mapa de localização dos bairros que possuem empreendimentos econômicos solidários.

Figura 28 - Localização dos bairros com os EES



Elaborado por BONFANTI, Dhuliani. Fonte: DOURADO DA SILVA, Suzanna. 2017.

Dos EES identificados, 93% estão localizados nos bairros considerados periféricos. Bairros, estes que foram sendo ocupados pelos migrantes e descendentes dos povos da floresta, e pelos excluídos da sociedade Rio-branquense e permanecem até os dias atuais como bairros que ainda estão sem infraestrutura adequada e pouca segurança.

As atividades realizadas vão de acordo com as necessidades desta população na procura de alternativa de renda e de (re)significação do espaço ao qual estão inseridos. Vale ressaltar que as atividades informais só se desenvolvem devido a ineficácia do poder público junto a sua sociedade. O não cumprimento de direitos constitucionais, como saúde, escola, lazer, cultura e outros não vem sendo cumpridos a muitos anos, deixando significativa parcela à margem do sistema vigente.

A exemplo das (re)significações que as atividades de ECOSOL proporcionam aos espaços vividos, temos a associação de Mulheres do 2º Distrito Mãos que fazem, localizada no bairro Seis de Agosto e a cooperativa Mulheres Arte de Vencer, sito ao Centro da cidade. A partir do acompanhamento junto a estes grupos foi possível compreender que anterior as ações do grupo, estes espaços eram heterotopias aos rio-branquenses, bem como aos partícipes da ECOSOL, e que após a articulação do grupo e desenvolvimento de atividades que envolviam a comunidade, modificou suas espacialidades, estabelecendo novas relações com o espaço e retomando a relação ser humano e natureza.

Os postos de saúde, escolas públicas e tantos outros espaços pertencentes à comunidade eram quase não utilizados, ou quando frequentado, trazendo sentimento de que estes lhes prestam uma caridade. Em uma roda de conversa com mulheres na Associação Mãos que Fazem, estas alegaram que deixaram de participar de reuniões escolares por medo do lugar, porque nunca os frequentaram enquanto alunas e por se sentirem inferiores aos demais usuários do espaço.

Marilda Monteiro relatara anteriormente que também sentia medo do centro urbano, haja vista que o sentimento que lhe acompanhava era de não pertencente aquele lugar, pelo fator renda. Situações como ocorridas no bairro Seis de Agosto ou no Centro são corriqueiras nos bairros mais pobres da cidade. São lugares considerados tofóbicos pelos Rio-branquense, que os exclui e marginaliza, em

diversas situações com preconceitos silenciosos e outros explícitos, que trazem dor, sofrimento, angústia e outros aos pertencentes do bairro.

Para esta população, aos destituídos de acesso à renda pelo viés formal, bem como pela exclusão social, qualquer atividade idônea é válida, ainda mais àquelas que priorizam o crescimento coletivo, a preservação do meio ambiente, as memórias, as práticas e propagações dos saberes-fazeres. O trabalho coletivo iniciado nos bairros, principalmente os periféricos, também oportunizam o convívio entre mulheres que foram excluídas de todos os segmentos, estas que nem acesso à educação, saúde e tantas outras questões que poderiam fortalecer mulheres que por serem destituídas de tudo, tornam-se vulneráveis a todos os tipos de violência (social e política) devido ao sentimento arraigado de impotência e incapacidade.

Nesta pesquisa, apesar do fator renda não superar o valor pago pela mão de obra no sistema formal, estas conseguem se fortalecer, que por meio da autoajuda, procuram se reestabelecer emocionalmente, financeiramente e socialmente. Com esta pesquisa não foi possível realizar maiores análises nos bairros periféricos, apenas no bairro Seis de Agosto e no Centro comercial de Rio Branco, mas por meio destes já é possível constatar uma reconfiguração espacial diante das ações de intervenção da ECOSOL, uma vez que os envolvidos nas atividades solidárias, passam a ter mais participações nas questões da comunidade.

4.5 A vez e a voz: a luta pela autonomia e empoderamento feminino por meio da ECOSOL

A partir da pesquisa constatamos que a ECOSOL em Rio Branco se torna um mecanismo de ação para que estas mulheres invisibilizadas alcancem o empoderamento feminino. Seja este por meio da renda alcançada, ou pela inserção em um grupo de mulheres que acolhem e buscam por meio de ação coletiva o crescimento de cada participante do grupo, assim como da comunidade na qual estão inseridas.

Ainda objetivou a busca por fomentar espaços nos quais as consideradas “subalternas” pudessem ecoar suas vozes, memórias e trajetórias. Quando Spivak

(2010), Guérin (2005), Saffioti (2011) e várias outras priorizam dar voz, ou criar mecanismos que propaguem as vozes dessas mulheres, esta pesquisa ganhou vez e voz! A luta diária pela conquista do espaço público, pela sua liberdade, por suas vidas é o que motivam esta pesquisa a sair do espaço acadêmico e tentar ganhar espaços nas ruas, junto a milhares de mulheres subalternas.

A busca pelo empoderamento feminino é um dos principais objetivos das lutas feministas. O termo é uma referência à palavra inglesa *empowerment* e que tem como significado a autonomia de sua vida, a liberdade do seu corpo e mente. É a busca de emancipação daqueles que sempre foram subalternizados, tanto pelos homens quanto pela história. É o grito de liberdade e para conseguir alcançar o tão almejado empoderamento, faz necessário obter a *autonomia do corpo* (físico e psicológico/espírito), *autonomia financeira* (econômica e política) e *autonomia cognitiva* (intelectual, social e cultural).

O tripé de autonomia ora apresentado, possibilita a inclusão destas mulheres no rol de “mulheres empoderadas”. Essa definição não significa dizer que em todos os segmentos apresentados estas estarão no ápice do sucesso, mas todas passam a compreender os seus papéis dentro da sociedade e se tornam desenvolvedoras de ações em busca da inclusão social, não apenas a sua, mas de toda a comunidade.

Quando a ONU Mulheres²⁸ aderiu o fator renda para o alcance do empoderamento feminino, esta pensou na base do tripé, na qual a mulher não poderia obter autonomia do corpo e nem a cognitiva se o fator financeiro a deixava presa ao que lhe oprimia. Diante da necessidade da obtenção de renda, principalmente para a classe mais pobre do nosso país, é que as ações da ECOSOL se estabelecem e oportunizam a busca pelo empoderamento feminino. Neste sentido, Rosimar Menezes Nunes (Rosa), relata:

Tenho vinte anos que trabalho aqui. Vim do interior pra cá sem nada. Eu gosto de trabalhar aqui. Maninha, ó...a gente as vezes tem outra renda também mas só que ela não dá né. Então pra gente ajudar um filho da gente, a gente tem que ter outra também né. Outro trabalho lá. Então aqui foi, até porque ajudou muito no caso da minha filha, né. Que ela fez pedagogia, né. Hoje é professora ela. Pois é. Então se eu não tivesse trabalhando aqui eu acho que não tinha conseguido ajudar ela, porque ela

²⁸ Vide mais em www.onumulheres.org.br

não tinha emprego também, né. Hoje ela já tá, né. (NUNES, Rosimar Menezes. Junho de 2015).

O adquirido com a renda da ECOSOL possibilitou que a senhora Rosimar Nunes cuidasse dos filhos, a possibilitar que a filha tivesse formação acadêmica. A situação desta lavadeira é bem parecida com as mulheres participantes da ECOSOL dos demais segmentos, que são em sua grande maioria chefes de família, pobres, sem instrução e oriundas do interior do Estado.

No que abrange a Marilda Monteiro de Oliveira, cooperada do MAV, é mais uma das milhares de brasileiras que não possuíam trabalho, renda e perspectiva de vida. Está nos relata que a vida sempre foi difícil e que não imaginava um dia mudar essa situação por meio do trabalho realizado com suas mãos. A possibilidade de ingressar em um grupo que lhe acolheu e ensinou o trabalho como artesã, elevou sua autoestima. O que era responsabilidade do poder estatal, foi ofertado a partir da articulação de mulheres que priorizam o bem-estar social.

Por meio desta pesquisa entendemos a relação que estas mulheres acabam a desenvolver por meio da articulação do grupo e passam a desempenhar seus papéis dentro da comunidade, (re)configuram suas espacialidades e se tornam propagadoras do processo de mudança e partícipe da sociedade Rio-branquense, onde realizam reivindicações junto aos fóruns e conferências da mulher, étnicorracial, educação, saúde, meio ambiente e outros.

Figura 29 - Corrente da ECOSOL



Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária, 2007.

A imagem utilizada para caracterizar a ECOSOL no planeta é bastante simbólica, onde nos transmite a inter-relação entre os viventes desta terra, bem como a simbiose que estes possuem com a terra, além de elucidar a necessidade do trabalho coletivo. É para cuidar desse planeta e de todos os seres vivos que se faz necessária a união entre todos. De acordo com Hannah Arendt (2016[1958]):

Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos, mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens. A atividade do trabalho não requer a presença de outros, mas um ser que trabalhasse em completa solidão não seria humano, e sim um *animal laborans* no sentido mais literal da expressão (ARENDDT, 2016, p. 27).

Hannah Arendt exemplifica a questão social do ser humano, onde este necessita do convívio e do crescimento coletivo, já que o ser humano é gregário. As ações desenvolvidas, quando compartilhadas, possuem uma dimensão mais significativa para todos os envolvidos. É mais prazeroso aos que executam e tem maior força quando existe a necessidade de reivindicar ações frente aos opositores.

Em Rio Branco, por meio da articulação de grupos que atuam com a ECOSOL, a frisar o trabalho desenvolvido pela Associação Mãos que Fazem, existe a formação cidadã, em que o objetivo é a inclusão das mulheres nas discussões nos fóruns e conferências (educação, cultura, turismo, lazer, igualdade racial, e etc.). A inclusão das mulheres nestes espaços, apresentam como uma comunidade que imbricou o sentimento de pertencimento do lugar, revivendo as memórias e tradições de seus povos, (re)significando espacialidades que foram excluídas pelos interesses do capital.

A ECOSOL se torna uma manifestação da liberdade que as mulheres tanto almejam. Enquanto o poder público não as atender de forma equânime, estas continuaram a dar as mãos com homens, mulheres, crianças, idosos, negros, brancos, grupos étnicos e lutarão por suas inserções políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais!

As meninas também estão sendo inseridas neste processo de empoderamento. Quando a criança vê a mãe desenvolvendo uma atividade dentro da comunidade, esta vira uma referência para estas. A fim de incluir as meninas e meninos nas discussões de gênero, sociedade e cidadania, existe pela Associação Mãos que Fazem o grupo “Pastorinhas”.

O grupo, conforme elucidado do capítulo III, é uma forma de resgatar as memórias do Rio-branquense. Contudo, suas ações vão além, pois é através do lúdico que meninas e meninos são incorporados nos espaços de diálogos, sendo uma ferramenta importante para o desenvolvimento cultural, social e intelectual, a preparar cidadãos que buscam políticas públicas efetivas para a comunidade na qual estão inseridos.

Ao questionar, no grupo de formação cidadã para mulheres, se estas são empoderadas, a resposta é unânime: não, pois só alcançaremos o empoderamento feminino quando minha vizinha tiver o que comer, a minha irmã e minha sobrinha conseguirem sair na rua sem serem violentadas, quando minha mãe tiver acesso a atendimento médico de forma humanizada e tantas outras conquistas que ainda precisamos enquanto mulheres.

Concluimos que o empoderamento feminino aqui questionado não se realiza de forma individual, e é por este sentido que o grupo de mulheres da ECOSOL se fortifica e se propaga cada vez mais, até que todas as mulheres de Rio Branco estejam inseridas nos segmentos sociais, políticos, culturais e econômicos do município, a contribuir com suas ações para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada no município de Rio Branco, capital do Estado do Acre, possibilitou conhecer, por meio da ciência Geográfica, como se configura o espaço da Economia Solidária e como ocorre à inserção das mulheres nesta atividade, bem como se tornam protagonistas de uma alternativa de renda, que busca o equilíbrio entre o ser humano e a natureza, a observar as ações do capital que as excluí do sistema formal, bem como configuram espacialidades urbanas a fim de criar barreiras tangíveis e intangíveis aos desprovidos de renda. A fim de discorrer sobre a temática da ECOSOL no Estado do Acre, foi necessário compreender os momentos históricos que marcaram o Estado e impulsionaram a identidade de resistência dos povos da floresta, além de compreender os obstáculos vividos no processo migratório, que atenuaram a fome, miséria, dor e sofrimento.

As mulheres se tornam propulsoras de ações econômicas na busca de melhores condições de vida para elas e seus familiares, assim como pelo reconhecimento dos direitos que lhes são garantidos constitucionalmente e que foram negados ao longo da história. Através do surgimento da identidade de resistência as mulheres se fortaleceram e hoje possuem identidade legitimadora, haja vista que existem leis e órgãos competentes a fim de cumprirem com os direitos legais, sendo que estes só lhes foram garantidos por meio da luta.

Por meio do movimento feminista as mulheres passaram a se inserir nos espaços públicos e a fazerem parte das mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas de suas regiões. Anterior a sua saída aos espaços públicos, estas contribuíam nestas mudanças, mas com a negação de sua autoria pela sociedade machista.

O Acre traz em sua história a forte opressão contra a mulher durante os ciclos da borracha, sendo que estas foram articuladoras e protagonistas de luta e resistência dentro da floresta, uma vez que sempre foram à base para o sustento de vida e propagação de família. Ao permanecerem em pé, de cabeça erguida frente ao oponente, estas demonstraram sua força e necessidade de sobrevivência.

A união de força ainda na floresta frente ao novo opressor, o qual a fazer uso de armas de fogo, bem como possuidor de capital, adentra a floresta e expulsa as

famílias de ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e indígenas, os denominados povos da floresta. A articulação destes ocorre a fim de desestabilizar o inimigo e, é neste momento que a mulher passa a ter seu protagonismo visibilizado e passa a ser reconhecida como mulher de força e resistência.

Apesar da ação em conjunto, a fim de manterem na floresta, famílias se viram obrigadas a migrarem devido ao processo migratório ocasionado pela política pública de desenvolvimento econômico para a Amazônia-acreana, estes foram desterritorializados, migrando para o centro urbano a fim de sobreviverem. Rio Branco, enquanto capital, foi o local que recebeu maior parte dos migrantes.

Na cidade, a mulher passou a ser a protagonista visibilizada e, iniciaram atividades de partilha e solidariedade na capital, o qual seguia o modelo de sobrevivência da floresta e conseguiram se manter economicamente ativas e a se inserirem no modelo econômico vigente nos centros urbanos, mas a praticar o solidarismo entre os iguais.

A partir do conhecimento do processo histórico de criação dos bairros aos quais os empreendimentos econômicos solidários estão inseridos, foi possível perceber o quão importante foi a atuação feminina para o desenvolvimento econômico, cultural e social destes e, como se desenvolveu a inserção destes bairros como cenários de manifestações culturais e sociais de uma população que era excluída do centro urbano.

Os locais de assentamento na cidade foram configurados como lugares de desvio, conhecidos por heterotopias, que causava repulsa e aversão aos cidadãos. Lugares, culturas e sociedades excluídas dentro do centro urbano e que foram, por meio da ação conjunta de mulheres, ressignificados e atualmente são conhecidos como espaços que trazem ao rio-branquense memórias de lutas e resistências, encharcados de culturas

Por meio da pesquisa participante junto aos empreendimentos econômicos solidários, constatamos a importância que estes empreendimentos possuem para a economia e na formação de protagonistas que atuam como facilitadoras do processo de mudança. Diante da participação, e das leituras dos autores que versam sobre a temática, encontramos dois formatos ativos da ECOSOL, uma a qual denominamos de Empresa modelo economia solidária (EMES), que segue os princípios da autogestão, cooperação, solidarismo e ação econômica. Esta se insere no mercado

a fim de competir apresentando produtos de origem solidária e que não degradam o meio ambiente, a contribuir para o desenvolvimento local. O outro modelo encontrado foi à economia solidária como prática social (ESPS), que sempre foi desenvolvida entre as populações rurais, mas que ganhou nova configuração ao ser desenvolvida nos centros urbanos. Esta busca a formação e aperfeiçoamento de sua população, a fim de que estes se organizem e criem empresas econômicas solidárias.

A partir da pesquisa participante na associação de mulheres do 2º Distrito Mãos que Fazem, que segue o modelo ESPS e da cooperativa de Mulheres Arte de Vencer, que segue a EMES, juntamente com as entrevistas e questionários realizados, possibilitou a compreensão das ações desenvolvidas a fim de ofertar um meio de sobrevivência para as mulheres que se encontram fora do mercado de trabalho formal, bem como a ressignificação de seus espaços vividos.

A fim de ofertar apoio aos empreendimentos econômicos solidários em Rio Branco, tem a articulação da COMTES e do FBES Acreano, que são de apoiadores da articulação e inclusão de novos empreendimentos, apoio e formação. Por meio da COMTES e FBES é que a SENAES demanda projetos e financiamentos aos EES, seja ele ESPS ou EMES.

No ano de 2013 a SENAES contabilizou aproximadamente 341 empreendimentos no Acre, contudo, para o ano de 2016, a COMTES apresenta o quantitativo de 900 empreendimentos apenas em Rio Branco. Isso demonstra que a economia nacional sofre um amento, mas que a ECOSOL se fortifica, uma vez que buscam empreenderem em grupo e, por meio do aumento destes, passa a ganhar novos adeptos como consumidor destes produtos, pois se levanta a bandeira do comércio justo e igualitário.

O Acre estabeleceu leis que visam o fomento da ECOSOL em todos os municípios, a fim de utilizarem as potencialidades da Amazônia-acreana e oportunizar o acesso à renda aos acreanos. Esta ação reafirma as memórias do seu povo, diante da retomada de práticas excluídas pelo sistema capitalista e, acarreta na conscientização da proteção ao meio ambiente.

A ECOSOL surge como uma alternativa de trabalho e renda aos excluídos do sistema formal de trabalho. Contudo, está vem mudando a sua formatação, não sendo mais destinados aos recusados do aparelho capitalista, mas sim uma

alternativa também para aqueles que são contra o modelo econômico atual, e que buscam fomentar e difundir programas que priorizem o trabalho coletivo e justo, a proteção ao meio ambiente e principalmente a não exploração e degradação do ser humano.

Quando se fala de Amazônia, pensa no quantitativo de pessoas que estão à margem dos benefícios do sistema formal de trabalho, em diversos momentos da história, as memórias de todo um povo é invisibilizada e cumpriu nesta pesquisa a oportunidade da “subalterna” falar por si e demandar as ações que lhes são necessárias, reforçando as identidades de resistência, pois somente estas conhecem de fato a realidade local e quais são as questões que precisam ser debatidas, principalmente com o poder público. Conseguir propagar estas ações e vivências destas mulheres da ECOSOL em Rio Branco, a recordar suas iniciativas diante da exclusão social, cultural, política e econômica foi o papel mais importante desta pesquisa.

Por meio da ECOSOL os espaços vividos ganham uma nova reconfiguração, contrária da construção pensada em atender o capital. A cidade passa a ser vivida pelos seus moradores. A ciência Geográfica oportunizou o estudo das relações sociais, bem como o desenvolvimento das ações solidárias nos espaços vividos. Por meio desta pesquisa foi possível compreender como um espaço de desvio se torna um lugar de referência para os atores sociais envolvidos. Os estudos dos bairros periféricos, bem como a relação social das mulheres envolvidas não contemplou todos os bairros, não tendo sido possível aprofundar nestas questões que podem trazer novas interpretações da sociedade Rio-branquense. Diante disto, faz-se necessário novos estudos sobre a configuração espacial oportunizada pela ECOSOL e seus protagonistas, tanto por meio da ciência geográfica como de outras áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACRE, Governo do Estado. Secretaria de Estado de Planejamento. **Acre em Números 2013**. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, Rio Branco, 2013.

ACRE, Governo do Estado. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. **Atlas do Estado do Acre** / Governo do Estado do Acre. Fundação de Tecnologia do Estado do Acre. – Rio Branco: FUNTAC, 2008.

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. – Aparecida, SP. Ideias & letras, 2010.

ADICHIE, Chimamanda. **O perigo da história única**. Conference in Tecnologia, Entretenimento, Design – TED. Conference, julho de 2009, em Oxford – Inglaterra.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. **Economia Solidária: o dilema da institucionalização** / São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

ALMEIDA NETO, Domingos José de. **Aos trancos e barrancos: identidade cultural e resistência seringueira na periferia de Rio Branco – AC (1970-1980)**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

ALMEIDA SILVA, Adnilson de. **Entre a floresta e o concreto: os impactos socioculturais no povo indígena Jupaú em Rondônia** / Jundiáí, Paco Editorial: 2015.

_____. **Territorialidades e Identidade do coletivo *Kawahub* – da Terra Indígena URU-EU-WAU-WAU em Rondônia: “Orevaki Are” (Reencontro) dos “Marcadores Territoriais”**. Curitiba-PR, 2010. Tese de doutorado.

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres**; tradução Alessandra Ceregatti. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Sempreviva Organização Feminina, 2010.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; ABREU, João Francisco de. **Imagem, representação e geopolítica**. In: Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Org. Francisco Mendonça e Salette Kozel. Ed. Da UFPR, 2002, Curitiba. Reimp. 2004.

ANTUNEZ, C. **Pobreza, género y mercado de trabajo**. In: Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia Popular Solidária**: Alavanca para um desenvolvimento sustentável. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

ÁVILA, M. B. **Reflexões sobre as Desigualdades de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho**. In: Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuições para uma psicanálise do conhecimento** / Tradução Estela dos Santos Abreu. – Rio de Janeiro: Contraponto, 1996 [1938].

_____. **A poética do espaço**. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2008.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem** / Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi, com colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BELLO, Angela Ales. **Intrapessoal e interpessoal. Linhas gerais de uma antropologia filosófico-fenomenológica**. In: Empatia Edmund Husserl e Edith Stein: apresentações didáticas / Juvenal Savian Filho (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 09-28.

BENTES, Nilma. **Negros na Amazônia brasileira: 500 anos do Brasil**. In: Amazônia além dos 500 anos. FORLINE, Louis. MURRIETA, Rui. VIEIRA, Ima. (orgs.). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antropologia política**. / Daniel Bertaux. Tradução: Maria José da Silva Lindoso. Editora: Zahar, 1979.

BONIFÁCIO, Iracilda Gomes Cavalcante. De campo de pouso a Aeroporto Velho. In: **Habitantes e Habitat**. Vol. I. João Pessoa, Ideia, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa Participante**. Brasiliense. São Paulo, 1982.

BRASIL. **Censo Populacional 2010**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=1200401> acessado em 23 ago 2016.

_____. **Rio Branco: População Estimada (2015)**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm acessado em 23 ago 2016.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O homem e o espaço**. Tradução Aloísio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2008[2000].

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Editora Paidós, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia, **Culturas Híbridas**, 4.ed. 3.reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARDIA, Laís Maretti. **Cumprindo trajetos, refletindo sobre a memória: colonos e seringueiros migrantes em Rio Branco, Acre – Uma abordagem antropológica**. Rio Branco: EDUFAC, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007

CASSIRER, Ernest. **Linguagem e mito**: 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Ensaio sobre o homem: introdução a uma filosofia da cultura humana**. Tradução Tomás Rosa Bueno. São Pulo: Martins Fontes, 2005[1944].

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** / Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2001[1996].

CATTANI, Antonio David. **Riquezas e desigualdades**. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 57, p. 547-561, Set./Dez. 2009.

CALIXTO, Valdir de Oliveira, SOUZA, Josué Fernandes de, SOUZA, José Dourado de. **Acre: uma história em construção**. Rio Branco: Fundação Cultural do Acre, 1985.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2 ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2001.

_____. **Epistemologia da Geografia**, Florianópolis/SC, Editora UFSC, 2011.

_____. **Geografia Econômica e Economia**. In: GeoTextos, vol. 1, n. 1, 2005. Paul Claval 11-27.

_____. **Terra dos homens: a geografia** / Tradução Domitília Madureira. – São Paulo: Contexto, 2010.

COELHO, Maria Célia Nunes, SIMONIAN, Lígia.; FENZL, Norbert. - **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**/ Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 2000.

COSTA Sobrinho, Pedro Vicente. **Capital e trabalho na Amazônia Ocidental: contribuição à história social e das lutas sindicais no Acre** / São Paulo: Cortez: Rio Branco, AC: Universidade Federal do Acre, 1992.

CRUZ, Tereza Almeida. **Mulheres trabalhadoras rurais em movimento: uma história de resistência – vales do Acre e médio Purus, 1988-1998**. Rio Branco: EDUFAC, 2010.

CUADRADO-ROURA, Juan R. **És tan “nueva” la “Nueva Geografía Económica”?** **Sus aportaciones, sus límites y su relación con las políticas.** In: Revista EURE, vol. 40, n.º 120, mayo 2014, p. 5-28.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2011[1990].

DEMAZIÈRE, Didier. **Introdução: uma abordagem sociológica sobre categoria do desemprego.** In.: Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações. (Org.) Helena Hirata e Nadya Araújo. – São Paulo. Editora: SENAC. 2006. p. 25-42.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos.** Brasília: Liber Livro Editora, 2ª Ed. 2008.

DIAGNÓSTICO Socioeconômico dos Sistemas Básicos de Produção Familiar Rural do Estado do Acre – ASPF, período 1996/2006. Coordenação de: Raimundo Cláudio Gomes Maciel – Rio Branco: EDUFAC, 2011.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; BEGG, David. **Introdução à Economia.** Tradução Helga Hoffmann. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FILHO SAVIAN, Juvenal. **A empatia segundo Edith Stein. Pode-se empatizar a “vivência” de alguém que está dormindo?** In: Empatia Edmund Husserl e Edith Stein: apresentações didáticas / Juvenal Savian Filho (org.). São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 29-52.

FOUCAULT, Michel. **Outros Espaços. (conferência)** In Ditos e Escritos. 1984[1967], p. 411-422.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **A Organização do espaço na faixa da Transamazônica.** Rio de Janeiro, 1989.

GAIGER, Luiz I. G. A. **Economia Solidária Diante do Modo de Produção Capitalista.** In: Caderno CRH. Salvador, n. 39, jul./Dez. 2003, pp. 181-211.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZÁLEZ PORTA, Mario Ariel. **Edmund Husserl: psicologismo, psicologia e fenomenologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Editora Loyola, 2005.

GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** / Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (org.) **Desemprego: Trajetórias, identidades e mobilizações.** São Paulo. Editora: SENAC, 2006.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. **Trabalho (conceito de)**. In: Dicionário Crítico do feminismo. Org. Helena Hirata *et. al.* São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **“Emprego, Responsabilidades Familiares e obstáculos socioculturais à Igualdade de Gênero na Economia”**, Brasília, Revista do Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, dezembro de 2010.

HARAWAY, Donna. **Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos pagu (5) 1995[1988]: pp. 07-41.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança** / Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2011.

HUSSERL, Edmund. **La idea de la fenomenología**. Traducción: Jesús Adrián Escudero. Herder, 2012.

_____. **A ideia da fenomenologia**. Edições 70, Rio de Janeiro, 2989.

_____. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica: introdução geral à fenomenologia pura**. Tradução Márcio Suzuki. – Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

IBERÊ, Daniel. **IIRSA: a serpente do capital: pilhagem, exploração e destruição cultural na América Latina (Santo Antônio e Jirau)** / Rio Branco: EDUFAC, 2015.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas / Marli Emílio (org.), Marilane Teixeira (org.), Miriam Nobre (org.), Tatau Godinho (org.). - São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço** / Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Editora Moares LTDA. São Paulo, 1991.

LIMA, Reginâmio Bonifácio de. **Sujeito-Identidade-Lugar**. In: **Habitantes e Habitat**. Vol. I. João Pessoa, Ideia, 2007.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes: a colaboração solidária como alternativas pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis, Vozes, 2000.

MELO, H. P; SABBATO, A. **Divisão Sexual do Trabalho e Pobreza**. In: Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MONK, Janice. **Colocando Gênero na Geografia: Política e Prioridades**. In: SILVA, Joseli. Maria; SILVA, A. C. P. (org). Espaço, Gênero e Poder: Conectando Fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Elementos de teoria da organização** / Brasília: IATTERMUND, 1ª reimp. 2002.

NASCIMENTO, Luciana Marino do. **A cidade de papel** / Rio Branco: EDUFAC, 2011.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. Geografia e Gênero em assentamentos rurais: Espaços de poder. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 137-147.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **O Espaço Ribeirinho**. São Paulo. Editora Terceira Margem, 2000.

NEVES, Marcos Vinicius. **Rio Branco, de seringal a capital**. São Paulo. Cortez Editora, 2008.

OLIVEIRA, Luiz Antônio Pinto de. **O sertanejo, o Brabo e o Posseiro: A periferia de Rio Branco e os cem anos de andança da população acreano**. Belo Horizonte, UFMG, 1982.

PAULA, Elder Andrade de. **Movimento sindical e luta pela terra: do romantismo da voz ao pragmatismo do silêncio**. In.: PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione (org). Trajetória da luta camponesa na Amazônia-Acreana. Rio Branco, Ac.; EDUFAC, 2006, 308p.il.p. 105-140.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. As geografias da modernidade – Geografia e Gênero – mulher, trabalho e família. O exemplo da área de Ribeirão Preto. **Revista do Departamento de Geografia**, n.º 12, p. 7-26, 1998.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção** / 4. ed.4, reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008[1996].

_____. **Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012[1978].

SBERGA, Adair Aparecida. **A formação da pessoa em Edith Stein: um percurso de conhecimento no núcleo interior**. / São Paulo: Paulus, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press. 1989.

SERPA, Ângelo. **Políticas Públicas e o papel da Geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 1, número especial, p. 37-47, out. 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** ALMEIDA, Regina Goulart Almeida; FEITOSA, Marcos Pereira; FEITOSA, André Pereira (Trads.). Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico** / Eliseu Savério Sposito. – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, Joseli Maria. **Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades**. In: Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades / organizadora Joseli Maria Silva. -- Ponta Grossa, PR : TODAPALAVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, Silvio Simione da (coord.) **Acre: uma visão temática de sua Geografia**. – Rio Branco: EDUFAC, 2008.

SINGER, Paul. **Economia Solidária versus Economia Capitalista**. Brasília, UnB. Sociedade e Estado. Vol. XVI, nº. 1-2, jan – dez, p. 100-112.

_____. **Economia solidária: Um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (org.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 11-28.

_____. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas** / Paul Singer. – 8. ed. , 1ª reimpr. – São Paulo: Contexto, 2014[1998].

_____. **Introdução à Economia Solidária**. Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010[2002].

_____. **Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP**. In: SINGER, P.; SOUZA, A.R. (orgs.) A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SOARES, V. Mulher, Autonomia e Trabalho. In: **Autonomia Econômica e Empoderamento da Mulher: Textos Acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; Dakuzaku. **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária**. Ed. Contexto, São Paulo, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério, **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**, 3ª reimpressão, São Paulo/SP, Editora UNESP, 2004.

TEIXEIRA, João Batista Flores. **Mulheres Chefes de Família e Políticas Públicas: o Contraste com a Realidade no Bairro Getúlio Vargas (BGV), Rio Grande (RS)**. In: Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 86 - 95, ago. / dez. 2013.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. 2002 - AATR-BA.

TITCHEN, Angie; HOBSON, Dawn. **Compreensão da fenomenologia mediante perspectivas inversas**. In: Teoria e métodos de pesquisa social / Bridget Somekh, Cathy Lewin (org.). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

TUAN, YI-FU. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente** / Yi-fu Tuan; tradução: Livia de Oliveira. – Londrina: Eduel, 2012.
_____. **Paisagens do medo** / Tradução Livia de Oliveira. – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Mulheres e trabalho: novos desafios e velhos dilemas. In: SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto César Pinheiro (Orgs.). **Espaço, gênero e poder: conectando fronteiras**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011. p. 149-167.

VIEIRA, Ivânia Maria Carneiro. – **O discurso operário e o espaço da fala da mulher – Um estudo sobre a Linha de Montagem**. / Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas, 2002.

WOLFF, Cristina, **Mulheres da Floresta – Uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. Editora Hucitec, 1999.

Entrevistas realizadas:

ARAÚJO, Maria José de Menezes. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (20:34).

CUNHA, Dercy Teles de Carvalho. **Entrevista**. [jul. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Xapuri, 2016, 1 arquivo mp3 (01:34:15).

FRANCO, Carlos. **Entrevista**. [dez. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (18:11).

LIMA, Márcia. **Entrevista**. [abr. 2015]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (40:23).

MARGARIDO, Guajarina Lima. **Entrevista**. [fev. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (01:11:37).

MORAES, Norma Sueli de. **Entrevista**. [fev. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (28:13).

NUNES, Rosimar Menezes. **Entrevista**. [mai. 2015]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (13:54).

OLIVEIRA, Marilda Monteiro de. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (30:12).

SAMPAIO, Otília Batista Melo de. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (24:32).

SANTOS, Edna Maria Paro dos. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (15:39).

SANTOS, Francisca Bezerra dos. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Brasília, 2016, 1 arquivo mp3 (54:34).

SILVA, Deuse Maria da. **Entrevista**. [mai. 2015]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (12:18).

SILVA, José Ferreira da. **Entrevista**. [ago. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (18:09).

SILVA, Pablo Marques da. **Entrevista**. [jan. 2017]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 2 arquivos mp3 (30:41).

SOUZA, Maria de Oliveira de. **Entrevista**. [mai. 2015]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (08:34).

SOUZA, Pedro Raimundo Soares de. **Entrevista**. [jan. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (11:38).

SOUZA, Rita Dourado de. **Entrevista**. [set. 2016]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (30:46).

TABORGA, Carlos Laran. **Entrevista**. [jan. 2017]. Entrevistadora: Suzanna Dourado da Silva. Rio Branco, 2016, 1 arquivo mp3 (12:21).

Questionários aplicados:

1. Aurília de Souza Silva Neta – grupo de artesanato
2. Celma Maria de Lima – grupo de confecção
3. Etelvina Oliveira do Carmo – grupo alimentício
4. Ivone da Silva Queiroz – grupo de artesanato
5. Joana Cassimira – grupo de artesanato em biscuit
6. Kátia Simone Souza de Holanda – grupo de artesanato e confecção de roupas

7. Lucy Souza dos Santos – grupo de doces, artesanato e comida
8. Maria Elenilde da Silva Barbosa – Grupo de floricultura
9. Maria Ivonete Alves de Souza – grupo alimentício
10. Raimunda da Silva Barbosa – grupo de Plantas